



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 88

IV Sessão Legislativa

Horta, Sábado, 27 de Novembro de 1999

Presidente: *Deputado Humberto Melo*

Secretários: *Deputados José Ramos Aguiar e Natividade Luz.*

Sumário

Os trabalhos tiveram início pelas 10 horas e 15 minutos.

Entrou-se de imediato no **Período da Ordem do Dia** com a continuação do debate, na generalidade, sobre as propostas do Plano e Orçamento para o ano 2000.

Intervieram no debate os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Aurélio da Fonseca (*PSD*), Madrugada da Costa (*PSD*), Sidónio Bettencourt (*PSD*), João Cunha (*PSD*), Francisco Sousa (*PS*), João Greves (*PP*), Fernando Menezes (*PS*), Ana Carolina (*PSD*), Rui Pedro Ávila (*PS*), José Maria Bairos (*PSD*), José Manuel Nunes (*PSD*), Luís Resendes (*PS*), José Gabriel Gonçalves (*PSD*), António Gomes (*PS*), António Meneses (*PSD*), Fernanda Mendes (*PS*), Vasco Cordeiro (*PS*), José Ramos Aguiar (*PSD*), José Nascimento Ávila (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Jorge Valadão (*PSD*), Herberto Rosa (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Manuel Serpa (*PS*), António Loura (*PS*), José Humberto Chaves (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Educação e Assuntos Sociais, *Álamo de Meneses*, Adjunto da Presidência, *Francisco Coelho*, da Economia, *Duarte Ponte*, da Habitação e Equipamentos, *José Contente*, Sub-Secretário

Regional da Saúde, *Victor Carneiro*, e o Sr. Presidente do Governo Regional, *Carlos César*.

Produziram intervenções finais os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Victor Cruz (*PSD*), Fernando Menezes (*PS*), tendo o Sr. Presidente do Governo Regional, *Carlos César*, encerrado o debate.

Submetidas à votação, na generalidade, as propostas do Plano e Orçamento foram aprovadas com os votos favoráveis do PS e com as abstenções dos partidos da oposição.

Na especialidade intervieram os Srs. Deputados Fernando Menezes (*PS*), Élio Valadão (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Berta Cabral (*PSD*) e Jorge Valadão (*PSD*).

Submetidas à votação, na especialidade, as propostas do Plano e Orçamento foram aprovadas com os votos favoráveis do PS e com as abstenções dos partidos da oposição, tendo produzido declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Berta Cabral (*PSD*) e Alvarino Pinheiro (*PP*).

Finalmente o Sr. Presidente da Assembleia apresentou uma Proposta de Resolução declarando findo o Período Legislativo de Novembro, tendo sido aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 00 horas e 15 minutos.

Presidente: Muito bom dia Srs. Deputados.

Peço a vossa atenção para a chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**

Guilherme Marinho Pinto de Sousa
João Carlos do Couto **Macedo**
José **Élio Valadão** Ventura
José Humberto de Medeiros **Chaves**
Luis Machado Resendes
Manuel Goulart Serpa
Manuel **Herberto** da **Rosa**
Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**
Maria da **Natividade** da **Luz**
Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**
Alberto Romão **Madruga da Costa**
Ana Carolina Gomes da **Silva**
António Manuel Silva **Almeida**
António Manuel Goulart Lemos de **Meneses**
Aurélio Henrique Silva Franco **da Fonseca**
Berta Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**
Eugénio Manuel Pereira **Leal**
Francisco Xavier Araújo Rodrigues
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
José Francisco Salvador **Fernandes**
José Gabriel Gomes da Silveira **Gonçalves**
José Manuel Cabral Bolieiro **Dias**
José Manuel Avelar **Nunes**
José Maria Bairos
José Ramos Aguiar

Jorge Manuel Leão Themudo Valadão dos Santos

Manuel da Silva Azevedo

Mark Silveira Marques

Sandra Maria Sousa Garcia Bessa

Sidónio Manuel Moniz Bettencourt

Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

João Maria Fraga Greves

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 43 Srs. Deputados.

Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar continuidade à discussão do Plano e do Orçamento para o ano 2000.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falar do Plano é necessariamente ter de se fazer algumas considerações sobre o futuro desenvolvimento da Região e no nosso caso concreto analisar-se como o Governo Regional pretende aproveitar o último ano desta legislatura para, na maior parte dos casos, terminar algumas infraestruturas em execução nos últimos anos e deixar outras iniciadas, assim com continuar a execução das suas políticas dos 3 anos anteriores; mas, o desenvolvimento para ser real e efectivo, numa Região como os Açores, não pode deixar de atender à nossa realidade humana, física e geográfica — Região com nove ilhas, afastadas umas das outras, com superfícies diferentes e população também muito variável de Ilha para Ilha — por isso mesmo, esse desenvolvimento terá necessariamente de ter em conta a necessidade de processar-se nas nove ilhas, de modo a que todas elas sejam todos os anos beneficiadas e melhoradas, de forma a que exista de facto um desenvolvimento harmónico e

equilibrado, fugindo-se obrigatoriamente a desenvolvimentos desiguais e desequilibrados.

Nesta procura incessante no sentido do progresso teremos de partir para as realidades observadas a cada momento e em cada Ilha, assim como as suas aptidões naturais e o modo como essas aptidões foram e são aproveitadas pela sua população.

No caso da Ilha das Flores, sempre a sua população se dedicou fundamentalmente à agro-pecuária e um pouco às pescas, existindo hoje investimentos importantes virados para o turismo.

Num passado recente os agricultores das Flores dedicavam-se à produção de leite, que foi evoluindo também para a carne, encontrando-se hoje num estágio de produção de carne e com uma gradual evolução para o aumento da produção de leite, a qual tem vindo a melhorar nos últimos dois anos, embora essa produção ainda se encontre muito aquém das potencialidades existentes e da necessidade quer das explorações — tornando-as cada vez mais produtivas, — quer da própria fábrica que necessita de duplicar a matéria prima para se tornar efectivamente viável económica e financeiramente.

Mas, infelizmente, observamos alguns factos que nos preocupam, porque em nosso entender a luta por uma maior produção devia continuar a ser interessada e efectiva; e, quando me consta que irão encerrar postos de recolha de leite porque são poucos os produtores afectos a esses postos, o que me parecia necessário era que se incentivasse esses poucos produtores a produzirem cada vez mais e se procurassem criar alguns incentivos no sentido de poderem aparecer novos produtores. Também não podemos compreender a razão porque nas Flores não é embalado o leite do dia, quando a fábrica tem todas as possibilidades de o fazer e seria de boa política a sua utilização normal por aqueles — e hoje são muitos — que não o produzem e se vêem obrigados a adquirir o produto vindo de outra Ilha.

Para nós o esforço conjunto e conjugado — Região, fábrica de lacticínios, produtores — no sentido de ser continuada uma política de aumento de produção de leite nas Flores tem necessariamente de continuar na ordem do dia.

Quanto à produção de carne, ela tem evoluído em bom ritmo, em termos de qualidade, até porque nesse capítulo os serviços regionais têm contribuído

decididamente e com os estudos e aconselhamentos adequados às realidades da Ilha, levados a cabo principalmente pelos Serviços de Desenvolvimento Agrário. Também hoje já temos a funcionar um bom matadouro com as características técnicas adequadas à nossa realidade. Agora continua necessário criarem-se condições para valorizar a nossa produção; temos todas as possibilidades para fazer a exportação de carne de bovino, cujo abate seja efectuado nas Flores. Neste momento é fundamental que no exterior a nossa carne dê aos consumidores a garantia da sua origem e da sua qualidade. É também fundamental que nos mercados consumidores se conheça que essa carne é produzida exclusivamente à base de erva.

Outro aspecto importante a reconhecer é o facto de na Ilha das Flores a agro-pecuária ter-se desenvolvido em extensificação, com uma muito pequena carga animal por área de superfície utilizável, o que cada vez com maior insistência nos leva a combater a orientação dos Serviços de Florestas e Ambiente, que ainda não compreenderam a necessidade dos agricultores fazerem a limpeza normal e tradicional das suas pastagens, incluindo o corte da urze — que muito rapidamente invade as pastagens na Ilha das Flores — e considera contravenção tudo o que seja aquele corte, embora isso prejudique muitas vezes um manejo correcto da pastagem. A Ilha das Flores tem área específica, necessária e suficiente, para que sejam respeitadas as áreas com as plantas características da nossa vegetação tradicional e endémica, mas há também que respeitar como zonas de pastagem, todas as propriedades que sempre o foram, no sentido de continuarem a ser pastagens permanentes, utilizando aquele manejo normal que tradicionalmente sempre se efectuou e que é normal onde a extensificação é a existente nas Flores.

Neste contexto os agricultores das Flores também necessitam que os seus caminhos agro-silvo-pecuários sejam transitáveis, pelo menos aqueles que se encontram já feitos. O Orçamento dos anos anteriores tiveram verbas importantes, mas a realidade é que esses caminhos se têm degradado e se continuam a degradar, sem que se vejam intervenções melhoradoras, existindo mesmo alguns intransitáveis ou em vias de se tornarem intransitáveis.

No orçamento para o ano 2000 estão contemplados 50.000 contos para caminhos rurais (20.000 no Programa 4 e 30.000 no Programa 33) e 50.000 para caminhos

florestais no Programa 33, num total de 100 mil contos. Seriam verbas suficientes se fossem totalmente utilizadas e bem utilizadas!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No comunicado do Governo Regional em 6 de Abril último podia ler-se, e cito, "o Governo deliberou: Proceder, de acordo com o programa preliminar tornado público no decorrer desta visita do Governo às Flores, à elaboração do projecto da zona de recreio do Porto das Lajes", - fim de citação..

No Plano - programa 14.3 é referido o Porto de Recreio das Lajes das Flores — preparação e lançamento do concurso. Ficamos a aguardar, mas preocupa-nos o facto das verbas não se encontrarem desagregadas em relação aos portos de recreio. E, diz o povo que "gato escaldado de água fria tem medo". No Plano em execução o Governo propunha-se construir no Porto das Flores "um armazém polivalente para garagens, oficinas, escritórios, terminal de passageiros, bilheteira, instalações sanitárias", mas até ao presente isto não passou da proposta porque o armazém ainda não se iniciou. Também no Porto das Flores é necessário não se esquecer que a iluminação eléctrica ainda não está instalada em termos definitivos, na rampa de varagem dos barcos de pesca a iluminação é muito deficiente e também provisória, e essa rampa de varagem necessita de reparações urgentes, o porto não tem água em condições de satisfazer as necessidades imprescindíveis àquela infraestrutura, assim como não existe qualquer bomba de combustíveis — o que aliás já aqui referi no ano transacto.

Ficamos a aguardar que o Governo Regional elabore o projecto da zona de recreio do Porto das Lajes, conforme o prometido e que execute a obra, assim como as que ainda faltam, e que se estudem soluções nas Poças, em Santa Cruz, que permitam também aí, uma navegação de recreio em condições de segurança.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho de voltar a citar o comunicado do Governo Regional divulgado nas Flores em 6 de Abril de 1999 onde se podia ler e cito novamente:

"O Governo deliberou:

"Aprovar uma Resolução que autoriza a abertura de concurso público para a adjudicação da empreitada de adaptação ao ensino secundário da **Escola Básica 2,3/S**

Padre Maurício de Freitas, em Santa Cruz das Flores, pelo preço base de 350.000,000\$00 (trezentos e cinquenta milhões de escudos), acrescido de IVA à taxa legal, e com um prazo de execução de 18 (dezoito) meses;" fim de citação.

Em 1998 o Plano tinha contemplado para essa acção 25.000 contos e nada executou; no corrente ano estavam previstos 50.000 contos, os quais não foram nem serão executados. E, no próximo ano a verba proposta é tão somente de 50.000 contos, pelo que ainda não será no ano 2000 que as Flores terão a sua Escola Secundária ampliada e adaptada à leccionação do Ensino Secundário.

O ano passado na proposta do Plano referia-se e cito " a conclusão e aprovação do projecto e início da empreitada" mas isso não aconteceu; esperemos, no mínimo, que no ano 2.000 se dê cumprimento ao planeamento de 99.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já aqui referimos por diversas vezes a necessidade e a urgência de ser implementada a construção duma Casa de Repouso para a Terceira Idade no Concelho das Lajes das Flores. Queremos voltar a referir o assunto e afirmar categoricamente da necessidade absoluta daquela infraestrutura, a qual cada vez se torna mais necessária no sentido de tornar possível a muitas pessoas idosas terem um fim de vida vivido com dignidade.

Naquele concelho, uma Casa de Repouso para os Idosos e um pequeno pavilhão gimnodesportivo para os jovens são aspirações das populações, às quais deveriam estar sensíveis os governantes desta Região.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Quando nas Flores a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos desmanchou o Posto Meteorológico foi afirmado que seria encontrado local onde aquele edifício voltaria a ser reconstruído; até ao momento o Posto Meteorológico continua sem ser reedificado. Compreendemos que foi mais fácil deitá-lo abaixo do que agora reconstruí-lo, mas necessário se torna lembrar da necessidade dessa reconstrução.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

As Ilhas mais pequenas e mais afastadas, com menos população, sofrendo uma insularidade dentro da insularidade, como é o caso das Flores, continuam a ter de exigir dos responsáveis a necessidade do seu desenvolvimento, para que o progresso seja efectivamente harmónico e equilibrado, e para que esse desenvolvimento chegue a todas as Ilhas da Região.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cabe-me agora apresentar a esta Câmara o Plano e Orçamento nas áreas que estão confiadas à Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Um Plano e Orçamento são, em primeiro lugar, a expressão, em termos de planeamento e em termos financeiros, de políticas. Por isso é que os números e as acções e tudo aquilo que constitui o Plano e Orçamento já foi distribuído a esta Câmara. Já é do conhecimento de todos.

Eu em vez de fazer uma exposição em que enumere valores e acções e, digamos, diga por palavras aquilo que já têm em termos de documentos, queria aproveitar esta oportunidade para explicar e comunicar a esta Câmara as políticas que estão por detrás dessas acções e desses valores.

Começando pelo sector da Educação, que é aquele que em termos financeiros maior expressão tem nas áreas cometidas à Secretaria, este Plano para o ano 2000 apresenta um valor de 3,5 milhões de contos para construções escolares, que é o maior valor de sempre investido em educação. É um valor que ultrapassa três vezes e meia o valor médio da década anterior. Portanto, esta é uma manifestação clara da prioridade que o Governo tem dado ao investimento no sector educativo.

O conjunto de acções que nos propomos realizar com este dinheiro é um conjunto extremamente vasto e vem na sequência daquilo que tem sido a acção da Secretaria nestes últimos três anos.

Ao longo dos últimos três anos foi dado prioridade ao 1º Ciclo do Ensino Básico, prioridade porque as salas do 1º. Ciclo do Ensino Básico, a maior parte delas a

funcionarem em edifícios do plano dos centenários, continuavam a ter as mesmas condições que foram criadas há quase 40 anos e em muitos casos agravadas com o passar do tempo e com a inevitável degradação.

Foi possível nestes últimos três anos, e através dum investimento que já ultrapassa os 2 milhões de contos, fazer a recuperação quase integral dos edifícios do 1º. Ciclo. Nesta altura falta apenas contratualizar um pequeno conjunto de escolas em dois concelhos. Todos os outros concelhos têm integralmente contratualizada a reconstrução das escolas e na maior parte dos casos está já concluído esse processo. Os Açores neste momento dispõem duma rede do 1º. Ciclo que está quase integralmente renovada.

Vamos prosseguir no próximo ano esse processo, embora obviamente a expressão financeira seja muito reduzida já que a maior parte da despesa já foi realizada.

Paralelamente a esse investimento que se tem feito no 1º. Ciclo, que é o verdadeiro fundamento do sistema educativo, temos vindo a iniciar um conjunto de investimento no sentido de, por um lado promover a adaptação das escolas que receberam na última década o ensino secundário, a este tipo de ensino e, por outro recuperar situações de degradação e de falta de espaço que afligiu muitas dessas escolas.

Foi assim que já terminamos um grande investimento, um investimento que ultrapassou 1 milhão de contos na Ribeira Grande, que nesta altura é praticamente uma escola nova. Estamos neste momento a terminar um outro investimento deste tipo que também levará à construção de praticamente uma escola nova em São Roque do Pico e temos um conjunto de intervenções de menor monta, um pouco por toda a Região.

Paralelamente a estas intervenções de recuperação foi alterada, e foi uma alteração profunda, em termos de política educativa, a forma de relacionamento entre as escolas e a própria administração.

Era prática que as escolas não tivessem qualquer responsabilidade com as suas instalações e que toda a manutenção das instalações fosse feita pelos serviços de Obras Públicas ou através de empreiteiros contratados para esses serviços. Com a criação dos fundos escolares esta situação foi alterada e agora as escolas são responsáveis pela pequena e média manutenção dos seus edifícios escolares. Para tal, no último ano foram distribuídos pelas escolas 250 mil contos. Este ano projectámos distribuir 230 mil contos. Este valor é um valor que se destina a resolver os pequenos problemas das

escolas, de avarias em portas, em janelas, digamos, fazer a manutenção corrente dos edifícios.

Esta política levou a que hoje se possa visitar as escolas dos Açores e se encontre, em todas elas, instalações cuidadas. Aquilo que era uma prática comum, que era vermos vidros partidos e situações de portas caídas, foi possível eliminar esta situação.

Com a criação dos fundos escolares também deu-se verdadeira expressão à autonomia das escolas. Os fundos escolares hoje gerem cerca de 2 milhões de contos. São 2 milhões de contos que são entregues às escolas e que são livremente geridos pelos seus responsáveis.

Na realidade os fundos autónomos, na área da educação, gerem 4.837 mil contos, quase 5 milhões de contos, dos quais 1,9 milhões de contos se destina à acção social escolar e é gerido pelo Fundo Regional da Acção Social Escolar, sendo na sua grande maioria, cerca de 1,5 milhões, destinado ao pagamento do transporte escolar. É nesta altura a maior responsabilidade do Fundo Regional, fundo esse que em 1996 se encontrava numa situação total de falência. Em 1997 quando se iniciou o ano existiam para gastar cerca de 100 mil contos, se descontarmos a dívida que vinha do ano anterior. Nesta altura este fundo apresenta as suas contas totalmente equilibradas e já é possível pagar aos empresários do transporte colectivo atempadamente. Já é possível pagar as despesas das cantinas atempadamente e já é possível fazer uma gestão que não nos envergonha perante os fornecedores.

Foi através desta opção política de descentralizar a gestão do sistema da acção social e descentralizar todo o sistema de gestão financeira deste fundo, que foi possível eliminar os atrasos existentes e foi possível acabar com situações vergonhosas que existiam no relacionamento com os professores.

Ainda na área da educação, ao longo destes últimos anos, decidiu-se resolver de uma vez por todas e de forma definitiva o problema da falta de pessoal.

Em 1996 existia na educação cerca de 700 auxiliares de acção educativa que estavam a contrato. Era comum termos escolas que tinham situações de rotura por falta de pessoal auxiliar. Nesta altura todas as escolas da Região Autónoma dos Açores têm os seus quadros completos com pessoal do quadro. Isto levou a que nos últimos dois anos fossem colocados nos quadros 1.100 funcionários, a maior parte deles estavam em

situações de contrato, em situações do PROSA, em situações do MEFÉ e em situações sem qualquer vínculo. Foi possível regularizar estas situações e hoje podemos orgulhar-nos de termos no nosso sistema educativo os funcionários que são necessários.

Temos os quadros das nossas escolas completos, isto numa situação que é bastante melhor do que aquilo que acontece a nível nacional. Aliás, a legislação regional, que foi aprovada pelo PSD no tempo em que foi Governo, previa que o número de funcionários fosse bastante mais generoso do que aquilo que acontece no Continente, ou seja, o rácio aluno/funcionários nos Açores, que está legislado, é bastante mais generoso que aquele que existe a nível nacional. Nós fomos capazes de cumprir esse rácio. Aquilo que era teoria e que estava na lei e que nunca tinha sido cumprido, foi cumprido e hoje as nossas escolas têm os seus quadros completos.

Por outro lado, também foi preciso iniciar a colocação de pessoal técnico superior nas escolas, mais concretamente psicólogos. É um processo que iniciámos há dois anos, que vamos progredindo e que neste ano 2000 esperamos ser capazes de completar a rede e colocar em cada uma das escolas, de áreas escolares, um psicólogo no respectivo quadro.

Por outro lado ainda iniciámos o processo de regularização da situação do pessoal docente.

Desde 1991 que consta de um Decreto Legislativo Regional que por Decreto Regulamentar Regional do Governo estabelecerá o regulamento dos concursos para o pessoal docente. Desde essa altura que está prometido aos professores que se resolveria o problema dos quadros.

Finalmente, foi possível chegar nas últimas semanas a acordo sobre esta matéria e o Governo a muito breve trecho prosseguirá com a publicação do diploma que efectivamente cria isso que estava desde 1991 consagrado em Decreto Legislativo Regional e cria um mecanismo regional de concursos, ao mesmo tempo que faz aquilo que era uma necessidade urgente do sistema educativo.

Criam condições para que os docentes que queiram efectivamente trabalhar nos Açores o possam fazer e criam-se condições para que aqueles que, ao longo de muito anos, de forma generosa, foram prestando serviço nas nossas escolas, possam agora ver a sua situação laboral regularizada e possam eles também, da mesma forma como foi feito

para os auxiliares de acção educativa no ano anterior, possam neste ano eles também ver a sua situação regularizada e possam ser integrados nos quadros das escolas.

Isto levará a que cerca de 400 docentes que até agora têm estado a contrato, que têm vivido todos os anos em todos os meses de Setembro a angústia de ficarem desempregados ou terem de ir para esta ou aquela escola longe do seu local de residência, possam num processo, que se iniciará já no próximo lectivo, ver a sua situação regularizada. Isto levará a que dentro de dois ou três anos tenhamos um corpo docente totalmente estabilizado nos Açores e que as escolas saibam com que pessoal podem contar e possam abrir, sem a angústia de não saber se vem ou não vem o professor e os alunos possam também ter a certeza de que têm o ensino de qualidade que merecem.

Estas medidas estão associadas a medidas de carácter estrutural no que diz respeito à fixação de professores. Até agora nos Açores tem vigorado legislação sobre fixação de professores que tinham uma base geográfica. Estava dito que num conjunto de ilhas e num conjunto de concelhos havia um conjunto de incentivos, que eram dados a todos os professores independentemente do grupo a que pertenciam ou da necessidade ou não de incentivar a fixação desse grupo, excluindo, o que era um paradoxo nesta situação, contudo, um dos grupos mais carenciados que são os professores do 1º Ciclo, ou seja, nós estávamos em muitas ilhas a dar incentivos para que professores que pertencem a grupos em que há desemprego, se fixassem nessas ilhas ao mesmo tempo que não dávamos incentivos aos professores do 1º. Ciclo, que são, nesta altura, um dos grupos mais carenciados.

Também estavam em vigor incentivos à mobilidade dos professores, incentivos que visavam trazer os professores até às ilhas, em que se pagava a passagem, pagava-se bagagem e pagava-se 30 dias de ajudas de custos para que um professor fosse para uma ilha. Isto acabava por ser um convite à mobilidade. Em vez de ser um convite à fixação era um convite a que os professores todos os anos mudassem de escola por forma a que pudessem receber estas quantias que ainda são bastante razoáveis.

É evidente que isto funcionou nos anos 80, mas não podia funcionar nos anos 90 e era fundamental eliminar este sistema. Isso foi feito e também se chegou a acordo sobre esta matéria e a partir do próximo ano lectivo teremos incentivos que já não são por base

geográfica, mas sim baseados na necessidade efectiva de determinado grupo de docentes, ou seja, nós poderemos conceder incentivos a professores em Ponta Delgada ou Angra do Heroísmo com a mesma legitimidade que o podemos fazer no Corvo, em função da necessidade efectiva de professores daquele grupo docente.

Por outro lado também eliminaram-se todos os incentivos à mobilidade. Em vez disso foram criados incentivos à fixação que se traduzem na sua forma mais expressiva em incentivos à aquisição de habitação própria nas áreas das escolas respectivas.

Por isso, meus senhores, este Orçamento e este Plano traduzem, no fim de contas, alterações que são alterações substanciais e alterações de fundo na política educativa da Região.

Isto levou a que a despesa total com a educação para o próximo ano esteja prevista em cerca de 35 milhões de contos, ou seja, 36,3% do total das despesas da Região. É um valor muito elevado, é um valor que mostra a prioridade que a educação tem merecido deste Governo.

Na área das construções escolares, e para terminar o sector da educação, este Governo quando tomou posse deparou-se com uma situação extremamente gravosa. Nós quando tomámos posse não tínhamos em carteira projectos que pudéssemos lançar a concurso. Não existiam projectos.

Nos serviços de obras públicas, que eram os serviços que vinham a gerir o sector do investimento da educação, existiam apenas dois projectos totalmente ultrapassados, um para uma escola na Maia que teve que ser toda refeita, porque já tinha mais de 12 anos de projecto e o projecto obviamente tinha sido feito num contexto que já não era o contexto do ensino actual e um outro projecto também com mais de uma década para a escola da Lagoa. Eram estes os projectos que estavam em carteira, projectos esses que tiveram que ser profundamente alterados e que levaram cerca de um ano a alterar e depois o lançamento público, daí que não tenha sido possível a este Governo, conforme gostaria, ter iniciado o seu mandato com o lançamento de obras novas. Mesmo assim, perante esta situação que era uma situação claramente adversa, foi possível já fazer obra.

Nesta altura já se concluiu uma escola, a do Corvo, nesta altura temos duas escolas em vias de conclusão, a das Furnas e a da Maia, temos duas grandes reparações concluídas,

a da Ribeira Grande e São Roque do Pico, uma grande reparação em vias de conclusão na Vila da Povoação e temos lançado e já em construção uma grande escola secundária que será a escola secundária da Lagoa.

Por outro lado, também foi possível recuperar um projecto que estava parado há quase uma década, o projecto da escola do 1º ciclo da Lagoa, uma escola de 16 salas que será a maior escola do 1º Ciclo da Região, que está neste momento também já em fase final de construção e que ficará concluída na próxima Primavera.

Portanto, apesar das dificuldades de iniciarmos o mandato sem projectos foi-nos possível fazer mais nestes 3 anos do que aquilo que foi feito no mandato anterior. Muito mais. No mandato anterior apenas se concluiu uma escola, a escola da Madalena e a conclusão nem sequer foi toda no vosso mandato. A maior parte do volume financeiro já foi pago por este Governo no início do 1997. No anterior também se fez a Escola Vitorino Nemésio e a das Laranjeiras, ou seja, nos últimos três mandatos os Srs. fizeram três escolas. Em três anos nós já temos mais que três escolas feitas.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Nós não as vemos!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, a comparação está aí para todos verem. O povo vê-as e os Srs. também vêem se quiserem.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Vemos? Onde?!

O Orador: Também foi possível neste mandato criar um fio condutor para o investimento na educação nos Açores. Até agora tinha-se vindo a investir na educação de forma casuística.

Foi possível estabelecer uma carta escolar e com essa carta escolar foi possível estabelecer um conjunto largo de prioridades e uma sequência clara de obras que farão com que, no futuro, não aconteça o que aconteceu a este Governo, ou seja, sabendo que obras é que se quer fazer com a devida antecedência é que será possível encomendar os projectos com o devido tempo, por forma a que quando chegue à altura de iniciar uma obra, ela se possa iniciar. É por essa razão que, nesta altura, este Governo já tem 8 projectos de escolas encomendados.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: O próximo vai-se iniciar com uma carteira de projectos que permitirão fazer as escolhas necessárias e lançar os concursos nos devidos tempos. O drama que foi até

agora de se estar a aguardar a entrega de projectos, será uma coisa do passado. Nessa altura, em resultado de não haver o planeamento necessário, em resultado de se inscreverem obras no plano sem que haja efectivamente a intenção de as fazer, nós continuamos a aguardar a entrega de três projectos, projectos esses que foram encomendados nas vésperas das últimas eleições sem qualquer estudo preparatório e eu refiro-me concretamente à Escola de São Carlos, na Terceira, à Escola da Levada, em S. Miguel e à Escola da Horta. Foi preciso refazer todo o processo de concursos. Foi preciso reconstruir todo o processo administrativo em torno destes projectos e, obviamente, o tempo foi passando e só agora, nos próximos meses, é que vamos receber este projectos. Não se perdeu um dia,...

Deputado José Maria Bairos (PSD): Não, perdeu-se foi um ano!

O Orador: ... por parte da Secretaria, neste processo, mas tivemos que fazer muito para refazer aquilo que os Srs. não fizeram quando deviam ter feito.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Neste momento está quase tudo ultrapassado e nos próximos meses nós teremos 4 novos projectos e vai-nos ser possível lançar 4 obras. Vai ser possível iniciar aquilo que nós gostaríamos que tivesse sido no princípio do nosso mandato. Recuperámos o tempo perdido.

Passando agora ao Programa 20 e ao investimento na área de Juventude e Emprego, nós estamos a prever o lançamento no próximo ano dum conjunto de actividades que vão ter um consumo nas seguintes áreas:

- actividades juvenis de 289 mil contos;
- emprego e formação profissional 286 mil contos.

Estes valores parecem valores pequenos, mas são valores extremamente elevados, particularmente, quando nós os vimos num contexto de utilização do Fundo Social Europeu.

Isto vai permitir que a rede de escolas profissionais criadas na Região ao longo destes últimos anos se aprofunde, as escolas melhorem a sua qualidade e seja possível concretizar o lançamento de mais duas escolas profissionais.

Os Açores no fim deste mandato terão um rede de escolas profissionais que cobrirá a generalidade dos seus concelhos e que estará à disposição dos seus jovens para que eles possam, também na área profissional, obter a formação que precisam.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Essas escolas não são do Governo. Querem inaugurá-las sem elas serem suas!

O Orador: Esta foi uma medida extremamente importante na política educativa da Região.

O ensino profissional até 1996 estava confinado a uma secretaria que não era a da educação e estava voltado apenas para o centro de formação profissional que era, no fim de contas, um centro que não uma escola, era um serviço da própria Secretaria.

O Centro de Formação Profissional dos Açores já foi extinto e já foi transformado numa Escola Profissional. As escolas profissionais foram integradas no sistema educativo e hoje nós temos ensino profissional em quase toda a nossa Região, faltando só o Grupo Ocidental, que também lá chegaremos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Responsabilidade das Misericórdias e das Câmaras!

O Orador: Se as Câmaras não tivessem interessadas, podiam não ter participado, porque havia quem tivesse.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ah, sim! Os Srs. queriam era inaugurar escolas que não eram suas!

O Orador: Na formação, em relação ao desenvolvimento do sistema educativo, este ano vamos investir 390 mil contos, iniciando uma acção nova com 50 mil contos destinado a concretizar a extensão a todas as escolas da Região, incluindo a do 1º Ciclo, da penetração da rede de internet, o alargamento nas outras escolas e para podermos também iniciar o ensino experimental das ciências nas nossas escolas. As nossas escolas têm um ensino, na área científica ou tecnológica que é claramente deficiente, dada a inexistência dos equipamentos de demonstração que são necessários para o ensino experimental. Esta é uma situação que queremos inverter e o próximo ano verá o aparecimento dum novo projecto destinado à penetração das tecnologias da informação e ao ensino experimental.

Portanto, isto em conjugação com o ensino profissional e com o esforço que se está a fazer no ensino profissional, permitirá melhorar claramente a empregabilidade dos

jovens que saem das nossas escolas. Eles deixarão de sair de escolas que apenas se preocupam com a formação escolástica, para saírem de escolas que têm também uma forte componente tecnológica e uma componente de preparação para a entrada na vida activa.

O investimento do Governo na área do desenvolvimento do sistema de solidariedade social será de 637.500 contos, a maior parte destinada a comparticipar o sistema da segurança social e um investimento que se centrará, no próximo ano, em três grandes obras, o Centro de Cuidados Geriátricos de Angra, o Centro de Cuidados Geriátricos da Horta e a recuperação do Lar de Idosos aqui na Horta e o início da recuperação do edifício do actual Centro de Saúde da Praia da Vitória que também será transformado num Centro de Cuidados Geriátricos.

Paralelamente a isto serão mantidas as acções que vinham a decorrer em termos de criação de edificios polivalentes nas freguesias e na melhoria dos equipamentos para os idosos e para os mais jovens.

Na área da cultura propõe-se o Governo investir 1. 630 mil contos, dos quais 442.500 contos se destinam ao apoio às actividades culturais, valor a que se deve acrescentar 220 mil contos provenientes do Fundo Regional da Acção Cultural e 1.100 mil contos à defesa e valorização do património arquitectónico e cultural.

Na área do património arquitectónico e cultural no próximo ano teremos concluída a Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, teremos o processo de reconstrução da Biblioteca e Arquivo da Horta em estado muito avançado ou talvez mesmo aproximando-se da sua conclusão e estaremos a iniciar o processo para a construção da Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo. Estas são as obras dominantes neste contexto.

Em relação ao Programa 27 - Desenvolvimento Desportivo, temos um investimento previsto de 988 mil contos, dos quais 573 mil se destinam a investimento em instalações desportivas, das quais avultam o Parque Desportivo de S. Miguel, mais propriamente o Parque Desportivo de Ponta Delgada e o arranque da obra na Horta.

As actividades desportivas absorverão 415 mil contos, aos quais temos que acrescentar 980 mil contos do Fundo Regional de Fomento do Desporto.

No Programa 33, programa afecto à Secretaria na área da recuperação das consequências do sismo do ano passado, teremos inscritos 740 mil contos, dos quais 500 mil contos se destinam a financiar o protocolo que foi estabelecido com a Diocese de Angra para a recuperação de Igrejas nas ilha do Pico e Faial. As restantes verbas destinam-se a fazer face à recuperação de escolas e à recuperação dum conjunto de outras infraestruturas na área social que ficaram afectadas essencialmente na cidade da Horta.

Pois, meus senhores, estes são os programas afectos à Secretaria. É este o Plano que propomos, Plano esse que é a manifestação das políticas que este Governo está a implementar e pretende implementar. É um Plano que creio apresenta um conjunto muito grande e muito importante de obras e realizações e uma manifestação muito coerente da vontade de investir na área social.

O investimento na área da Saúde será apresentado pelo Sr. Subsecretário Regional, que já está inscrito e logo que possível fará a sua intervenção.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Ouvi V. Exa. com muita atenção e a minha intervenção sobre a análise desta proposta de Plano para 2000 versará mais sobre aquilo que tem sido a execução e/ou as consequências da não execução e/ou as consequência das políticas que foram ou que têm vindo a ser implementadas pelo departamento do Governo a que V. Exa. preside.

Mais uma vez tivemos uma descrição cor-de-rosa...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Descrição real e objectiva!

O Orador: ... de tudo aquilo que foi feito ou que vai vir a ser posto em prática.

A Sra. Deputada Natividade também trouxe-nos aqui um contributo muito abonatório em relação às medidas que foram tomadas e há, efectivamente, o reverso da medalha que não foi ainda por ninguém trazido aqui.

Teria ficado muito bem, nomeadamente ao Sr. Secretário Regional, ter aquela humildade que tanto procura demonstrar ter, fazendo justiça àqueles que na rede arcam com as consequências das suas tomadas de posição, ao menos ter dado algum relato daquilo que são as dificuldades que efectivamente as pessoas no dia-a-dia nas escolas sentem.

É evidente, que quando eu acabar de falar, como de costume, ouvirei da sua parte e da parte do Sr. Deputado Francisco de Sousa,...

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Então por que é que faz a intervenção?!

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Se já sabe, escusa-se de perder tempo!

O Orador: ...que estou desfasado, que não sei do que estou a falar, que isto é um discurso virtual, que tudo o que não foi feito, ou as consequências do que está menos bem se ficaram a dever aos 20 anos do PSD. Já sei que essa vai ser a resposta que vou de imediato ter, mas isso não me coíbe de trazer aqui...

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Eu prometo que não digo aqui aquilo que já disse!

O Orador: ... aquela que é a verdadeira situação da rede.

Srs. Deputados, os Srs. trazem como grande motivo de orgulho, e efectivamente é obra que está feita e eu nunca neguei aquilo que os Srs. também vão fazendo, a intervenção que fizeram a nível do 1º Ciclo do Ensino Básico. É uma intervenção notória, mas que é feita pelas Câmaras, Sr. Secretário.

Os Srs. apropriam-se daquilo que os outros fazem e tomam isso como obra sua. Aquilo que é obra vossa está por fazer e repare que até intervenções a nível do 2º e 3º Ciclo do Básico, como as que foram feitas no Corvo, como as que estão a ser feitas na Povoação, por uma Câmara vossa, nas Águas Quentes, nas Furnas e que estão a andar a bom ritmo, são obras que estão a ser executadas pelas autarquias que como sabem, na Região, tanto são do PSD, com larga maioria, como do PS.

Portanto, é obra das autarquias. Honra seja feita às autarquias pela sua capacidade de execução e os Srs. apropriam-se disso e vão lá inaugurar, como fizeram na Terceira, nomeadamente como o Sérgio Ávila fez e os Srs. foram inaugurar aquilo que foi feito. É aquela fúria inaugurativa a que a gente já se habituou.

Agora, sem ter absolutamente nada contra as políticas de integração de deficientes, as políticas de ter os alunos que fugiam à escolaridade ao nível do rendimento mínimo garantido nas escolas, efectivamente aquilo que o Sr. devia ter trazido aqui e devia ter dado a mão à palmatória fazendo justiça como eu disse àqueles que têm que enfrentar os problemas, é que a par de ter trazido para as escolas a nova forma de autonomia, gestão e administração, a par do dinheiro que pôs para os fundos das escolas, a par do preenchimento dos quadros, o Sr. levou para as escolas uma quantidade de problemas que elas nunca tiveram até aqui e que nós tivemos o bom senso e a humildade de ter, paulatinamente e de forma pensada, procurado introduzir, sem a precipitação, sem a forma mal preparada que os Srs. fizeram.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Desde 83 que os Srs. tinham um diploma e nunca o aplicaram!

O Orador: Quando o Sr. falou eu não o interrompi. Isso não me perturba, porque aquilo que eu tenho para dizer digo. O Sr. esteja calmo, porque isso não lhe fica bem, Sr. Secretário. Acalme-se, porque aquilo que eu tenho para dizer, vou dizer e tenho tempo para o fazer.

Portanto, o seu grande problema é que o Sr. não sabe aquilo que efectivamente se passa. O Sr. diz que as pessoas não vão à escola, que eu não vou à escola e o Sr. esquece-se que eu tenho filhos na escola, como o Sr. tem. Tenho uma mulher que dá aulas, tenho imensos familiares e amigos que estão na rede e eu sou daqueles que vou lá e espero toda a manhã para comprar um impresso para matricular o rapaz, volto à tarde, numa escola com o número de alunos que tem, e o Sr. Secretário sabe, a Escola Padre Emiliano de Andrade.

Eu sei efectivamente as dificuldades com que as escolas lutam, não a nível já do preenchimento dos quadros, porque preencheu os quadros muito bem, agora com os problemas que o Sr. meteu nas escolas, os quadros não precisavam só ser preenchidos,

os quadros precisavam também de ser actualizados nalguns casos e esse é que é o problema.

Quando as escolas nos dizem, e vamos ao caso da escola de Angra, que só com a ajuda preciosa da PSP é que conseguem resolver alguns problema como por exemplo, o controlo dos parques ou das zonas envolventes, porque não há pessoal auxiliar para conseguir chegar lá.

Quando as situações menos dignas vão acontecendo aqui e acolá por falta efectivamente desse controlo, desse apoio, o Sr. tem que se convencer que as coisas não vão muito bem e que aqueles títulos que apareceram na comunicação social dizendo que: "O panorama é negro" ou que "A Educação está de luto", não têm só a ver com os professores que ficaram sem emprego, tem a ver com muito mais. O Sr. sabe o que é estar numa sala de aula com alunos desses tais do rendimento mínimo garantido, e que têm todo o direito a estar lá, mas que se recusam pura e simplesmente a trabalhar e dizem: eu não trabalho, não faço. Isto não é só numa ou duas salas de aula, porque estes alunos estão espalhados a todos níveis por todas as escolas da Região.

O Sr. sabe o que é ter alunos desses, sem ter meios para fazer face aos problemas que eles ocasionam nas sala de aula, ou seja, ter alunos que se recusam a trabalhar, ter um aluno que, quando o professor diz: "põe-te na rua", ele responde: "venha aqui buscar-me"!

Sr. Secretário, em turmas especiais com 12 alunos, que têm 2 ou 3 professores, é preciso chamar o Presidente do Conselho Executivo para vir com um contínuo - e não é qualquer um, tem de ser já um com alguma experiência - para vir à sala de aula e para tirar o aluno de lá de dentro, que vem a espinhar e a chamar nomes à mãe do Sr. Presidente do Conselho Executivo, dando pontapés na porta e indo pelo corredor fora a fazer o mesmo e depois o que é que o Sr. Presidente do Conselho Executivo faz, onde é que ele aplica a medida educativa disciplinar dentro da escola, à luz do novo regulamento. Não lhe pode bater, não o pode por na rua, ele tem que estar lá dentro. Portanto, onde é que ele tem sítio para aplicar a medida educativa disciplinar. Isto é que são problemas, Sr. Secretário.

São problemas também integrar alunos mongolóides com 12 ou 13 anos com um desenvolvimento mental de 4 ou 5, com alunos normais dessa idade, por esses miúdos

terem descoberto, nessa idade, o prazer da excitação genital. Esse é um problema e eles começam a fazer isso diante dos outros e as educadoras às vezes com falta de auxiliares ficam aflitas sem saber como é que vão dar a volta ao problema.

O Sr. sabe o que é ter um aluno surdo/mudo de 6 anos metido numa sala de aula ao lado duma criança da mesma idade. Isso foi-me reportado ainda há poucos dias. Isto é só para ver que há muita coisa que não se diz. Uns não dizem por custo ou por humildade e até os mais pequenos têm coisas que ocultam na sua infantilidade, mas com grande noção da realidade, acham que não vale a pena.

Portanto, metem um surdo/mudo de idêntica idade dentro da sala - são miúdos que têm uma agressividade especial e eu tenho toda a compreensão por eles. Tenho escrito muito e sempre me bati muito pelos deficientes e sei o que é o problema dos deficientes e respeito muito os pais que têm filhos deficientes - mas é preciso integrá-los e saber integrá-los bem. Um miúdo que anda à roda na sala, porque vai causando problemas aos colegas, junto dos quais se vai sentando, até que é sentado junto do mais quietinho da sala, que vai sofrendo em silêncio, que vai fazendo notar em causa um comportamento diferente até que os pais descubrem que o miúdo está naquele estado porque o outro ao lado lhe espeta o lápis, lhe faz "trinta por uma linha" e ele não se queixa. Ele disse depois à mãe, que me contou isto: ó mãe para que é que me vou queixar, se a Sra. professora logo no princípio zangou-se a dizer que a gente agora tem um menino assim e que temos todos que ser muito amigos dele e não lhe podemos fazer nada. A Sra. professora também já foi dizendo que não sabe muito bem como é que vai resolver este problema, mas para que é que serve fazer queixa ou dizer alguma coisa à Sra. professora se o menino é surdo. Ele não me ouve e não ouve a Sra. professora.

Sr. Secretário, isto são casos que existem em todas as escolas.

O Sr. acaba do pé para a mão com a Escola de Educação Especial que esteve ao serviço durante 30 anos.

Os Srs. resolveram, ao nível do rendimento mínimo garantido, apanhar toda esta gente e meter na escola, gente que está na reinserção social, gente que já se prostituía com as mães. O Sr. sabe o que é ter dentro duma turma uma miúda de 14 anos que já se prostituía com a mãe e começa a querer fazer algo idêntico dentro da escola ao que fazia cá fora, e quando os pais vão ao Conselho Directivo e pedem no Conselho Directivo

para chamarem a mãe, ela vai lá e quase que bate no Sr. Presidente e diz que a sua filha já tem tamanho para se aguentar com qualquer homem ou então quando até partem a cara ao Sr. Presidente do Conselho Directivo como há dias o fizeram.

É isto que o Sr. tem que ouvir e tem que saber e não dizer depois que aqueles que denunciaram isto aqui não sabem, não vão às escolas, estão desfazados e estão na realidade virtual.

O problema, Sr. Secretário, é que, desculpe que lhe diga, efectivamente o senhor, com o devido respeito, assentou praça em general. Veio da sua cátedra de professor catedrático, assentou praça em general na casa do Provedor das Armadas e, de facto, não fez a recruta, não fez o curso de oficiais melicianos, não experimentou na prática o que é no terreno passar pelas dificuldades para as ultrapassar. Fez na marinha e eu fiz na força aérea, nos paraquedistas, eu sei, mas o Sr. não aprendeu uma coisa que era a primeira regra base, segundo nos ensinavam que era cumprir e fazer cumprir. O Sr. não cumpre, o Sr. não cumpre as coisas mais elementares. o Sr. desde a educação, naquilo que lhe dizem que devia fazer assim ou assado, o Sr. quando entende fazer de outra forma faz dentro do seu poder discricionário e é por isso que depois chegam aqui os diplomas com medidas que são altamente alteradas, porque efectivamente se tivesse dado ouvidos àqueles que o aconselham o Sr., pelo menos, não passaria por determinadas situações.

A nível da cultura o Sr. não ouve os seus técnicos que o aconselham e que lhe dão informações sobre aquilo que não pode ou não deve fazer. O Sr. desrespeita a legislação aprovada aqui nesta Casa aprovada por unanimidade. O Sr. voltou a desrespeitá-la à dias.

Veja, está na altura certa, diz o Sr. Secretário da Economia e muito bem. para os hotéis, há um momento certo e nós estamos muito contentes porque parece que agora chegou o momento certo para os hotéis de Angra avançarem.

Mas, o Sr. já está a fazer algo que contraria o que foi aprovado aqui nesta Casa e não admira porque o Sr. Presidente, o seu chefe diz publicamente que não acata aquilo que é emanado deste Casa, como é que o Sr. há-de acatar. O Sr. não acata mesmo nada e depois dão-lhe os pareceres e pura e simplesmente o Sr. borrifa-se para eles, autorizando mais um andar num hotel, autoriza sobreocupação de espaços invocando isto e aquilo

quando a lei que foi aqui revista foi para acabar com as exceções, com o poder discricionário do Secretário.

Todas aquelas situações que diziam: não pode crescer em espaço, não pode crescer em profundidade, salvo se o Secretário autorizar, foram limpas, foram tirados do diploma e o Sr. continua a autorizar e depois diz que o passado pode ficar preservado em fotografia alusiva ou memória descritiva, quando o que é preciso manter, não importa o tamanho, é o original e para isso não é preciso ter mais ou menos mundividência. O Sr. outro dia, de forma muito deselegante, disse que me faltava mundividência.

Ó Sr. Secretário com toda a humildade eu ao longo de muitos anos procurei dar e fazer o meu melhor, percorrendo muitos sítios dando o meu modesto contributo em simpósios, em conferências, procurando sempre aprender com os outros e nunca desrespeitei a regra básica que é: aquilo que nós herdamos do passado, aquilo que chegou até ao presente momento, aquilo que é património, não tem nada que se adaptar às pessoas ou às funções novas que queremos lá meter. Aquilo que se tem que fazer é exactamente o inverso, ou seja, se aquilo não cabe ou não se adapta parte-se para outra alternativa, mas não se irradica, não se limpa aquilo que é a galinha de ovos de outro que o Sr. vai limpando naquilo que é património. Tira ao Sr. Secretário da Economia a hipótese de ter turismo cultural com qualidade, pois vai fazendo cópias, vai permitindo os reclames luminosos, vai permitindo os alumínios e daqui a dias vai por aí fora defraudando a única coisa que tínhamos de genuíno e de original!

Sr. Secretário, as pessoas juntam a sua à nossa voz.

Vou já terminar com críticas que vêm de todas as modalidades e que chegam - e só dou eco aqui do volei - numa forma muito clara de todas as associações e podemos trazer exemplos de todas as outras em que se diz que, como não há apoio para a organização na competição regional de júniores, quando tudo apontava para que na época 1999/2000 a prova fosse apoiada, não houve aumento para as restantes provas de campeonatos regionais, ficando vedada a possibilidade das associações poderem reformular o esquema de prova; uma verba disponibilizada para a formação, não sofreu aumentos em relação a 98/99, contra a análise que se fez, que apontava para um grande investimento; há a suspensão de toda a formação de agentes desportivos não praticantes e a suspensão

de todas as actividades de promoção e organização de eventos desportivos de relevante interesse promocional.

Sr. Secretário, presunção e água benta cada um toma a que quer e no seu caso, Sr. Secretário, e ainda à crítica deselegante que outro dia me fazia, eu direi que vai sendo para si cada vez mais difícil compaginar a aparente humildade de V. Exa. com a sua auto-estima que afinal parece ser muito elevada!

Vozes dos Srs. Deputados Mark Marques e Manuel Azevedo (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas um pequeno reparo relativamente à intervenção do Sr. Secretário Regional no que concerne à Escola Secundária da Horta e só para lembrar que o processo de concurso da Escola Secundária da Horta ficou encerrado em Maio de 1997 e nessa altura em conversa, fora desta sala, sobre esta matéria, fui informado pelo Sr. Secretário que tinha havido diversos concorrentes, que o problema ainda não tinha tomado qualquer solução porque tinha havido uma reclamação e que pensava inclusivamente expôr as maquetes relativas a esses projectos e, portanto, que tudo estava pronto para avançar.

Eu admito perfeitamente que o Sr. Secretário tenha tido dificuldade de ordem financeira, pelas quais não lhe tenha sido possível avançar com este processo ou as razões que entender. Agora, o que me parece é que a desculpa que aqui trouxe hoje é completamente diferente da informação que prestou ainda durante o ano de 1997, creio que por finais do ano, na altura em que discutíamos aqui o Plano e Orçamento. Era apenas esta ressalva.

Sei que neste momento já foi adjudicado à meses o projecto, que já está na sua maior parte elaborado e que agora está numa fase de projecto de especialidades, mas isto para dizer de que não houve necessidade de alterar coisíssima nenhuma, o que houve foi necessidade de reunir um processo administrativo numa reclamação dum concurso,

conforme informou o Sr. Secretário Regional, e que daí por diante são as delongas próprias destes processos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com atenção as palavras do Sr. Secretário e comungo daquilo que ele disse, dispensou-se de falar em verbas e em acções para falar de políticas e estou perfeitamente de acordo, porque, de facto, ao fim de 4 anos estamos a analisar o último plano desta legislatura, o que é importante é falar, se calhar, menos de acções e de verbas, porque não podemos transformar esta Região num mealheiro, num cuco que sai e entra dinheiro, sai verbas e mete verbas, só com a diferença de que as políticas que estão subjacentes a dinheiro, há dinheiro que não tem política e há políticas que não têm dinheiro e gostaria de sublinhar aqui dois aspectos, que o Sr. Secretário passou de relance, relacionados com a cultura e com o desporto e até com as nossas comunidades de emigrantes intimamente ligadas à cultura, embora não seja propriamente da sua área, é quase como o ambiente que pertence a todos e não é de ninguém.

E começaria por aqui:

A identidade açoriana, a cultura dos nosso emigrantes, digamos assim, dos nossos residentes nas outras comunidades, por exemplo, o Governo tem uma verba que aplica, e bem, ”na televisão, esse meio poderoso de difusão da cultura açoriana no mercado internacional.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Isso é com o Ministro da Cultura.

O Orador: O Sr. Ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, está inquieto para tomar conta da televisão é por algum motivo e nós vemos aqui algumas verbas, este ano um bocadinho mais pequenas, para a difusão de um programa que a Sra. Directora Regional da Cultura, que depois diz nas comissões que não há capacidade de produção da parte da RTP-Açores por um lado, e que gostaria de corresponder com mais, que são os apelos que vem da comunidade.

Eu não sei se o Sr. Secretário tem alguma coisa a ver com isso, porque não é bem da sua área, mas é a cultura açoriana que está em causa e que cultura açoriana.

Eu estou a falar da difusão da cultura, da identidade cultural dos açorianos e a difusão da cultura açoriana no mundo.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Não é da minha área.

O Orador: A cultura é da sua área e é isso que eu gostaria de sublinhar, porque vou falar um pouco sobre aquilo que me parece que falha em termos de difusão da cultura.

Eu não queria falar propriamente de números, porque eu reconheço que o Governo põe verbas, também põe verbas no desporto, mas também tira verbas do desporto, como desta vez, que o Governo acertou algumas ideias que vêm detrás, mas não inovou em termos globais a política da difusão da cultura.

Nós continuamos hoje a comprar CDs da Secretaria Regional em livrarias e continuamos a ir às casas de cultura buscar bilhetes para ir a uma peça de teatro que a Secretaria divulga, ou seja, a Secretaria tem preocupações na difusão e nos gastos do dinheiro, como o Dr. Marcelino Candeias, meu querido amigo, diz: "temos que ser severos com a cultura".

Portanto, a Secretaria não inovou nestes 4 anos nessa matéria. Herdou, de facto, a estrutura e quando se esperava que desse o salto, a Secretaria parou, mantém a mesma estrutura, as mesmas casas de cultura, até algumas já com ar mofento, porque não têm a expansão nem a visibilidade para o exterior. São quartos quase cheios de livros guardados em que era preciso dar, de facto, uma inovação que nestes quatro anos não se viu e não se vislumbra neste final de mandato.

Era importante que a Secretaria percebesse que não basta fazer e criar projectos, criar acções e dizer que estamos à espera que a sociedade venha ao nosso encontro, porque quando a Secretaria diz que não quer ser dirigista, logo a seguir promove espectáculos e quando os promove, promove-os mal, porque não está vocacionada para isso, não é profissionalmente preparada para isso e as coisas morrem. É por isso que nós vemos o melhor Jazz que pode haver em Portugal num centro cultural da Ribeira do Meio, na ilha do Pico, num mês de Inverno. Concordamos até com isso, agora não concordamos com a forma como está feito. A Secretaria quer fazer tudo para protagonizar e depois perde-se na parte final.

Eu também concordo que haja severidade nos gastos, mas também haja critérios nessa circulação.

No que diz respeito aos livros, são caixotes de livros que vão, e bem, para as bibliotecas das nossas comunidades. Nós depois queremos um livro, mas é muito caro comprar um livro numa biblioteca qualquer de Ponta Delgada, porque os livros da Secretaria ou não aparecem ou são muito caros. Eu penso que era preciso dar a volta a isto, até para maior acessibilidade aos cidadãos.

No ponto de vista da cultura, penso que aqui - e gosta-se muito de comparar o passado com o presente e com o futuro - nós nos Açores precisamos de dar a volta. Este Governo e não outro, porque temos é este Governo, não deu a volta necessária nessa matéria. Copiou tudo, tal igual, e os vícios também.

Na área do desporto, Sr. Secretário, não compreendo porque é que este ano há um corte tão substancial, e o Sr. Secretário teve o cuidado de somar ali o dinheiro do Fundo Regional do Desporto, mas no fundo o que as associações desportivas sabem é que este ano há mais dinheiro para as actividades desportivas e precisamente para as competições intra-regionais e precisamente para aquilo que vai ser a formação dos nossos jovens, numa altura em que temos uma comissão de toxicodependência, preocupados com o alcoolismo, preocupados com os problemas da pobreza, preocupados com a vitalidade das nossas comunidades, é precisamente no desporto que o Governo, que dá tanto em determinadas coisas, vai cortar verbas para a actividade e o fomento desportivo. Acrescenta uma coisinha nos parques desportivos, parques que vêm de trás, que hão-de continuar, mas sempre assente numa política de tripolaridade ao jeito das velhas Juntas Gerais dos ex-distritos que pensava que já estavam ultrapassados.

Acabemos com esta história de parques desportivos. O que nós precisamos é de fomentos concelhios e mais estádios de grande dimensão para depois o Governo dizer que não tem dinheiro para participar.

Façam-se relvados para pôr a rapaziada a jogar.

Cooperem com as Câmaras e façam pequenas bancadas para as pessoas assistirem, porque as nossas comunidades são pequeninas. O que precisamos é de qualidade efectiva e eu não vejo, ao fim de 4 anos, que haja essa preocupação do fomento da actividade desportiva em vez da megalomania de 3 ou 4 estádios grandes que nunca

mais acabam e o caso está em S. Miguel que neste momento já se justificaria um estádio pronto e à altura e ainda continuamos a arrastar as verbas dum estádio que nasceu da obra do povo de S. Miguel, curiosamente de subscrições do povo de S. Miguel há muitos anos.

Não estou contra essas três obras, é evidente, queria era uma política subjacente a isso que previsse a subsistência duma actividade desportiva capaz, influente e que mexesse com os nossos jovens nas modalidades amadoras. Portanto, aqui não vejo nada de novo, precisamente, num ano em que se cortam nas actividades desportivas.

Globalmente era esta a ideia que queria deixar, deixando também o desejo ao Sr. Secretário que consiga o sonho, que eu também tenho, dum dia Ponta Delgada ou S. Miguel ter o tal centro de arte moderna, que tem mil contos neste plano, mas espero que um dia, e não sei se será para algum de nós, S. Miguel venha a ter esse centro. Já agora lhe digo que se um dia tiver a sorte de o fazer, que o faça mas dê essa obra a um arquitecto capaz e que seja uma obra que dignifique os Açores. Não seja o primeiro arquitecto que encontre na esquina que faça uma adaptação. Faça um centro que se veja e que honre a entrada no ano 2000.

Vozes do PSD: *Muito bem! muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O tempo já vai longo e tenho que responder com grande brevidade.

Em relação ao Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, conforme lhe prometi, não vou falar do passado, porque o Sr. já o fez, apenas lhe direi que as dificuldades que o Sr. descreve das escolas, são dificuldades que eu conheço e também sinto. São dificuldades que as pessoas que estão nas escolas sentem todos os dias, sempre sentiram e vão continuar a sentir.

A educação não é um sector fácil, não é um lugar em que se possa estar sem problemas.

A educação é resolver problemas e problemas muito difíceis, muito complicados.

Nós temos dentro das nossas escolas quase 60 mil pessoas. 60 mil pessoas é quase um terço da população dos Açores. É evidente que um terço dos problemas dos Açores são desta ordem.

Em relação ao problema da integração dos cidadãos com deficiência, é verdade que existem, mas a situação que existia era inaceitável e eu não quero estar a citar em público conversas privadas, mas houve alguém que me disse, ainda há pouco tempo, que foi pena que a escola não tivesse sido extinta há mais tempo.

Em relação ao resultado desta extinção das escolas, pois ele está devidamente acomodado. Há um programa criado, há um conjunto de regras criadas e se o Sr. Deputado vir o diploma verá que as escolas não são extintas em vão. Elas são transformadas e vão seguir um novo caminho. Cada uma das escolas da Região passará o seu núcleo de educação especial e nós passaremos, também aqui, duma situação multipolar em que cada escola em cada ilha terá condições para cuidar dos seus alunos considerados em níveis especiais.

Este é um processo complexo, processo que será longo. Nós iniciámo-lo agora, estabelecemos as pistas e a próxima década dirá a justeza ou não desta posição.

Em relação à questão da cultura, o Sr. Deputado continua a voltar aos mesmos sítios em Angra. A questão em Angra, Sr. Deputado, é a escolha entre imobilismo e o progresso, é a escolha entre conservar com qualidade e pôr naftalina. Eu prefiro conservar com qualidade.

Quando o Sr. Deputado fala em conservar o que lá está, e referindo-se concretamente à praça de touros de S. João, eu desafio-o a ver o que lá está.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Tem um buraco!

O Orador: Tem um lá um buraco no parque de estacionamento e um bocado duma parede. É apenas isso, não há lá mais nada. Se houvesse qualquer outro elemento seria conservado.

Em relação ao hotel de Angra, eu não sei se o Sr. Deputado queria conservar o buraco da Praça Velha. Aquela falta de edificios que lá está é que deve ser conservada.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Em 3 anos ainda não conseguiu tapar um buraco?!

Deputado António Meneses (PSD): Tem é que respeitar a lei.

O Orador: A lei é respeitada e se não for respeitada, o Tribunal Administrativo existe é para isso. Portanto, Sr. Deputado, eu considero que a lei é respeitada, e não apenas eu. Obtive os necessários pareceres sobre essa matéria, não só apenas de um jurista. Se o Sr. Deputado tem dúvida, há o Tribunal Administrativo para resolver essas questões. Eu tenho todo o interesse em que a lei seja respeitada, mas também tenho todo o interesse em viabilizar a reconstrução do Hotel de Angra e a viabilizar a eliminação dum buraco enorme, que é das principais vergonhas de Angra, desde 1980 diante da Câmara Municipal, no coração da cidade. Há 19 anos que está um buraco ali, Sr. Deputado.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Há 19 anos!

O Orador: Isso é que é intolerável. Isso não é conservação do património, isso é degradação. É fazer isso em nome de quê? Por causa de dois quartos, por causa da ligação dum poço de elevador a um edifício.

Sr. Deputado, sejamos realistas e apliquemos a lei com senso e deixemo-nos de fundamentalismos.

Em relação à questão do desporto, Sr. Deputado, o dinheiro não estica - e eu aproveito para responder a dois Srs. Deputados e também ao Sr. Deputado Sidónio - e quando o Sr. diminuíu no IRS,...

Deputado Eugénio Leal (PSD): Mas os Srs. aumentam as despesas correntes!

O Orador: ... quando os Srs. aumentam a despesa com a remuneração complementar, de algum lado ele tem que sair.

Sr. Deputado, também lhe posso dizer que essas verbas não saíram do desporto em vão e garantiu-se que os clubes terão no próximo ano exactamente o mesmo financiamento que tiveram o ano passado. Está garantido esse financiamento e os contratos/programa são iguais ao ano passado. Portanto, não há crescimento, mas também não há diminuição.

Quanto ao resto os Srs. é que terão que explicar, porque foram os Srs. que causaram os problemas orçamentais.

Sr. Deputado Madruga da Costa, em relação àquilo que disse, sim senhor, está correcto, o concurso terminou o prazo de apresentação de propostas em Maio de 97. Em Maio de 97 foram entregues maquetas. A partir daí iniciou-se um processo extremamente

complexo, porque o concurso não estava devidamente instruído. O Sr. Deputado saberá e a escola também sabe e muita gente do Faial saberá isso.

Foi preciso muitas e muitas discussões, porque o que estava previsto não estava claramente estabelecido e só algures em 98 é que ficou este assunto resolvido. O projecto está em fase de conclusão e estará pronto nos próximos meses para ser lançado a empreitada.

Muito obrigado.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Agora estamos de acordo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um dos aspectos que no passado aqui sempre criticámos foi o facto de nos governos anteriores, nos governos da responsabilidade do PSD, serem apresentadas no plano muitas acções que não eram, efectivamente, levadas à prática.

Ouvimos muitos e muitos Srs. Deputados do PS, nessa altura na oposição, terem a postura exactamente igual à que nós então tínhamos.

A nossa posição hoje é exactamente a mesma. Entendemos que o Plano deve ser orientador sim, mas essa orientação tem que ser respeitada e tem que ser atendida até porque ela é aqui posta à nossa consideração e porque ela tem que reflectir efectivamente aquilo que vai evoluindo no dia a dia.

Eu já ontem na minha intervenção referi e volto a pôr ao Sr. Secretário o problema da adaptação ao ensino secundário da escola das Flores. Como é que está e como é que vai evoluir esse processo se é que efectivamente esse processo vai evoluir no ano 2000?

Um outro aspecto que gostaria de colocar aqui ao Sr. Secretário Regional é: Qual é o seu pensamento em relação à possibilidade de haver no Concelho das Lajes das Flores uma casa de repouso para a terceira idade? É uma matéria que temos trazido nos últimos 3 anos, que já no passado trouxemos e admitimos, neste caso concreto, que tenha que haver uma evolução de acordo com as possibilidades e de acordo com as demoras dos projectos. Agora, pensamos que é importante saber, neste momento, a opinião do Secretário Regional em relação à matéria.

Um outro assunto que foi levantado aqui pelo Sr. Deputado Sidónio Bettencourt que, em relação ao Concelho das Lajes das Flores eu referi na minha intervenção, é o facto da ocupação dos tempos livres dos jovens, e não se venha a dizer que, em relação a estas matérias, é necessário muito dinheiro. Hoje isto passa-se nas nossas comunidades rurais, nas nossas pequenas vilas, passa-se nas nossas pequenas aldeias e passa-se nas nossas escolas.

Esta é uma matéria em que eu não gostaria de contribuir para que houvesse polémica à volta dela, o que gostaria sim era que todos nós nos sensibilizássemos para o facto de como alternativa às alternativas que muitos jovens encontrem e que nós não queremos, que vamos buscar à alternativa do desporto, à alternativa da ocupação dos tempos livres, de maneira saudável, de maneira a que, efectivamente, os jovens possam ocupar esses tempos livres com dignidade e sem serem aliciados para aquilo que todos nós combatemos e que, no fundo, se não há alternativas em relação a estas matérias, é evidente que não é possível que os jovens possam daí conseguir algo.

Sobre este aspecto queria também recordar uma coisa, é que há pouco coloquei a necessidade que a população hoje reivindica no Concelho das Lajes das Flores dum pequeno gimnodesportivo. A realidade na escola das Flores é que não há gimnodesportivo e o que serve a escola está a degradar-se. É outra situação que gostaria de chamar a atenção.

Um outro problema que gostaria de colocar, foi que o Governo Regional e concretamente o Sr. Secretário criou algumas expectativas a nível regional com, inclusivamente, a apresentação duma Proposta de Decreto Legislativo Regional que mereceu a aprovação desta Câmara e que diz respeito à rede de bibliotecas municipais. Foi criada determinada expectativa e agora verificamos no Plano que, se não estamos a interpretar mal, aquilo que é determinado como acção "rede de leitura pública, apoio à construção e adaptação de imóveis" estão 30 mil contos. Este montante está todo desagregado com verbas que são absolutamente irrisórias e a pergunta que eu faço ao Sr. Secretário é a seguinte:

O Sr. pensa que efectivamente a rede de leitura pública vai ser implementada nos concelhos da nossa Região e como, atendendo à exiguidade das verbas que aqui estão contempladas.

Um outro aspecto que gostaria de colocar diz respeito à actividade baleeira e àquilo que é necessário daí advir no que diz respeito à preservação do património baleeiro.

O Sr. Secretário Regional no programa que visa essa matéria, tem a verba, se a memória não me falha, de 15 mil contos, gostaria de perguntar o que é que vai fazer ou para onde é que se destina se é que há a ideia concreta em relação à conservação do nosso património baleeiro, porque efectivamente também no passado foi matéria discutida e analisada. Foi matéria que inclusivamente mereceu o pronunciamento desta Assembleia Legislativa Regional e, na realidade, é uma matéria que, a nosso ver, está um pouco esquecida, se bem que alguns parceiros sociais nas análises que fizeram do plano, referem, por exemplo, num parecer a fábrica da baleia de S. Vicente Ferreira, em S. Miguel.

Todos nós temos consciência, por exemplo, que uma das reivindicações, desde há muitos anos nas Flores, seria apoios para a recuperação da fábrica da baleia que é propriedade municipal.

Portanto, também esta é matéria do âmbito da Secretaria da responsabilidade do Sr. Secretário da Educação e Assuntos Sociais e gostaríamos de saber o que é se tem feito e o que se está a fazer e o que se pensa fazer no ano 2000 em relação a esta matéria.

Finalmente, eu gostaria de ver esclarecido um outro aspecto que foi levantado aqui pelo Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, que o Sr. Secretário respondeu, mas que nós francamente não compreendemos. Aliás, sobre esta matéria apresentámos também já um requerimento.

Todos nós sabemos que há uma dialéctica no caso concreto da cidade de Angra, entre essa cidade ser património da humanidade e o facto do seu desenvolvimento e nós pensamos que tem que haver conciliação entre os dois aspectos. Agora, receamos muito que se a opção for o progresso sem atender às condições da cidade património, podemos pura e simplesmente perder essa cidade património. Assim sendo, o que gostaríamos de saber muito concretamente, da parte do Sr. Secretário, é se em relação aos novos investimentos que se anunciam para a cidade de Angra, concretamente com a construção do novo hotel e com a ampliação do actual se os pronunciamentos do Sr. Secretário, em primeiro lugar, conciliaram as opiniões técnicas de manutenção da cidade património com a necessidade de desenvolvimento e se, efectivamente, foi tido

em conta que naquela cidade se poderá fazer aquilo que se faz noutras grandes cidades, mesmo respeitando o progresso, porque neste caso concreto é um caso especial em que tem que haver um progresso equilibrado, atendendo o facto daquela cidade ser património mundial.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já se falou aqui hoje de património e como todos sabem o Centro de Santa Cruz da Graciosa é uma zona classificada.

Existem apoios legais para as correcções e dissonâncias nos imóveis daquela zona classificada e o que é facto é que muitos graciosenses que lá residem pedem os devidos e legais apoios.

No entanto, ultimamente esses apoios estão demorados e a minha pergunta que fica aqui para o Sr. Secretário é a seguinte:

Porquê a demora no pagamento desses apoios às pessoas que os requereram?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Falamos de políticas e foi política deste Governo, como já aqui foi dito, primeiro que tudo criar quadros de pessoal estáveis nas escolas. Por isso foram integrados 1.100 funcionários e vão ser integrados cerca de 400 professores.

Pergunta-se com esta integração das pessoas se se aumenta ou não a despesa corrente?

Falámos de políticas de integração e posso-lhe dizer, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, que conheço um senhor chamado Artur Pacheco a quem eu fui, como professor, à Ribeira Grande três vezes fazer uma declaração ao Sr. Delegado de Saúde para excluí-lo da escola e houve uma professora no 4.º ano que disse: Não! Eu vou ficar com o Arturinho para experimentar.

Hoje o Arturinho é funcionário público dum quadro numa área escolar. Se efectivamente se tivesse feito a política que o Sr. talvez pretendesse, o Artur Pacheco hoje era um pedinte de esmola na freguesia da Maia.

Posso-lhe dar mais exemplos por esta Região fora.

Esta é a grande diferença numa das políticas desta Secretaria que é integração/escola inclusive.

Resolvíamos, e digo resolvíamos porque pertenci a essa geração. Resolvíamos esse problema facilmente seguindo a directrizes do governo de então em que bastaria um atestado médico, uma palmatória e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, acompanhado pelo Sr. Regedor. Estava o problema resolvido. Não é assim. Hoje não vai ser assim e no futuro também não.

Por isso, a Escola de Educação Especial de Angra do Heroísmo e a Escola de Educação Especial de Ponta Delgada foram e bem extintas, transformadas em centros de recursos e hoje as suas funções estão nas áreas das escolas desta Região e por isso mesmo está a ser colocado o pessoal técnico superior nas escolas em que não existiam, nomeadamente os psicólogos já começaram a ser colocados.

Naturalmente, daqui a um ano, as despesas correntes vão aumentar mais 2 ou 3 %, porque se se meter lá o pessoal adequado as despesas correntes vão ter de aumentar.

Mais política ainda:

O Sr. preocupou-se e nós também com o facto de termos escolas enormes. A escola da política deste Governo, são escolas para 600 alunos e integrarão o sistema a partir de 1 de Setembro deste ano. A Escola da Maia vai estar, a dos Ginetes virá e com a criação da dos Ginetes, por exemplo, as de Ponta Delgada ficarão nos números adequados. O Sr. também sabe disso.

É inevitável que, naturalmente, estas são políticas que o Sr. gostaria de ter experimentado. O Sr. gostaria de ter, no seu tempo, concluído a reparação de toda a rede do primeiro ciclo. O Sr. gostaria que eu não me tivesse levantado uma montanha de vezes a falar dos parafuso, de fechaduras, dos vidros e das telhas.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro não está, por isso tinha aguardado para lhe dar a resposta agora.

Esta foi uma das políticas deste Governo que fez com que nesta Casa e fora dela já ninguém tivesse que reivindicar como eu cheguei a fazer, que se colocassem 5 telhas na escola da Maia que há dois anos estavam fora do sítio, porque ninguém tinha capacidade para isso, a não ser uma pessoa chamada Direcção Regional de Educação. Hoje o Sr. sabe que tem autonomia e tem dinheiro para resolver estes problemas de imediato.

Não há muitos dias, telefonei para a área escolar da Maia e com bastante satisfação a Sra. Presidente do Conselho Directivo disse-me: Olhe, não posso falar consigo hoje da parte da tarde, porque vou comprar uma fotocopiadora a Ponta Delgada. Coisa bonita! No seu tempo nem sequer uma policopiadora havia.

Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, falemos de políticas:

Esta é a grande diferença. Chegámos ao fim dum mandato de 4 anos onde escolas e áreas escolares têm capacidade administrativa, têm capacidade financeira e capacidade de gestão do seu pessoal, dos seus equipamentos e dos seus alunos. O Sr. não pode é querer que problemas que são sociais, infelizmente de muitas famílias da nossa sociedade açoriana, sejam transportados para as escolas. O Sr. disse: "Os Srs. levaram esses problemas para as escolas".

Nós, Governo do Partido Socialista, não levámos esses problemas para as escolas. Nós socialistas, Governo e Grupo Parlamentar, não somos responsáveis pela situação degradante em que vivem muitas das famílias dos Açores. Nós procurámos com o rendimento mínimo garantido que esses alunos pudessem efectivamente ir à escola. Nós procurámos com o rendimento mínimo garantido que esses alunos tivessem o mínimo de condições na sua família para poderem alimentar-se, vestir-se e deixar de vir para Ponta Delgada ou para Angra do Heroísmo pedir esmola na rua. Foi esta a nossa política.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, a nossa política foi e vai ser nos próximos 4 anos, porque acreditamos plenamente que os açorianos vão manter a sua confiança nestes socialistas para que nos próximos 4 anos se consiga ter melhores condições.

Deputado Mark Marques (PSD): Nestes não, mas no próximo grupo.

O Orador: Vamos tê-las, porque vamos com a carta escolar dar garantias para que os alunos de Ponta Garça não tenham que vir todos os dias para Ponta Delgada para fazer o ensino secundário.

Vamos garantir que os alunos dos Mosteiros não tenham que vir todos os dias para Ponta Delgada para cumprir a escolaridade obrigatória.

Vamos garantir que os alunos da Lomba de São Pedro não tenham que vir para a Ribeira Grande todos os dias para cumprir a escolaridade obrigatória, porque qualquer um deles vai ter uma escola a poucos quilómetros ou na sua própria freguesia, situação que o Sr. naturalmente gostaria de ter cumprido, mas não conseguiu, não foi capaz, não teve sequer nessa altura o apoio do seu próprio Governo para algumas destas medidas e o Sr. sabe muito bem, porque muitas das vezes o Sr. teve que pagar situações complicadíssimas como por exemplo, a Escola de Educação Especial de Ponta Delgada tinha esgotado em 38 mil contos o seu orçamento.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente. Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O debate já vai longo, mas também gostaríamos de participar neste debate e deixar também aqui algumas reflexões.

Uma das palavras muitas vezes dita aqui nesta Casa é: "desenvolvimento harmónico".

Ora, meus senhores, se esta harmonia em relação às ilhas pequenas fosse a harmonia duma orquestra, meus amigos, o desafino era tão grande que rompia os tímpanos das pessoas que ouvissem.

(Risos da bancada do PSD)

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Isto é só para começar.

O Sr. Secretário refere, e muito bem, a escola do Corvo pela qual eu o felicito. Uma obra boa, talvez uma das obras melhores de escolas da Região. Tem todo o meu apoio e felicito-o por isso.

Sr. Secretário, agora o que é preciso,...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): É o 12º. ano!

O Orador: ...e eu já defendi isso aqui várias vezes, e sei que o Sr. não é a favor, é que a escola do Corvo não fique só pelo ensino obrigatório. De maneira alguma.

O Sr. Secretário tem que olhar é para a especificidade duma ilha.

Se não é possível neste momento, Sr. Secretário, pôr a escola do Corvo além do ensino obrigatório, infelizmente isso tem sido negado aos corvinos, é dar aquilo que é obrigado por lei e a partir daí cada um que se desenrasque.

Deputado Francisco Sousa (PS): Não é verdade!

O Orador: É verdade sim senhor.

Uma das coisas que o Sr. deve fazer, no meu entender, é se no novo ano escolar que vai entrar não puder ter além do ensino obrigatório no Corvo, pelo menos que o Governo seja obrigado a pagar na totalidade a qualquer aluno que saia do Corvo para ir além do ensino obrigatório. Isto, no nosso entender, é o mínimo que o Sr. deve fazer, mas isso não resolve.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Isso já está a ser feito.

O Orador: Na totalidade?! Não é isso que alguns alunos me disseram.

Deputado Francisco Sousa (PS): É sim senhor!

O Orador: Não foi isso que alguns alunos me disseram.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): O Sr. não quer gastar nada com os seus filhos.

O Orador: Mas isto não resolve o problema, o que resolve o problema é sairmos do ensino obrigatório no Corvo e o Sr. tem condições para o fazer, tanto mais que o corpo de professores no Corvo vai aumentando cada vez mais e o Sr. tem que olhar para a especificidade duma ilha. É isto que eu deixo aqui a esta Câmara.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Começando rapidamente por si, Sr. Deputado Francisco de Sousa, o Sr. sabe perfeitamente bem que no nosso tempo nós tivemos e levámos a cabo a política possível em relação à integração dos deficientes e à resolução dos problemas de crianças com necessidades especiais. Dou-lhe só o exemplo de termos tido professores cegos na rede,

de termos cegos hoje na universidade, surdos/mudos, pessoas que passaram nas nossas escolas, que foram acarinhadas, que foram apoiadas e que hoje chegaram onde chegaram. Portanto, aí estamos perfeitamente à vontade.

Agora, o que nós criticamos é a forma como actualmente se está a fazer todo este processo e não o princípio em si, porque esse já o tínhamos posto progressivamente em prática e fico-me só com mais este comentário: há uma diferença, de facto, entre aquilo que é a prestação deste Governo nestes três anos e aquilo que foi a nossa, nomeadamente em relação à ilha Terceira. Só nos 6 anos em que eu passei pela Secretaria da Educação, na ilha Terceira, nós não recuperámos cinco escolas primárias, nós fizemos 4 escolas novas, fizemos a Escola Secundária Vitorino Nemésio, fizemos o Parque Desportivo João Paulo II, ampliámos a Secundária e a Preparatória de Angra. A diferença é só esta e isto só para falar na Terceira.

Os Srs. nem a Escola da Praia, que era a que vinha a seguir, os Srs. repararam. Nem isso os Srs. fizeram, nem atenderam à reivindicação da Câmara da Praia que, à semelhança da Câmara da Povoação, também se disponibilizou ela própria para fazer a obra. Se lhe tivessem dado essa possibilidade, como deram à Povoação, se calhar a obra já estava feita.

Quanto ao património - e vou-me calar, Sr. Secretário, eu dou toda a razão ao Sr. Deputado Paulo Valadão nas preocupações que ele juntou aqui às que eu comecei a enunciar e tenho vindo aqui publicamente a denunciar e não só na imprensa, mas em todos os sítios em que posso fazer ouvir a minha voz - a preocupação é em manter efectivamente as regras de jogo em relação a uma cidade que é património da humanidade.

O Sr. não pode fazer tábua rasa da legislação. O Sr. não pode.

Não exigir aos grandes investidores, a quem tem dinheiro, o mesmo que exige depois aos pequenos. O Sr. não pode exigir que os projectos na cidade sejam de arquitecto, quando a Câmara põe a andar projectos que não são de arquitectos. Não pode exigir que uma pessoa não acrescente meio metro no quarto de banho ou cresça em altura, quando nos hotéis deixa-lhes crescer um andar.

Esses dois pesos e duas medidas é que o Sr. não pode fazer. É isso que o Sr. não pode fazer.

O Sr. há-de me dizer, por exemplo, porque é que há um ano a Câmara da Praia está à espera que o Sr. ponha a andar o Plano de Salvaguarda dos Biscoitos. Há um ano o Governo nomeou uma comissão onde nem sequer tiveram a atenção de incluir o Sr. Presidente da Junta dos Biscoitos, se calhar porque ele é do PSD, e há um ano que está à espera que o Plano de Salvaguarda ande.

É assim que se está a cuidar do património ambiental, rural ou urbano.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passando levemente em análise as questões devo dizer o seguinte:

- Acções inscritas no Plano:

Sr. Deputado Paulo Valadão, se vir a carta escolar tem um anexo que dá conta de todas as acções que já foram inscritas alguma vez no Plano e o que é que foi feito. Nenhuma acção inscrita no Plano está inactiva. Todas elas estão activas. Têm andamentos diferentes, porque os processos são também diferentes.

No caso concreto da Escola Padre Maurício de Freitas, é intenção do Governo fazer a ampliação logo que o projecto esteja pronto. O projecto está em fase de elaboração e estará pronto a muito breve trecho.

O Sr. Deputado conhece as vicissitudes porque passou o projecto e eu também gostaria que aquela obra já estivesse feita. Não está por razões de natureza técnica. Estará quando for possível.

Em relação à casa de repouso nas Lajes, e o Sr. Deputado sabe, creio que já lhe tinha dito pessoalmente, é minha intenção e é intenção deste Governo dar andamento a esse projecto.

Já foi feito um primeiro estudo, já foi feito um levantamento, já se procurou inclusivamente um imóvel adequado. Esse processo prosseguirá dentro daquilo que são as disponibilidades financeiras da área da solidariedade social. Logo que tenhamos concluído os projectos que temos agora em mão, esse será um dos projectos a lançar.

A questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Sidónio Bettencourt e foi repisada por si, em relação aos tempos livres de jovens e aos pequenos equipamentos desportivos, nós gostaríamos também que existisse uma rede de pequenos equipamentos em toda a

Região, só que a disponibilidade financeira que nós temos é muito pequena. O Sr. Deputado conhece muito bem as contingências orçamentais. Se acha que não está bem assim, o que tem que fazer é propor que se tire dinheiro desta acção e ponha naquela.

Eu bem que gostaria de ter mais dinheiro, quer na cultura quer no desporto. São áreas que estão claramente sub-financiadas face às necessidades da Região, só que o Governo não tem nenhuma fonte de dinheiro. O Sr. Secretário das Finanças não cria dinheiro, apenas distribui aquele que a Região arrecada e se nós continuarmos a fazer aquilo que temos vindo a fazer que é diminuir a arrecadação de fundos da Região, obviamente que há menos para distribuir e algum lugar vai ficar sem ele. Eu gostaria de voltar a repisar isto: há efectivamente um sub-financiamento na área da cultura e na área da educação. Era preciso para a cultura, educação e desporto bastante mais dinheiro do que aquele que nós temos para realizar aquilo que nós gostaríamos. Nós temos os fundos que temos e são esses que nós distribuimos.

Em relação à questão da rede de bibliotecas públicas, nós estamos interessados em criar uma rede municipal de leitura pública em toda a Região, incluindo a ilha das Flores, em ambos os concelhos.

Já foram encetados contactos com as câmaras municipais e com a colaboração que existe com o Ministério da Cultura e com a Fundação Caloust Gulbenkian nós queremos prosseguir com este processo.

Também para participar nesta rede é possível as câmaras municipais recorrerem aos fundos que no PRODESA estão estabelecidos explicitamente para as câmaras para equipamentos da cultura, desporto e educação. Portanto, as câmaras também poderão participar e isto é um processo em que será as câmaras a fornecer os imóveis e nós a fornecer a colação dos livros necessários e a manter a colação circulante. É para isso que se destinam os fundos que aí estão.

Em relação ao património baleeiro efectivamente nós temos 20 mil contos. É o dinheiro que nós podemos dispôr. Estes 20 mil contos serão distribuídos pela comissão do património baleeiro que reunirá e fará a atribuição face as candidaturas existentes.

O Sr. Deputado João Cunha coloca a questão da demora nos pagamentos em Santa Cruz da Graciosa. O processo é um processo altamente burocratizado e nem sempre nós temos a disponibilidade financeira para pagar de imediato, ou seja, aquilo que faz com

que os pagamentos sejam diferidos ao longo do tempo é a existência do duodécimo que é cumprido em cada mês e as participações são pagas por ordem de conclusão da obra à medida que há disponibilidade financeira.

Em relação ao Sr. Deputado João Greves, os alunos do Corvo neste momento beneficiam duma bolsa de estudo especificamente destinada a quem conclua o 9º ano no Corvo e vá fazer o ensino secundário em outra ilha.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Está a ver! O que é que quer mais deste Governo?!

O Orador: Esta bolsa é única e exclusivamente para os alunos do Corvo. Não paga a totalidade das despesas, não senhor, mas paga uma parte das despesas.

Deixei propositadamente para o fim a questão mais complexa que foi aqui levantada, quer pelo Sr. Deputado Aurélio da Fonseca quer pelo Sr. Deputado Paulo Valadão em relação ao hotel de Angra.

Eu não autorizei a construção de mais nenhum andar em cima do hotel. Autorizei sim, que o andar existente fosse prolongado em cerca de 7 metros até ao poço do elevador para permitir a ligação do poço do elevador ao andar superior. Nesta altura o hotel de Angra tem um piso mais curto do que os outros e ao qual não é possível aceder pelo elevador. Tem de ser por escada, situação que contraria a legislação em vigor sobre estabelecimentos hoteleiros.

A única forma de resolver este problema sem demolir todo o hotel de Angra seria autorizar que aquele piso fosse prolongado os metros necessários para chegar até à caixa do elevador.

O despacho que eu dei diz explicitamente: É autorizada o prolongamento de determinado piso, que já não me recordo, na medida do estritamente necessário para fazer a ligação à caixa do elevador, porque é um imperativo legal e impus como condição deixar fazer qualquer obra no hotel que a empresa, sem qualquer interrupção fizesse a recuperação do buraco da Praça Velha. Creio que a cidade de Angra e o património fica a ganhar muito com isto e fica a ganhar porque vai ser possível recuperar uma das chagas com 19 anos que está no coração da cidade, que é uma fonte enorme de degradação da imagem da cidade de Angra.

Angra não pode continuar diante da Câmara Municipal, em plena Praça Velha com uma situação dum buraco, duma ruína que está ali há 19 anos. Isto é inadmissível numa

cidade património mundial e é neste contexto, no contexto da recuperação deste buraco que eu autorizei, não a construção dum novo andar, volto a repetir, mas sim o prolongamento do andar existente até à caixa do elevador para dar cumprimento à lei. Nós estávamos perante duas leis imperativas e era preciso cumpri-las. É uma escolha que juridicamente está correcta e aquilo que foi dito foi: "o estritamente necessário, cumprindo o que está na lei", ou seja, a ligação do piso existente à caixa do elevador existente. Não havia e não há outra solução.

Sr. Deputado, deixemo-nos de lirismos e de soluções de gente que não conhece nem de economia, nem de arquitectura, nem de engenharia e que diz que era possível por um elevador nas traseiras do imóvel no lado do jardim ou coisa do género. Eu já li todos esses disparates que estão escritos sobre essa matéria.

Eu sei que o Sr. Deputado tem aí na sua mão o parecer respectivo, por isso estou a citá-lo e estou-lhe a dar já a resposta para que não gaste o seu precioso tempo.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho de ser breve, porque também não tenho o direito de ocupar o tempo de debate do Partido Socialista que o que me parece é cada vez mais escasso.

De qualquer forma eu queria apenas dizer duas ou três coisas. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado João Greves, permita-me Sr. Deputado que lhe diga que nós podemos reivindicar, V. Exa. tem todo o direito de reivindicar, mas tem que reivindicar com lógica e neste momento considerando a ilha do Corvo, que todos nós respeitamos, todos nós adoramos...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): E amamos!

O Orador: ... e conhecemos, tem que convir que para se fazer mais que o 9º ano na ilha do Corvo, não dá, Sr. Deputado. O Sr. tem que pensar o que é o ensino secundário, tem que pensar a possibilidade que os alunos têm de escolher as áreas que querem, o Sr. tem

que pensar na mobilização de professores necessários, o Sr. tem de pensar no dinheiro necessário para afinal se poder cair na hipótese de haver um professor para um aluno, porque foi esse aluno que escolheu aquela área e nem sequer haver possibilidade de preencher um horário do professor.

Portanto, o Sr. tem que pensar nestas coisas antes de vir para aqui reivindicar de qualquer forma o 12º. ano para o Corvo.

É preciso ser racional e lógico na reivindicação e creio que V. Exa. está a ser megalómano na reivindicação. Isto significaria que se o Sr. transpusesse isso para a saúde que nós teríamos que ter um hospital com cardiologista,...

Deputado João Greves (PP): Não é assim. É completamente diferente.

O Orador: ...com obstetra também no Corvo. Estas coisas são assim. Não pode ser, porque os recursos são escassos e por muito que a gente goste do Corvo as coisas tem que ser feitas assim.

Já agora lhe quero dizer outra coisa, correndo todos os riscos nesta Câmara, mas é uma opinião pessoal e não vincula ninguém nem o meu Grupo Parlamentar. Parece-me, sinceramente, que é melhor o jovem do Corvo sair do Corvo e vir fazer 10º, 11º e 12º ano para o Faial, S. Miguel ou Terceira do que fazê-lo no Corvo, quer em termos de formação, em termos de abertura de espírito,...

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ...em termos de alargamento de ideias. Isto é uma opinião pessoal, é controversa. V. Exa. pode-me atacar como quiser, mas eu tenho esta opinião. Eu também saí de casa muito cedo, fui estudar para fora e não estou nada arrependido. Não me fez absolutamente mal nenhum e se calhar fez-me muito bem, mas sou eu que pago as favas daquilo que estou a dizer.

Por outro lado ainda, queria lembrar aquilo que foi dito aqui pelo Sr. Secretário: é que o Sr. também não se deve armar aqui em desgraçadinho, porque o estudante do Corvo que vem para aqui estudar tem todo o apoio, tem uma bolsa de estudo, tem apoio nos transportes e tem apoio nos livros. E depois o Sr. diz: "mas ainda não é tudo!". Que diabo, pois qualquer um de nós também paga para os nossos filhos andarem na escola, também paga como o Sr. está pagando.

Tenha calma, Sr. Deputado, este Governo não esquecerá o Corvo e desde que está no poder já investiu lá 2 milhões e meio de contos e vem V. Exa. sempre com o mesmo choradinho do desgraçadinho do Corvo.

Deputado João Greves (PP): Não é choradinho. Estudar é uma área completamente diferente.

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, isto para nós está perfeitamente esclarecido.

Finalmente uma palavra para a cultura. É evidente que nós não temos tempo para discutir cultura aqui neste Parlamento, mas eu gostaria de dizer o seguinte:

Não concordo com aquilo que disse o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt sobre dirigismo na cultura.

Sr. , não há dirigismo na cultura em nenhum país democrático. A cultura pode ser dirigida, como o Sr. sabe os artistas não admitem ser dirigidos por ninguém e nós nos Açores não dirigimos nem queremos dirigir ninguém.

Disse também V. Exa. que nada tinha mudado. V. Exa. não está atento, porque realmente, eu creio, pela primeira vez com este Governo do PS houve uma ideia de cultura ou seja, a cultura deixou de ser uma actividade complementar ou marginal da actividade geral e política para ser parte integrante da actividade política e isto é demarcante nas políticas deste Governo Regional.

Fala V. Exa. e dá exemplos do Jazz da Ribeira do Meio com três pessoas a assistir, porque não?! Eu devo-lhe dizer que há muito mais coisas feitas na cultura, naturalmente, eu não tenho tempo para as referir, mas a nível do património, ao nível dos recursos humanos que não havia nada feito.

Há um trabalho feito na formação dos animadores culturais, na formação dos agentes culturais, o próprio levantamento do vários tipos de património que temos na nossa Região e que é riquíssimo, o lançamento de concursos para estimular a criatividade das pessoas ao nível do conto, do romance, da poesia, da música, o apoio às filarmónicas, etc..

V. Exa. diz isso, porque certamente não está atento, porque o que se tem feito em cultura na Região tem sido muito e sobretudo essa alteração fundamental que é a cultura como parte integrante do nosso desenvolvimento e não como actividade marginal ou complementar.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é o Governo do mesmo Partido Socialista que prometeu mundos e fundos na campanha eleitoral na área da educação. Hoje passados 4 anos a educação deixou de ser a paixão de Guterres, deixou de ser a prioridade do Governo Socialista...

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais(Álamo de Meneses): Quem lhe disse isso? Olha que disparate!

A Oradora: ... e é simplesmente com um ar triste que o Sr. Secretário nos vem dizer aqui que é uma área difícil, que é uma área com muitos problemas, ou seja, vem aqui elogiar o pouco que fez e mostrar que se contenta com pouco.

Para além disso promete, para este último ano, milagres de última hora e diria até mais: milagres do último ano.

Não satisfeito ainda, o Partido Socialista, pela boca do Sr. Secretário e dos Srs. Deputados, prevêem arrogantemente que ganharão as próximas eleições, coisa que só o povo pode decidir e nós temos que respeitar o povo e começam já a prometer para os próximos quatro anos, sabendo como sabem que sabe a pouco tudo o que fizeram até agora, sabe a pouco tudo o que fizeram em quatro anos...

Deputado Jorge Valadão (PSD): *Muito bem!*

Deputado Dionísio de Sousa (PS): As sondagens são a voz do povo!

A Oradora: ... e já começam a tentar enganar o povo e a prometer para os próximos quatro anos.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

A Oradora: O Sr. Secretário esquece-se que este Governo, na área da educação, é bem um exemplo dum governo que governa a reboque, dum governo que governa por pressão, por pressão dos sindicatos, por pressão dos partidos da oposição.

Deputado Luís Resendes (PS): Não apoiado!

A Oradora: Vejamos dois casos dos últimos tempos: o caso dos professores desempregados que o Governo tarda em decidir e só decide por pressão dos sindicatos; o caso dos professores contratados que o Governo começa a decidir num certo sentido, os professores são bem a prova disso,...

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): São. Eles assinam os papéis com as nossas decisões!

A Oradora: ... e por pressão dos partidos da oposição, nomeadamente do PSD e do PCP, altera tudo, dá ordens em contrário e apresenta-se com novas soluções, pressionado pelos partidos da oposição e pela movimentação dos professores e educadores.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Há quanto tempo isso vem sendo feito. Há quanto tempo vem havendo reuniões com os professores nessa matéria!

(Aplausos da bancada do PSD)

A Oradora: É bom que fique dito e esclarecido que se os professores e educadores não se tivessem mexido, que se os sindicatos não se tivessem mexido, se a oposição não se tivesse mexido, os professores e educadores tinham sido prejudicados. É bom que isto fique dito.

Este é o Governo e este é o Secretário da Educação que nunca tem culpa. A culpa é sempre dos sindicatos que não se mexeram, a culpa é sempre dos professores que se vão queixar à oposição, a culpa é sempre dos partidos da oposição...

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Principalmente do PSD!

A Oradora: ...a culpa é da Directora Regional.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Essa parte é nova!

A Oradora: Este Governo que tinha a educação como uma prioridade, deixa que os alunos e professores da Escola Roberto Ivens estejam como estão, deixa que os alunos e professores do Conservatório de Ponta Delgada acartem instrumentos pela cidade de Ponta Delgada, deixa que os alunos se amontoem nas salas de aula nas escolas de Ponta Delgada.

Tenho dito.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estou também a esgotar o tempo.

É só mais uma achega. É para juntar ao que disse a Sra. Deputada Ana Carolina e dizer que este é também o Governo que não sabe aproveitar as possibilidades existentes, ainda voltando ao problema do património, viabilizando projectos megalómanos, tais que crescem em altura como o projecto da Câmara para o Centro Cultural de Angra, em detrimento de investir em instituições centenárias que já existem na cidade e que bem mereciam melhor a sua atenção, nomeadamente a Recreio dos Artistas, a Fanfarra Operária que mereciam ajuda e que eu não vejo em parte nenhuma meios de viabilizar novas salas de espectáculo, novas capacidades de resposta.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Vocês tiveram 20 anos! E o sismo de 1980 onde é que isso está?!

O Orador: Nós solucionámos problemas de dívidas, nós oferecemos e subsidiámos, nomeadamente a nível de nova máquina de projecção na Recreio. Fizemos aquilo que fizemos pelas instituições e os Srs. ao longo de três anos não têm sabido acolher aquilo que eles têm pedido e em contrapartida, quando Angra já tem instalação, que é pouco usada, como é o Teatro Angrense, quando tem um Auditório na Escola de Enfermagem, quando vai ter instalações idênticas na futura Universidade...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): E nos hotéis que vão fazer!

O Orador: ...que está a andar e que vão aparecer a nível de auditórios e de outros espaços. Vão fazer um novo que sobreocupa, excede tudo e mais alguma coisa, para satisfazer um projecto megalómano, não indo ao encontro daquilo que já existe e isso, sim, é que era zelar pelo património e pela cultura.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Fernando Menezes:

Quero dar alguns esclarecimentos sobre algumas reflexões e perguntas que deixo.

O Sr. com o seu tom de voz e de bom advogado, muita vez até sabe como se deve usar o tom de voz para intimidar o adversário, mas não é isso que está em questão.

Deputado Fernando Menezes (PS): Intimidar?! Ó Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

O Orador: Não, Sr. Deputado, é aquele tom hábil que o bom advogado, como o Sr. é, sabe usar e tentou usar aqui, mas esse argumento não vai ser o suficiente.

Quero deixar aqui duas ou três perguntas:

Será que o Sr. algum dia perguntou aos jovens do Corvo se era vontade deles saírem do Corvo?

Deputado Francisco Sousa (PS): É sim senhor.

O Orador: É vontade deles. Não é o que eles me dizem.

Deputado Luís Resendes (PS): Querem! Eles querem é passear e sair da ilha!

O Orador: Quando o Sr. afirma que eu disse que não se tinha feito nada, não é verdade. Eu até felicitei o Sr. Secretário pela nova Escola do Corvo. Portanto, não é verdade.

Quanto ao Sr. dizer que se quer tudo, não é o querer tudo, Sr. Deputado, o Sr. tem é que olhar para a especificidade do Corvo, porque o Corvo neste momento é a única ilha que não vai além do ensino obrigatório. Essa é que é a diferença.

Ora, se é a única ilha nesta Região que não se vai além do ensino obrigatório, bem poderia ser pago na totalidade qualquer aluno do Corvo que pretendesse sair do ensino obrigatório. Isto é o que eu defendo, Sr. Deputado.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): O Sr. não quer gastar nada com a sua filha!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, Sra. Deputada Ana Carolina:

É uma resposta muito simples para a questão que nós temos vindo aqui a afirmar e continuaremos a afirmar que temos esperanças e expectativas de que vamos ganhar as eleições no próximo ano. Só quero dizer que as vossas duas posições me fazem lembrar aqueles treinador de futebol que ao entrar no campo um jornalista lhe perguntava: Ó senhor, quais são os prognósticos para o jogo? Ele respondeu-lhe simplesmente que os prognósticos para o jogo só no fim do jogo.

Deputada Ana Carolina (PSD): Exactamente, falta jogo!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Fernando Menezes:

Eu não ando distraído e creio que o Sr. Deputado é que se distraiu ou não percebeu o que eu quis dizer, ou percebendo não quis compreender e teve que fazer as honras da casa como é evidente, mas se está à espera que eu venha fazer o discurso sem memória ou passadista, também lhe digo que não faço o discurso, nem situacionista nem do conformismo.

Eu penso que o Sr. Deputado anda demasiado, não distraído, mas extasiado, contemplativo e parece que não se lembra que as coisas foram feitas aqui também nos Açores.

Eu não estou contra aquilo que o Governo vai fazendo. O que eu estou dizendo é que o Governo ao fim de 4 anos...

Deputado José Humberto Chaves (PS): Três anos!

O Orador: ...anunciando uma política diferente para a cultura - estamos a discutir o plano para o próximo ano - é nessa base que eu assento as ideias que vêm subjacentes ao plano. É óbvio.

Eu não falei e não sou a favor de dirigimos. Sou contra o dirigismo e não disse que era a favor. O Governo é que sendo contra o dirigismo cultural assentou até as bases todas que vinham de trás e não deu um passo em frente. Eu devo dizer que tudo agora parece que é pela primeira vez, que é agora, como o Sr. Deputado diz, que se fazem os

primeiros livros. É tudo a primeira vez. Estamos todos na iniciação da actividade cultural.

O Sr. lembra-se das bienais de arte, por exemplo. Lembra-se dos livros, das colecções, de tudo isso. Também na altura como agente modesto da cultura e da divulgação cultural, também disse e foi contra muita coisa.

Eu esperava era que, chegando uma proposta diferente, duma nova autonomia, dum projecto novo, eu fiquei expectante à espera de dar a volta nesse sentido em termos da divulgação, os guettes continuam os mesmos, os artistas deixaram de ser estes artistas para passarem a ser outros e a divulgação da actividade literária assenta nas mesmas bases. Os discos continuam a ser vendidas nas livrarias em vez das discotecas. Gasta-se rios de dinheiro e depois não tem o efeito necessário para a entidade cultural aqui dos Açores ou a entidade cultural é só em Toronto, em S. Diego ou Los Angeles? Nós temos que ter aqui também acesso à cultura e ter acesso à cultura não é fazer acções para ver no plano e dizer, gastámos tanto, fizemos tanto e as acções estão feitas.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O Sr. Deputado fica muito satisfeito porque o quarteto de Jazz vai à Ribeira do Meio, toca e tem três pessoas a assistir. Nós já sabemos que essa divulgação é sempre para momentos restritos. O problema é que chegamos a meio do ano e quando a sociedade civil se organiza e diz assim: queríamos fazer um festival a A, B ou C e dificilmente ouvimos dizer: Sim senhor! Vamos apostar nisso.

Não, normalmente não há dinheiro. Há uma vontade de fazer, mas nunca há dinheiro, porque a Secretaria também se substitui aos agentes e gosta de fazer matéria, gosta de ser dirigista também para fazer pontualmente os seus espectáculos. Faz o festival internacional de música que também não é nenhuma inovação. Também vem do tal passado e eu não sou passadista, fica aqui referido, mas também vem do passado e recuperou investindo e faz muito bem, porque teve muito tempo parado.

O problema é saber se depois há a divulgação consentânea com aquilo que é a aposta nas tais acções e se há o feedback necessário junto das populações. Não interessa levar o Grupo de Teatro de Angra a uma freguesia qualquer de S. Miguel e depois ninguém sabe. Acho que isso é gastar dinheiro indevidamente.

Eu concordo com isso, mas acho que deve haver critérios e fazer-se promoção profissionalmente, dando à sociedade civil a capacidade de se promover e que nós tenhamos essa promoção não só internamente, mas também no exterior.

Não estou contra o que se faz, mas contra a maneira como se faz e os efeitos que ela tem.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta intervenção do Sr. Deputado Sidónio Bettencourt, quero-lhe dizer que não sou nem contemplativo, nem ando extasiado, eu, de resto, sou muito pragmático nestas coisas e, portanto, quando eu referi aquilo que referi, são situações objectivas e penso que V. Exa. não tem razão. Sinceramente penso isso. É um ponto de vista.

Não estou também preocupado em ser passadista, actualista ou posicionista, não me interessa nada disso, a verdade é que eu vejo as coisas doutra maneira, vejo as coisas com outra dinâmica, com outros critérios, outros métodos e, portanto, do nosso ponto de vista há diferenças significativas.

Também não releguei o passado e sei perfeitamente o que é que se fez ao nível dos livros, dos festivais, etc..

Portanto, eu creio que essa acusação de contemplativo ou extasiado, enfim, não faz qualquer sentido a partir da intervenção que eu fiz.

Do nosso ponto de vista há realmente um projecto novo. Pode haver falhas. Como lhe disse os recursos são escassos e sobretudo os recursos humanos. Nós iniciámos uma série de acções de formação ao nível dos recursos humanos, porque realmente a esse nível a situação era quase zero.

Relativamente ao que disse o Sr. Deputado Greves, duas palavras apenas:

Primeiro também não é meu hábito intimidar ninguém. Se V. Exa. se sentiu intimidado eu peço imensa desculpa, porque eu não queria intimidar ninguém.

Em segundo lugar, em relação ao marketing que fez a meu respeito, quero-lhe dizer que neste momento eu não exerço advocacia privada, mas esta questão da política é sempre

passageira. Em breve voltarei provavelmente à minha actividade privada. Nessa altura conto com V. Exa. para me promover como promoveu agora.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Sidónio Bettencourt deixou uma nota que julgo que foi introduzida um bocado inviezada. Refiro-me concretamente quando ele se referiu à identidade cultural que está cometida no programa de cooperação externa e que é uma das áreas da nova Direcção Regional das Comunidades e digo da nova Direcção Regional das Comunidades, porque foi este Governo que promoveu em termos de dignidade esse departamento que estava cometido a um gabinete na área da Presidência. É ver-se o elogio - e ainda há bem pouco tempo passou uma peça na televisão, na RTP Açores - que os nossos emigrantes têm dado ao trabalho meritório da actual Directora Regional das Comunidades. É ver-se a maneira como eles hoje se referem dizendo que hoje todos são visitados por igual. São palavras que eu recolhi há dois dias da RTP Açores.

Portanto, há um trabalho feito, houve vastas explicações dadas em sede de Comissão pela Sra. Directora Regional sobre este programa em concreto que, efectivamente, não poderiam estar aqui todos descritos no parecer que a Comissão de Política Geral fez para o efeito, mas que fala, por exemplo, no que tem sido feito a nível de encontros, de exposições, protocolos, etc., etc..

Chegou agora, há bem pouco tempo, uma delegação de deputados da Califórnia que visitaram as ilhas dos Açores e falei com um deles o qual já em 1994 nos tinha recebido. Portanto, há um efectivo encontro das comunidades açorianas hoje, há vontade e há condições diferentes para melhor, para que cada vez mais as nossas comunidades se vão entrecruzando, mantendo a identidade cultural. Não quero dizer que aquela velha ideia de que só tinha valores portugueses aquele que não se naturalizava. Isso hoje já está esbatido. Isso hoje já não verdade e os nossos emigrantes perceberam rapidamente de

que só com a sua integração nas comunidades dos países de acolhimento podem, dessa maneira, criando "lobby", fazer então a verdadeira defesa dos nossos valores e da nossa cultura portuguesa.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito rápido e apenas para reafirmar que tudo aquilo que o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt referiu continua a ter toda a razão.

O que ele referiu foram as acções, a política de situações anteriores e que tentavam neste momento dar uma ideia que é completamente diferente.

Sobre aquilo que o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila acabou de referir, a política é a mesma, as acções são as mesmas, inclusivamente as próprias acções têm as mesmas designações que tiveram ao longo dos anos.

Deputada Sandra Bessa (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Portanto, não houve mudança de política, os programas são os mesmos.

Deputado Sidónio Bettencourt(PSD): E as lamentações!

O Orador: Quando se diz que, neste momento, se aumentou a dignidade da Direcção Regional de Assuntos Culturais, isto é uma opinião sua. Em termos de algumas visitas que fizemos, pelo menos, não o foi e eu não colhi isso.

O Sr. colheu isto numa peça de televisão. No local onde nós tivemos há bem pouco tempo não foi esta a opinião generalizada das pessoas, o que houve foi falta de informação, falta de acompanhamento, muitos decretos legislativos regionais que tinham sido publicados, mas que as pessoas não tinham conhecimento e que os papéis não chegavam ao conhecimento deles. Esta é que foi a situação real. Portanto, não houve mudança.

O Sr. Deputado Sidónio Bettencourt referiu aqui e tem toda a razão quando diz que os programas são os mesmos, nem as designações nem o seu prazo, em realidades, se alteraram.

Continua tudo na mesma, o que quer dizer que antes era bom, por isso mesmo está a ser utilizado neste momento.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Maria Bairos viu-se na necessidade de vir a terreiro defender uma dama que eu não tinha ofendido. Ninguém me ouviu falar do passado, inclusivamente referi-me a uma visita que essa Comissão da Assembleia tinha feito em 94, agora não pode é deixar ficar a nota de que aquilo que o Sr. ouviu não lhe interessa dizer.

Diz-se agora na comunidades, o Sr. ouviu, que estão agradados com o trabalho que é feito por esta Directora Regional. Isto é verdade.

Mais:

Foi a primeira vez que uma Directora Regional foi à Bermuda e o problema lá posto está resolvido, o Sr. sabe disso, e foi porque houve mudança de Governo. Isso então é de caras. Foi por mudança de governo que está resolvido o problema da aula de português na Bermuda.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Eu não queria entrar por aí, Sr. Deputado, até porque para se defender julgava que o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt se podia defender e não precisava de nenhuma moleta, mas já que é para andarmos com moletas também lhe posso dizer mais: não foi talvez encomendado por ninguém aquele jantar que houve outro dia nas comunidades...

Deputado José Maria Bairos (PSD): Ah! Não foi?!

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Riam-se, que a gente depois vê.

...e aquilo que as pessoas disseram, o número de associações que se juntaram para promover uma homenagem ao Presidente deste Governo é nota bastante de que alguma coisa aconteceu e melhorou, sem querer dizer, Sr. Deputado, porque nunca o disse, que antes não estava bem. Melhorou e é isso que nos agrada.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção na tribuna tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Pela última vez neste milénio, encontra-se reunida esta Assembleia para analisar e discutir documentos de grande importância como são o Plano e Orçamento para o ano 2000. Assim, passo a colocar algumas questões que considero importantes para o desenvolvimento da Ilha do Corvo:

Nesta altura do ano só temos água, cerca de duas horas por dia. As nascentes não aumentaram o seu caudal devido à pouca pluviosidade, e por isso a Câmara Municipal tem em curso um estudo para a construção de uma lagoa artificial que, possivelmente é a única alternativa para colmatar este problema.

Ficáramos muito gratos se o Governo Regional, à semelhança daquilo que já foi feito noutras ilhas do nosso Arquipélago, comparticipasse este projecto que é fundamental para todos nós.

Por falar em lagoas, aproveito a oportunidade para chamar, mais uma vez, a atenção do Governo para resolver o problema da eutrofização das lagoas daquele lindo Caldeirão, ponto turístico de grande interesse para a Ilha do Corvo, pois sem esta preciosidade a ilha ficaria diminuída.

Sr. Presidente, Sras. e Srs, Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em devido tempo a Câmara Municipal do Corvo disponibilizou-se para, em colaboração com o Governo Regional, encontrar uma solução afim de resolver o problema dos nossos idosos que como todos sabem têm de abandonar a sua terra para encontrar em terra alheia um espaço de acolhimento.

Na altura, o Governo Regional entendeu não colaborar com esta nobre iniciativa a qual visava a construção na Ilha do Corvo de um Lar para a 3ª idade.

Daqui faço mais um apelo ao Governo Regional para que reveja a sua posição, no sentido dos corvinos que sempre labutaram e viveram com sacrifícios, possam também encontrar na sua terra um local condigno para uma velhice com o descanso e paz que sempre desfrutaram.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Tenho conhecimento que há um projecto da iniciativa privada para a construção de uma residencial na Ilha do Corvo. É importante que o Governo Regional apoie esta iniciativa para que esta parcela da Região possa também acolher em boas condições aqueles que nos visitam.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Na Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira já há algum tempo, lecciona-se o 9º ano de escolaridade e, devagar se vai ao longe. Mas gostaria de alertar o Governo Regional para a possibilidade de se dar um passo mais além, ou seja, criar-se o 10º, 11º e 12º anos. Não será pedir de mais. Tenho o dever de aqui colocar questões desta natureza, as quais considero de elevada importância para o bem estar da população que me elegeu.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A Estrada Regional, denominada de estrada leste, na Ilha do Corvo tem aproximadamente 5 Km. É uma via muito antiga, estreita e com piso muito irregular. Devido ao grande número de veículos que tem chegado à ilha, esta torna-se perigosa por não ter as dimensões que deve ter uma estrada regional. Uma vez que se encontra na ilha a empresa de construção civil "EDIÇOR", seria oportuno aproveitar a referida empresa, para proceder à devida correcção e asfaltagem da mesma.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em certa altura o Senhor Secretário Regional da Economia manifestou intenção em apoiar a aquisição de um barco que faria a ligação entre as ilhas das Flores e Corvo, assim como, duas viagens regulares entre as mesmas.

Esperamos que no ano 2000 o Governo concretize esta intenção, e tenha no coração que agora é o logotipo do P.S., esta ilha que também é Açores, também é Portugal.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte)*: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É só para dar um esclarecimento muito simples.

De facto as negociações para a criação duma empresa de transporte marítimo de cargas e passageiros, das Flores para o Corvo, está na sua fase final. Já há um entendimento entre a Transinsular e família Augusto.

O Governo Regional já concedeu um subsídio de 100 mil contos para a construção da nova embarcação que será feita em vigo.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Resendes.

Deputado Luís Resendes *(PS)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A ciência, a cultura científica e tecnológica da população são condições essenciais ao desenvolvimento de qualquer sociedade. É por isso fundamental a existência entre nós de uma política que valorize aqueles factores e permita a sua penetração em todas as áreas em que tal possa trazer vantagens acrescidas.

As novas condições internacionais, da chamada aldeia global, determinam que se redobre a aposta na sociedade da informação e do conhecimento.

Sabemos que a comunidade científica e tecnológica açoriana é pequena e os recursos regionais disponíveis são limitados, pelo que a definição de uma política de ciência e tecnologia deverá passar pela escolha de áreas de excelência, para as quais devem

prioritariamente ser canalizados os recursos disponíveis. Tais áreas devem coincidir com as principais actividades económicas do arquipélago, agro-pecuária, pescas e tecnologias associadas, e com aquelas áreas em que as condições ambientais e climatéricas proporcionam nos Açores características potenciadoras de contribuições para o progresso científico a nível mundial, como a vulcanologia, hidrologia insular, oceanografia e ecologia insular. Desta forma evitar-se-á a dispersão de meios e o aparecimento de projectos em áreas onde a probabilidade de sucesso ou a utilidade tecnológica seja baixa.

Numa região insular, ultraperiférica e de grande dispersão geográfica, as barreiras físicas e técnicas são por demais evidentes. Ao longo de séculos estas barreiras têm limitado o nosso acesso às novas tecnologias, à ciência, à informação e ao conhecimento.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem!*

O Orador: Veja-se desde logo a importância das novas tecnologias chegadas aos Açores por exemplo no campo das telecomunicações, em que a rede móvel já cobre todas as ilhas, contribuindo este facto para uma maior aproximação dos açorianos entre si e com o exterior.

É tendo em conta esta realidade que urge recuperar rapidamente o atraso que ainda temos nestas matérias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O VII Governo Regional já pôs em marcha a sua aposta inovadora na ciência e tecnologia e que surge precisamente com o intuito de colmatar os atrasos e as lacunas desde sempre verificadas nestas temáticas na nossa Região.

O apoio à introdução de novas tecnologias e à divulgação entre as empresas e outros agentes económicos dos resultados da investigação local ou exterior deverá ser um dos principais vectores da política de ciência e tecnologia, particularmente nas áreas da agro-pecuária e das pescas e das indústrias alimentares ligadas a estes sectores. É pois fundamental para o aumento da competitividade da economia açoriana que a transferência tecnológica se faça com rapidez e eficácia.

Ao constituir-se na Presidência do Governo Regional uma Assessoria para o efeito deu-se o primeiro passo para que o consignado como polo crucial de desenvolvimento pela

Comunidade Europeia fosse extensível a esta Região Autónoma dos Açores. Esta tem sido, sem dúvida, uma tarefa árdua, dado que, esta Assembleia, apesar de ter aprovado o Programa do VII Governo Regional, impediu que se concretizasse um instrumento considerado essencial para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico desta Região. Se calhar muitos dos que inicialmente se opuseram o lamentam neste momento, porque julgavam que sem este instrumento o Governo não teria capacidade para levar avante o que se havia proposto, mas enganaram-se redondamente e a prova está aí.

Ao longo destes últimos três anos, o Governo Regional tem dado apoios e respostas aos mais variados problemas e solicitações, quer por parte de empresas e instituições, quer por parte da sociedade em geral, no que respeita a matérias do foro científico-tecnológico.

Neste sentido, foram já apoiados e realizados diversos projectos científicos e tecnológicos, num total de 160 e distribuídos da seguinte forma:

- 1997:32 projectos;
- 1998:79 projectos
- 1999: 49 projectos;

A maioria destes projectos surgiram por iniciativa directa do Governo Regional ou por proposta da Comunidade Científica sendo o seu acompanhamento e avaliação efectuados na área técnica pelo Governo Regional e na científica pela Fundação para a Ciência e Tecnologia de modo a que a prossecução dos objectivos propostos sejam utilizados eficazmente.

De entre estes salienta-se a criação da Unidade Genética e Patologia Molecular, instrumento indispensável para estudos do foro Genético-Humano na Região, mas igualmente laboratório de diagnósticos que permitirá que inúmeras análises até agora impossíveis de se realizar nesta Região se possam efectivar, contribuindo para o bem estar dos doentes e diminuindo despesas com a deslocação dos mesmos.

Esta nova estrutura que conta com parcerias do Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundação Calouste Gulbenkian, Universidade de Nova York em Buffalo, Centro de Neurociência e Biologia Celular da Universidade de Coimbra e Faculdade de Medicina

de Lisboa, é sem sombra de dúvidas uma das grandes obras em matéria de desenvolvimento científico deste Governo Regional.

Mas outros projectos existem, igualmente de grande relevância quer na Agricultura, Pescas e Ambiente quer na área da Inovação Tecnológica os quais têm contribuído para um real desenvolvimento sustentado nestas Ilhas, tais como: “Estudo das águas subterrâneas dos Açores”, projecto RIVA e MAREDA, estudos de Alto valor acrescentado sobre várias culturas agrícolas e infestantes dos Açores e estudos genéticos dos nossos efectivos pecuários, etc.

Para além destes projectos, o Governo Regional tem em desenvolvimento outras acções, todas elas realizadas com o intuito de apostar na Sociedade da Informática, possibilitando que os açorianos se tornem, cada vez mais, cidadãos esclarecidos e activos desta sociedade.

Preparar os Açores para a transição do milénio e viver na Sociedade da Informação, tem sido uma aposta que exige um trabalho e esforço contínuo e cuja tarefa tem sido cuidadosamente levada a cabo pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação nos Açores.

Para o efeito, e desenvolvendo o projecto inicial dos “Jovens no Século XXI”, foi criada a Rede Sociedade da Informação nos Açores, que conta já com 14 centros, espalhados por todas as ilhas, que permite que os jovens e a comunidade em geral, tenham ao seu dispor os meios informáticos e audiovisuais necessários a uma boa participação na nova era da Ciência e da Tecnologia.

O parque tecnológico dos Açores, é outro projecto ambicioso que já está em marcha, trata-se de uma infra-estrutura que aglomera empresas e instituições científicas com o fim de desenvolverem actividades de inovação e de desenvolvimento científico-tecnológico que serão muito importantes entre outras coisas para a melhoria da qualidade e competitividade de produtos.

Açores - Região Digital é outra das grandes conquistas desde VII Governo Regional dos Açores. Trata-se de um projecto que procura combater a insularidade duma Região geograficamente isolada fazendo chegar a informação a todos os cidadãos de forma equivalente, desenvolvendo-a numa perspectiva social e económica.

Provando-se que os Açores são uma região com características adequadas ao desenvolvimento da Sociedade da Informação, pelo que é atractiva a novos investimentos, à criação de emprego, ao desenvolvimento do turismo e outras actividades económicas.

Acreditamos no projecto apesar da concretização destes objectivos só ser possível com uma real cooperação entre o Estado e a Região. É um projecto essencial no combate às assimetrias regionais.

Durante estes três anos de governação outra grande preocupação tem sido o Problema Informático do Ano 2000. Até agora, têm sido feitos todos os esforços para se ultrapassar o Bug do Milénio.

Presentemente, a situação está controlada, quer a nível da Administração Pública Regional, quer a nível das grandes empresas e instituições e isto porque, após um levantamento exaustivo do ponto da situação e das suas consequências, a Assessoria para a Ciência e Tecnologia, através do Grupo de Trabalho competente, tomou as medidas necessárias e alertou para o problema, resta que todos tenham concretizado as acções indispensáveis para o efeito.

O combate à info-exclusão é também uma aposta forte e determinada deste Governo que passou pela realização de acções que se consideram terem sido indispensáveis para homogeneidade do conhecimento dos açorianos: foi o caso da realização das duas Edições da Feira de Ciência e Tecnologia 2000 (uma em Ponta Delgada e outra em Angra do Heroísmo) que levaram aos Açorianos em geral e aos jovens em particular, aquilo de que mais recente se tem feito a nível das novas tecnologias, permitindo ao mesmo tempo um contacto com essa realidade e cumprindo um papel fundamental que é o da informação e formação na área científica e tecnológica.

Ainda no âmbito do combate à info-exclusão, a criação do Jornal Oficial Electrónico, desde de Junho de 1998, que veio permitir a disponibilização, via internet, do Jornal Oficial e a sua consulta e acesso eficazes.

Outros programas têm sido desenvolvidos, numa interacção constante entre a comunidade e a Presidência do Governo Regional, confirmando a apetência dos açorianos e o seu interesse pelas novas tecnologias, nomeadamente, a informática e conhecimento da ciência.

Até à data, consideramos que as lacunas existentes na área da Ciência e Tecnologia têm sido preenchidas e a própria comunidade açoriana tem identificado e reconhecido também a necessidade, cada vez maior, do desenvolvimento Científico-Tecnológico da Região.

As solicitações têm recebido a devida atenção e resposta e os resultados confirmam-se positivos, pelo que nos congratulamos pelo trabalho desenvolvido pelo VII Governo Regional dos Açores em matéria de Ciência e Tecnologia nesta Região, aguardando-se com expectativa o que muito, ainda se fará nesta área.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: No âmbito do Plano 2000, que estamos agora a discutir, para o desenvolvimento da actividade científica e tecnológica está inscrita uma verba de 537 mil contos. Este montante que corresponde ao Programa 17 está repartido por vários projectos e acções, das quais destacaria as seguintes:

- Investigação e desenvolvimento no sector da Saúde, 55 mil contos;
- Formação e divulgação científica e tecnológica na Universidade dos Açores, inova, empresas e laboratórios regionais, 150 mil contos;
- Desenvolvimento da Sociedade da Informação, 145 mil contos;

Deputado Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*

O Orador: - E finalmente Açores - Região Digital, 50 mil contos.

Não posso deixar de chamar a atenção desta assembleia para o facto de, uma vez mais, já lá vão três anos, o governo ter previsto a verba de 50.000 contos para o apoio à instalação do DOP-UA. O VII Governo continua disposto a ajudar na aquisição das instalações do DOP. Mas é indispensável que a Universidade dos Açores desenvolva os mecanismos legais necessários para o efeito.

Para além de todo este investimento directo deve salientar-se também o investimento do Ministério da Ciência e Tecnologia que já se verificou e vai continuar em diversos domínios como a instalação da Internet nas escolas, em projectos de investigação de elevado peso financeiro e em bolsas de estudo e de mestrado, etc.

Tudo isto é possível devido ao excelente relacionamento entre o Governo Regional e o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O VII Governo Regional neste sector já cumpriu aquilo que apresentou no seu programa de Governo aprovado por esta assembleia, mas é preciso continuar com uma grande ambição e um projecto arrojado a fim de se promover e divulgar cada vez mais a cultura da ciência e da tecnologia na sociedade açoriana.

Os Açores não podem nem devem perder o comboio da tecnologia da informação que segue a alta velocidade sob pena de hipotecarem decisivamente o seu futuro.

Disse!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção na tribuna tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Estamos a curtos passos da viragem do século XX para o século XXI.

Vamos entrar no novo milénio e com ele cresce na mente de todos a esperança de novos e melhores dias. É um fenómeno que todos os anos acontece nas nossas vidas privadas e que se reflecte na vida colectiva da sociedade.

Era importante que, na nossa Região, o sentir e o pulsar da nossa gente sentisse esse reflexo no desenvolvimento harmónico e no progresso e bem estar das populações desde Santa Maria ao Corvo.

Infelizmente da análise deste plano, o primeiro do novo milénio, os Corvinos não encontram motivos de satisfação nem nada que lhes alimente o sonho de viver melhores dias.

Este Plano apresentado pelo Governo Regional, nesta Assembleia, é uma frustração para a minha Ilha. Tenho a consciência de que somos pequenos, mas tenho também a certeza de que os Corvinos merecem mais e melhor. Dos 50,9 milhões de contos para investimento na Região, apenas 76,7 mil contos são destinados, pelo Governo Regional, ao investimento público, na Ilha do Corvo.

Em termos percentuais o Corvo, vale, na óptica socialista, este ano, 0,15% do bolo Regional.

Não nos queixaríamos, aqui, nesta Assembleia, desta dramática baixa de investimentos, no Corvo, se víssemos concretizadas as infraestruturas e os melhoramentos propiciadores do bem estar das pessoas que escolheram, por uma opção livre, viver ali.

Queixo-me e lavro aqui o meu mais vivo protesto porque a Ilha necessita de mais investimentos públicos que não estão contemplados neste Plano e que são indispensáveis ao seu desenvolvimento e progresso.

Aliás o exemplo nesta Região devia ser uma norma de conduta exemplar para que o Governo da República nela encontre argumentos para a sua aplicação aos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Ao analisar o Plano para o ano 2000, no que diz respeito aos investimentos no Corvo, lembro-me, por associação de ideias, da parábola do servo que só recebeu um talento e por ser tão pouco, não o pôs a render e no fim foi censurado por ter tomado tal atitude.

É que, ao Corvo, até esse talento lhe foi retirado. Só que os Corvinos apesar de terem recebido tão poucos talentos, com o seu trabalho, com o seu esforço, com a sua tenacidade e amor à terra, têm feito autênticos milagres.

Basta ver que um dos maiores rendimentos por cabeça na Região Autónoma dos Açores é o do povo corvino.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Mas isso não é produto dos investimentos públicos deste Governo Socialista, mas é produto do trabalho honesto, persistente e confiante do povo corvino, que, desde cedo, aprendeu, na dureza da vida, a determinar-se com bom senso e espírito de inter-ajuda, mas a paciência tem limites, também somos filhos de Deus e Açorianos de corpo inteiro.

Sr. Presidente, Srs Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Passemos agora concretamente à análise do Plano, programa a programa, para justificarmos o nosso repúdio e o nosso profundo desgosto.

É sabido que a agro-pecuária é o sector básico da economia corvina, aliás, o é também da Região Autónoma dos Açores. Ora neste Plano, no programa relacionado com o fomento agrícola para o Corvo a verba destinada aos caminhos agrícolas é zero. A verba destinada às infraestruturas agrícolas ignora a existência das necessidades corvinas, quando, na realidade, o Corvo é a única Ilha onde não existe instalações para os

Serviços de Desenvolvimento Agrário, nem pessoal técnico especializado, como existem em todas as outras Ilhas.

No programa destinado à transformação e comercialização de produtos agro-pecuários, o Corvo recebe zero do Plano do Governo Regional. Mas no Corvo existe uma queijaria, em construção já em fase adiantada, e este Governo não destinou qualquer verba para a dita queijaria.

Neste mesmo programa se ignora o investimento que é necessário fazer-se na Casa de Matança para a tornar uma realidade actuante. A Casa de Matança, projecto do anterior Governo e conclusão deste Governo Socialista, permanece, há quase um ano, de portas fechadas, como um imóvel inútil, quando a sua entrada em funcionamento se reveste de carácter urgente, por necessário à Saúde Pública dos Corvinos e, até mesmo, em obediência a normas europeias.

No programa que versa sobre a Formação e Valorização Profissional, a verba atribuída ao Corvo é zero, como se os Corvinos não necessitassem de formação sobretudo nas áreas relacionadas com a actividade agrícola e pecuária, para não falar noutras áreas de desenvolvimento económico. Os Corvinos também são gente que quer progredir e desenvolver as suas capacidades técnicas para responderem aos desafios da competição. Este Governo parece ignorar a realidade corvina e as necessidades da gente daquela Ilha.

No programa destinado ao desenvolvimento do Turismo, na Região, o Corvo, uma vez mais foi esquecido. A verba que lhe atribui é também zero. É de bradar aos céus. Quando tudo aponta para que o desenvolvimento do Turismo seja uma realidade para o futuro dos Açores e sendo o Corvo uma Ilha que desperta tanta curiosidade, aos turistas, este Governo nada faz em tão importante sector. É compreensível a falta da iniciativa privada, neste sector, numa Ilha sem tradições turísticas. Quando isto acontece compete ao Governo assumir a iniciativa potenciando o seu desenvolvimento no futuro. Foi assim, no passado, e deveria sê-lo agora.

No programa 23 deste Plano este Governo contempla a Ilha do Corvo uma vez mais com zero escudos. Este Governo não projecta para o futuro. É que, embora, neste momento, o apoio ao domicílio seja uma realidade, a verdade é que a população do Corvo está envelhecida necessitando, por isso, duma infraestrutura, que, à sua dimensão,

venha dar resposta local àqueles que, mais tarde ou mais cedo, necessitam de internamento em estabelecimento adequado e não terem que ser baldeados para outras Ilhas, como já aconteceu infelizmente, há anos atrás. Nem esta dolorosa experiência mereceu do Governo uma resposta concreta.

É deprimente, Sr. Presidente e Srs. Deputados que um ser humano tenha de ser desenraizado da Ilha que o viu nascer e crescer e, na fase final da sua vida, seja baldeado para um meio com o qual se não se identifica. É de rachar a alma, mas este Governo parece não ter alma e se a tem, por mim, como diz o povo, podia entregá-la ao diabo.

Sr. Presidente, Srs Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É com muita tristeza que verifico, uma vez mais, que no programa destinado à construção de novos troços de estrada, e à sua reabilitação, que, no contexto regional, atinge uma verba de 4,5 milhões de contos, ao Corvo não caiba sequer umas centésimas. O Corvo foi totalmente esquecido neste programa. Desde 1954 que no Corvo apenas existem cerca de 14 Km de estradas regionais. Há 45 anos que nenhum Governo investiu naquela Ilha em mais nenhum novo troço de estrada. É tempo de retomar agora o plano rodoviário do Corvo de modo a torná-lo mais extenso e mais adequado à realidade actual por forma a fazer coincidir as estradas com novos investimentos não só no domínio da agropecuária, mas também no domínio do turismo.

O mesmo se passa com o programa 14. Não posso deixar de referir aqui como um benefício notável para a Ilha do Corvo a conclusão das obras do prolongamento do Porto da Casa, por proposta do Partido Popular, mas é preciso não esquecer que este porto necessita de ser dragado para que a sua operacionalidade não seja afectada negativamente. A isto o Governo não responde neste Plano.

A dragagem do porto é uma obra urgente e necessária para possibilitar o acesso de barcos com calado maior do que aqueles que, neste momento, aí estão a operar.

No programa destinado à recuperação da habitação e realojamentos, da dotação de 1,2 milhões de contos do todo regional, o Governo contemplou o Corvo com a verba de 1.700 contos, dividida em metades rigorosamente iguais de 850 contos cada.

Ora, no Corvo, Senhor Secretário, 850 contos são manifestamente insuficientes quer para a recuperação da habitação, quer para realojamentos.

Sr. Presidente, Srs Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em conclusão, queria vincar que este Plano, no que diz respeito ao Corvo, é insatisfatória e demonstra claramente que o Governo Socialista é pouco sensível à Ilha do Corvo e ao povo que nela habita.

Se o Governo da República usasse o mesmo critério de distribuição proporcional de verbas que este Governo, este ano, está usando em relação ao Corvo, nas transferências de fundos para a Região, este Governo nem dinheiro tinha para suportar a sua própria máquina.

Presidente: Para uma intervenção na tribuna, tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Gonçalves.

Deputado José Gabriel Gonçalves (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

S. Jorge está a viver os primeiros meses da classificação de leite e desde já se pode considerar uma medida positiva, dados os progressos que possibilita no refinamento da qualidade - um objectivo que, como se sabe, é essencial para a indústria jorgense de produção de queijo a partir de leite cru.

Porém, só por si a classificação não resolve todos os problemas e pode mesmo acabar por desmotivar os lavradores mais activos e eficazes, se não for acompanhada de medidas complementares sem as quais as explorações por mais que façam, não verão os resultados dos seus esforços.

À cabeça do que já deveria estar realizado em São Jorge encontramos facilmente duas áreas de intervenção:

Os caminhos de vocação agrícola, e o abastecimento de água às explorações.

Os caminhos de vocação agrícola são essenciais a qualquer região leiteira por razões tão óbvias que nos escusamos de referir.

Em São Jorge é preciso, urgentemente, romper novos caminhos e manter os actuais.

Esta área tem sido descurada pelo Governo Regional ao ponto de a lavoura ter forçado o poder autárquico a investir milhares de contos num sector que não é da sua competência.

Aliás, a lavoura já sabe que o poder autárquico não pode manter esse esforço de investimento - e é por isso, também, que chamamos aqui a atenção do Governo para este problema.

Quanto ao abastecimento de água à lavoura, o problema afecta sobretudo o Concelho da Calheta, que ainda não viu a cor do prometido Plano Integrado de Abastecimento.

Se os caminhos de vocação agrícola fazem falta em São Jorge, o que dizer então da água nas pastagens? Como é possível exigir qualidade e higiene a lavradores que nem água têm para lavar os locais de ordenha? Como é possível, com esta falta de condições, trabalhar o leite em cru sem correr riscos enormes?

Esta é, também, uma daquelas evidências que se comentam a si próprias.

Trago a esta Assembleia uma outra preocupação que também é de todos os jorgenses. Refiro-me aos perigos a que está exposta a orla marítima da nossa Ilha.

Posso mesmo afirmar que, entre outros, lugares como a Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, a Fajã dos Vimes e a Fajã de São João estão em perigo imediato.

A verba prevista na proposta de Plano para o ano 2000 é manifestamente insuficiente para encarar o problema - e há mesmo indícios de que a situação pode não estar a ser encarada com a prioridade que merece.

Vejamos:

A Direcção Regional do Ambiente recebeu em 1997 um dossier preparado por um órgão de poder autárquico com o levantamento da situação da orla marítima. Respondeu em Outubro desse ano acusando a recepção e informando que o documento seria analisado. Até hoje.

Parece-nos que este facto prova pouco empenho na resolução do problema.

Deixo aqui esta preocupação também como forma de alerta:

- é que mais tarde ou mais cedo a orla de São Jorge pode causar problemas sérios, que podem implicar a perda de bens e mesmo vidas!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Finalmente, gostaria de deixar aqui uma nota de contentamento, mas também de expectativa, sobre o Porto da Calheta.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O Governo Regional, como se sabe, assumiu o compromisso de realizar as obras necessárias a que o porto volte a ser operacional e sirva os interesses do Concelho da Calheta, da Ilha de São Jorge e dos Açores.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Uma fábrica de conservas, parte da indústria de exportação de queijo de São Jorge e o comércio de metade da Ilha, dependem deste porto.

Sabe-se também que as empresas de cabotagem estão à espera do Porto da Calheta para o transformarem no pivot da circulação de mercadorias entre as Ilhas do Grupo Central.

Estamos contentes pelas promessas feitas, e as nossas expectativas têm a ver com a menor ou maior celeridade que for introduzida no processo, e também com a resposta que o projecto definitivo irá dar às várias necessidades a que o porto deve responder.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para prestar alguns esclarecimentos.

O Sr. Deputado José Gabriel por algumas razões não está informado do que se tem vindo a realizar em S. Jorge no âmbito do sector agro-pecuário.

Todavia, o que eu não lhe posso perdoar é ter-se esquecido de que na freguesia onde está situada a Cooperativa dos Lourais, estrutura da qual V. Exa. é o Presidente, esqueceu-se, como eu queria dizer, que já este Governo implantou um reservatório de 0,5 milhões de litros no Rosal, a muito curto prazo vai implantar na mesma freguesia um de 300 mil litros na Ribeira das Romanias, como também irá colocar outro no lugar dos Biscoitos de 0,5 milhões de litros.

Deputado Mark Marques (PSD): E não fez mais do que a sua obrigação!

O Orador: Há 3 anos existia exclusivamente uma reserva de 80 mil litros.

O Sr. Deputado José Gabriel, ficará na sua zona e na qualidade de presidente da Cooperativa dos Lourais com uma reserva na ordem dos 3 milhões de litros de água. Sabe o que é que isto significa? Quer mais do que isso? Não sei para quê, Sr. Deputado. Fico-me por aqui.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem!*

Presidente: Estamos em cima da hora regimental, vamos suspender os trabalhos e recomeçaremos às 15 horas.

Peço aos líderes parlamentares para nos encontrarmos para programarmos os trabalhos a seguir.

Entretanto vou anunciar os tempos disponíveis:

- Governo 2 horas e 5 minutos;

- PCP 18 minutos;

- PP 47 minutos;

- PSD 1 hora e 17 minutos;

- PS 1 hora e 41 minutos;

Boa tarde e até às 15 horas.

(Eram 13 .00 horas)

Presidente: Estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 15 .00 horas)

Vamos reiniciar os nossos trabalhos, com a discussão do Plano e do Orçamento.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Gonçalves.

Deputado José Gabriel Gonçalves (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu acho que fui mais ou menos claro na minha intervenção.

Eu perguntei onde é que estava o plano integrado de abastecimento de água à lavoura do Concelho da Calheta.

O Sr. respondeu-me que estavam em curso a montagem de alguns reservatórios. Que eu saiba o único reservatório que está montado na zona da Ribeira Seca, este plano nada

tem a ver com a Cooperativa Agrícola de Lacticínios dos Lourais. Está lá montado um reservatório que leva mais ou menos 500 a 600 mil litros. Está previsto a montagem de mais dois.

Sobre aquilo que o Sr. afirmou da montagem de um nos Biscoitos, que eu saiba, pertence à freguesia da Calheta.

Mas o problema integrado é uma questão e os reservatórios são outra completamente diferente, porque o Governo respondeu em tempos foi que o plano integrado de abastecimento de água à pecuária do Concelho da Calheta, está previsto para o segundo semestre do corrente ano. A execução da respectiva empreitada terá lugar entre o segundo semestre de 99 e o primeiro semestre do ano 2000.

Portanto, isto não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes(PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Gabriel:

É só para prestar mais um esclarecimento, muito rapidamente, por uma questão de limitação de tempo.

Eu julgo que percebeu à bocadinho aquilo que eu disse.

O que eu lhe disse foi que até este governo tomar posse existia na Ribeira Seca um reservatório de 80 mil litros. Neste momento estão a ser colocados reservatórios em lugares estratégicos na zona que, em termos de lacticínios, a Cooperativa dos Lourais abrange os Biscoitos concretamente. Vai ser colocado lá um reservatório de 500 mil litros. Está a ser colocado outro na Serra do Topo, na Ribeira das Romanias, que também sabe que pertence à Ribeira Seca, com a capacidade de 300 mil litros. Vai ser construído aí nesse sítio mais um com a capacidade de mais 1 milhão de litros. Nos Lourais vai-se construir outro em retenção. Todo este projecto está a ser posto em curso pela Agro-Jorge que, como sabe, é constituída pela Associações Agrícolas de S. Jorge, com o objectivo de resolver o problema dos lavradores.

Os lavradores neste momento consideram que o seu problema está resolvido por via disso.

Não sei o que é que quer adiantar com esta matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel.

Deputado José Gabriel (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Gomes:

Uma questão é que os Srs. estão a montar os reservatórios de água em vários lugares da ilha de S. Jorge...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): É bom ou não é?!

O Orador: ...e uma outra questão é este documento que está aqui. Naturalmente o Sr. Deputado António Gomes deve conhecer este documento.

Uma coisa é montar reservatórios ao longo da ilha de São Jorge, em vários lugares, como o Sr. diz e que é verdade....

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: ...que estão a ser montados, agora uma coisa é montar reservatórios em vários lugares da ilha e outra é dizer que o programa integrado de abastecimento de água à lavoura no Concelho da Calheta vai ser executado até ao segundo semestre do ano 2000.

Que eu saiba o projecto não está feito e nada disso está aqui. Se o Sr. quiser eu posso-lhe dar um cópia deste documento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Gabriel:

Muito rapidamente, o que os lavradores querem não é criar protagonismo a A ou a B, o que eles querem é o seu problema de abastecimento de água resolvido e está a ser resolvido. Ponto final sobre esta matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel.

Deputado José Gabriel (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece-me que o Sr. Deputado António Gomes não quer compreender.

Deputado Mark Marques (PSD): Quer!

O Orador: Há uma questão que o Sr. parece que não compreende e não sabe e para isso devia perguntar ao Sr. Secretário Regional, que não está na sala, o que é um plano

integrado de abastecimento de água à lavoura e o que é os reservatório montados em vários locais da ilha. São duas coisas completamente diferentes que nada têm a ver uma com a outra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Até agora tudo estava bem ao nível do abastecimento de água à lavoura em S. Jorge. Até agora tudo estava bem com um reservatório de 80 mil litros. Agora concretamente na zona da Ribeira Seca vão ficar com uma reserva de 3 milhões de litros.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Agora chove menos!

Deputado Manuel Brasil (PSD): Como é que 300m³, mais 600m³, dá 3 milhões?!

O Orador: Sr. Deputado, faça o favor de ouvir.

Agora querem que haja investimentos em duplicado nessa matéria.

(Vozes inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel.

Deputado José Gabriel (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Gomes:

Como o Sr. sabe, tão bem como eu, este ano a classificação do leite começou em S. Jorge. Portanto, se é exigida a classificação do leite tem que haver condições para haver essa classificação, porque, como o Sr. sabe tão bem como eu, o queijo que é produzido em S. Jorge é feito com leite cru.

Portanto, uma coisa é laborar com leite cru e outra coisa é laborar com leite pasteurizado. São duas coisas diferentes.

Se até agora as condições exigidas eram umas, a partir de agora são completamente diferentes. O Sr. não tenha ilusões sobre este assunto. São coisas completamente diferentes e se calhar vão ser melhores para nós todos se realmente o Governo cumprir esse plano integrado de abastecimento de água.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para pedir um esclarecimento.

O Sr. Deputado José Gabriel considera ou não que a freguesia da Ribeira Seca, ao nível do sector agro-pecuário, fica ou não bem servida com o trabalho que está a ser posto em curso ao nível do abastecimentos de água à Ribeira Seca, que é aquele que referi há bocadinho?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel.

Deputado José Gabriel (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Gomes:

O que está aqui em causa é o abastecimento de água. Não é aos lavradores da Ribeira Seca, mas sim ao Concelho da Calheta que é uma coisa completamente diferente e uma coisa não tem nada a ver com a outra.

Presidente: Tem agora a palavra para uma intervenção o Sr. Sub-Secretário Regional da Saúde.

Sub-secretário Regional da Saúde (Victor Carneiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Plano e o Orçamento na área da Saúde está orientado por três grandes vectores: melhorar a acessibilidade dos utentes aos cuidados de saúde a par da compreensividade e da universalidade na cobertura, incrementar a qualidade dos serviços e promover a valorização dos recursos humanos. A estratégia definida tem, em termos de Plano, como objectivos construir novas infra-estruturas e equipamentos, intervir nas instalações com sinais de degradação, substituir equipamentos ultrapassados, introduzir novas tecnologias quando se justifique e promover a formação e a fixação de profissionais de saúde.

Os Açores possuem actualmente um conjunto de infra-estruturas com capacidade para proporcionar cuidados de saúde em que é necessário conjugar o investimento na remodelação com o apetrechamento das unidades existentes para melhorar a prestação de cuidados, dignificar as condições de trabalho dos profissionais e facilitar o acesso dos utentes em condições de comodidade e de privacidade.

A estrutura que mais recentemente entrou em pleno funcionamento na rede do Serviço Regional de Saúde foi o Hospital de Ponta Delgada.

Quando o actual Governo iniciou funções, o edifício estava na fase final de construção. Dado provisoriamente como concluído pelo empreiteiro em Março de 1997, e formalmente entregue em 1 de Agosto de 1997. Em cronograma estabelecido pelo Governo anterior previa-se que, uma vez concluída a obra, o processo de aquisição de equipamentos e a transferência das antigas instalações para a recém construídas decorreria num prazo estimado de 36 meses.

O empenho do actual Governo e em particular da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais através da Direcção Regional de Saúde possibilitou que a transferência se efectuasse em 27 meses, isto é, antecipando-se em dez meses à previsão inicial.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: No período que mediou a conclusão da obra e o final da transferência houve que estabelecer todo o plano de apetrechamento que decorreu em conjunto com a transferência gradual de alguns serviços.

O processo culminou nos dias 25 e 26 de Outubro passado quando foram transferidos das velhas instalações do Hospital de Ponta Delgada para as novas instalações o Serviço de Urgência, a Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente, a Unidade de Cuidados Coronários, os Serviços e Unidades Cirúrgicas, os Serviços e Unidades Médicas.

Para a nova unidade com um total de 360 camas activas foram adjudicados pelo actual Governo equipamentos num montante global de cerca de 3,5 milhões de contos. Estão ainda a decorrer, ou a serem preparados, concursos para aquisição de material de diagnóstico e de tratamento em áreas como a oftalmologia, cardiologia, gastroenterologia, pneumologia, ortopedia, otorrinolaringologia e material cirúrgico diverso. A calendarização delineada permitiu a entrada em funcionamento das novas instalações antes da aquisição do material em que ainda decorrem concursos, pelo aproveitamento criterioso dos equipamentos em utilização de forma a eliminar o desperdício e as substituições desnecessárias.

As verbas contempladas no Plano do ano 2000 serão, por isso, certamente bem empregues na aquisição do equipamento necessário para dotar a nova unidade de uma capacidade de resposta ajustada às expectativas dos utentes e dos Açoreanos.

O Hospital do Santo Espírito de Angra do Heroísmo é outra das unidades de saúde prestadora de cuidados diferenciados que constitui peça integrante, fundamental na rede

Hospitalar do Serviço Regional da Saúde. Inaugurado há 36 anos, começa a apresentar problemas estruturais que carecem de uma intervenção a dois níveis. Uma a curto prazo que visa garantir a continuidade e a qualidade dos cuidados prestados. A primeira intervenção efectuar-se-á em breve e visa remodelar a cozinha, instalar uma rede informática para transmissão de dados e a construção de gabinetes médicos e de sanitários.

A Resolução para a adjudicação da obra foi aprovada em Conselho de Governo e publicada em Jornal Oficial em 4 de Novembro. Decorre actualmente toda a tramitação por forma a efectuar-se rapidamente a consignação da obra.

O início desta obra e a instalação do estaleiro respectivo irá provavelmente traduzir-se em alguns condicionamentos no espaço para o estacionamento de viaturas. É nossa expectativa que a conclusão da obra do novo Heliporto de Angra do Heroísmo que se prevê para o final deste ano, início do próximo, liberte o espaço reservado no recinto do Hospital para o antigo Heliporto, criando-se novos lugares para o estacionamento de viaturas.

No centro das nossas preocupações estão as actuais condições do bloco operatório, especialmente no que diz respeito ao ar condicionado e à ventilação. Também nesta área, em fase adiantada, estão a ser equacionadas soluções que irão melhorar substancialmente o ambiente e o espaço das salas cirúrgicas.

Para o longo prazo vão ser estudadas as soluções que se afigurarem convenientes. Uma passa pela remodelação e ampliação das actuais instalações. O actual edifício encontra-se parcialmente implantado na malha urbana da cidade e para uma intervenção da que se perspectiva será necessário adquirir os terrenos disponíveis contíguos ao recinto do Hospital. Outra opção pode ser a da construção de um novo edifício, com os custos inerentes, e a adopção de intervenções intercalares nas actuais instalações, sabendo-se que em Portugal entre a decisão de se construir um Hospital e a sua conclusão medeiam entre dez a quinze anos e, por vezes, mesmo vinte anos. Para nos habilitar a tomar a decisão mais adequada decorrem estudos de carácter técnico envolvendo a Administração do Hospital, o Serviço de Utilização Comum dos Hospitais do Ministério da Saúde e a Direcção Regional da Saúde.

Para além da intervenção no edifício, o Hospital do Santo Espírito necessita de actualizar o equipamento que atingiu o limite de vida útil e adquirir equipamento moderno que permita a introdução de novas tecnologias. No ano de 1999, com as verbas do Plano foram já autorizadas aquisições no montante aproximado de 120.000 contos.

No próximo ano, com as verbas inscritas no Plano do ano 2000 prevemos continuar este esforço de substituição e modernização.

A terceira peça fundamental na rede de cuidados Hospitalares do Serviço Regional da Saúde é o Hospital da Horta. Actualmente está em curso a obra de ampliação para a introdução das valências de hemodiálise e de cuidados intensivos e para dotar a hematologia de instalações condignas em espaço e comodidade para os utentes e para os profissionais de saúde. É uma obra de montante superior a 550.000 contos que está a ser executada a bom ritmo, prevendo-se a conclusão no Verão do ano 2000. Seguir-se-á de imediato o apetrechamento das novas instalações de molde a melhorar significativamente os cuidados prestados no Hospital da Horta. Concluídas as obras, estão criadas as condições para proceder a melhorias no actual espaço destinado ao Heliporto, para que seja certificado, tornando-o operacional, o que irá facilitar a transferência de doentes em situação de urgência/emergência de e para o Hospital da Horta. Entretanto, irão decorrer obras de intervenção no interior do edifício e no exterior para colmatar e resolver os problemas derivados da última crise sísmica. Ainda no que respeita ao Hospital da Horta, posso transmitir que o processo de aquisição de um aparelho de Tomografia Axial Computorizada se encontra em fase muito avançada prevendo-se a entrada em funcionamento do equipamento durante o primeiro semestre do ano 2000.

O esforço de investimento do Governo não se circunscreve apenas aos Hospitais, aliás como as diferentes rubricas do Plano espelham. Os Centros de Saúde e a rede de cuidados primários são igualmente alvo de atenção do executivo.

O auto de consignação da Unidade de Saúde da Lagoa será assinado no princípio do próximo mês. A obra, velha aspiração dos lagoenses, muitas vezes prometida pelos anteriores Governos e nunca antes concretizada, custará cerca de 140.000 contos. As instalações a construir permitirão a prestação de cuidados primários de saúde com a

dignidade, o conforto e a privacidade numa relação personalizada com o utente que procura os serviços de saúde.

O Centro de Saúde da Povoação será alvo de profunda remodelação e ampliação. A obra, já em início de construção, tem um período previsto de execução de 16 meses, duplicando a área actual de prestação de cuidados.

O Centro de Saúde da Praia da Vitória cuja construção se iniciou no passado mês de Fevereiro está em bom ritmo de execução. No Verão do próximo ano o Concelho da Praia irá dispor de uma unidade moderna para a prestação de cuidados de saúde primários.

Igualmente os Centros de Saúde da Horta, de Santa Cruz das Flores e da Calheta de S. Jorge serão alvo de intervenção.

Também não foram esquecidas as estruturas ligadas à área do tratamento/internamento em psiquiatria e da toxicodependência que funcionam em complemento com a prestação do sector público. Efectivamente preveem-se dotações para a remodelação e ampliação das casas de saúde que cooperam com o Serviço Regional de Saúde.

A formação profissional é outra das vertentes que assume um papel de privilégio neste Plano por considerarmos ser um pilar fundamental no desenvolvimento da qualificação dos nossos recursos humanos. Em 1999 a Direcção Regional da Saúde promoverá até ao fim do ano 15 acções de formação profissional dirigidas às mais diversas áreas, envolvendo designadamente pessoal dirigente, técnicos e auxiliares de acção médica num total de participação previsível de 264 pessoas. Foram desenvolvidas três acções de sensibilização para a prevenção, controle e tratamento da diabetes dirigidas a 141 técnicos ligados de alguma forma a esta patologia. Foram ainda patrocinados diversos Congressos, Seminários e Colóquios. Para o ano 2000 prevemos realizar 35 acções de formação, isto é, um aumento de 120% relativamente a este ano, envolvendo 649 profissionais. Iremos organizar um curso de Superior de Medicina Legal na Região em parceria com o Instituto de Medicina Legal de Coimbra, com a duração de um ano, estruturado em módulos lectivos de uma semana, leccionados de dois em dois meses. Ficará a Região desta forma habilitada a dar uma resposta adequada numa área de especialidade, de relevante interesse social e grande importância para a administração da

justiça e para a qual não dispõe actualmente de profissionais suficientes com formação adequada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A situação financeira do Serviço Regional de Saúde encontra-se moldada por três factores que o influenciaram de forma diferenciada:

- 1) o sub-financiamento crónico até 1997;
- 2) as medidas de reequilíbrio financeiro adoptados pelo Governo;
- 3) a influência de factores ao exógenos ao sistema como a revalorização das carreiras dos profissionais da saúde efectuadas a nível nacional que se repercutiram na Região.

Para se ter uma ideia do sub-financiamento do S.R.S. durante vários anos tomarei como exemplo a Região Autónoma da Madeira, região insular mas sem os custos acrescidos pela dispersão geográfica do Arquipélago dos Açores que obriga a duplicação e mesmo redundância de estruturas. Basta considerarmos o que se passa a nível de cuidados diferenciados. A Madeira apenas tem um grande Hospital enquanto os Açores são obrigados a manter três Hospitais e, ainda, a garantir a deslocação e a evacuação de doentes inter-ilhas. Em 1995 as transferências do orçamento regional para o serviço Regional de Saúde da Madeira foram 96 contos por habitante e nos Açores apenas de 85; em 1996 a Madeira gasta 113 contos per capita e os Açores apenas 87. Em 1997 inicia-se a aproximação, a Madeira gasta 111 contos per capita e os Açores 97 e em 1998 a Madeira gasta per capita 107 contos, sendo ultrapassados pelos Açores que gastam 110 contos per capita.

O esbater do sub-financiamento do Serviço Regional da Saúde, a par de medidas de estruturação financeira do sistema, da contenção de gastos e da anulação do desperdício, têm permitido controlar a dívida do sector em níveis aceitáveis sem prejuízo na prestação de cuidados de saúde

O melhor indicador para o que acabo de afirmar é o comportamento dos fornecedores das unidades de saúde. Longe vão os tempos, tão típicos dos Governos anteriores, em que os fornecedores reclamavam, protestavam e ameaçavam cessar o fornecimento de bens e serviços.

No entanto, apesar das medidas adoptadas o sistema tem sido perturbado por via das actualizações salariais que decorreram da estruturação remuneratória das carreiras do

sector da saúde durante os anos de 1998 e 1999. Foram abrangidas todas as carreiras profissionais desde as carreiras médicas, de enfermagem, de técnicos superiores de saúde até aos auxiliares de acção médica. O impacto destas medidas na Região suplanta as estimativas efectuadas para um território como o Continente. A estrutura do nosso serviço, com unidades dispersas, obriga a adopção de regimes de trabalho de carácter excepcional e, a aplicação no Arquipélago automática da legislação aprovada, por ser matéria com carácter de lei geral da República, penaliza a estrutura da dívida do Serviço Regional de Saúde.

Estamos conscientes que outras medidas estruturais terão necessariamente de ser introduzidas. O modelo de financiamento das unidades de saúde terá de evoluir. O sistema de financiamento não pode esgotar-se numa mera repartição de recursos de acordo com os gastos históricos da instituição. Há que passar do modelo de orçamento retrospectivo para um modelo prospectivo de financiamento. Há que criar um contexto apropriado para o seu desenvolvimento e avaliar como são gastos os recursos.

Efectivamente, para determinar com rigor os preços a pagar pela produção de cuidados é necessário calcular os custos reais associados ao tratamento de doentes. A determinação destes custos envolve o processamento de dados que os Hospitais e Centros de Saúde terão necessariamente de recolher por rotina. A maior parte já deveriam ser recolhidos com outros objectivos, nomeadamente para a alimentação do sistema de contabilidade. Contudo, tal ainda não se verifica em muitas das unidades de saúde do Serviço Regional.

Os passos que estão a ser dados na informatização do sistema e a entrada em pleno funcionamento do Instituto de Gestão Financeira de Saúde permitirão progressivamente trilhar o percurso que se encontra delineado. Isto é, como disse no início da minha intervenção, melhorar a acessibilidade dos utentes aos cuidados de saúde a par da compreensividade e da universalidade na cobertura.

Para finalizar, estamos convencidos que o Plano e o Orçamento em discussão nesta Assembleia possibilitarão não só garantir os cuidados de saúde de que os açoreanos carecem para simultaneamente modernizar as infra-estruturas e os equipamentos.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, a análise que nós fazemos do estado da saúde da Região não corresponde àquela que o Governo acabou de fazer.

Aliás, durante esta legislatura ou durante estes 3 anos, por várias vezes temos tido momentos de análise profunda do Serviço de Saúde. O ano passado fizémo-lo aquando da discussão do Plano, fizemos um balanço de meio mandato do Governo Regional e ainda este ano tivemos a oportunidade, aquando da discussão do Estatuto do Serviço Regional de Saúde, de também analisar este sector.

Não foi só o PSD, como principal partido da oposição, que desenvolveu a análise crítica em relação ao que se está a fazer, foram também os outros partidos da oposição aqui presentes, foram os profissionais através das ordens de médicos, os sindicatos, foi a comunicação social, foi o público em geral e a nossa análise sobre aquilo que se está a passar na saúde nos Açores não pode corresponder, porque não estamos sós nessa análise com aquilo que o Governo entende que está a decorrer.

Aliás, quero também aqui ser justo para dizer que a situação da análise que fazemos actualmente da situação da saúde, não difere em nada das análises que nós fizemos ainda no início deste ano ou no final do ano passado, à excepção de um único aspecto que quero também aqui ser justo e referi-lo:

O ano passado produzi naquela tribuna uma grande e profunda crítica em relação à taxa de mortalidade que tinha disparado no ano de 97 e que nos tinha voltado a pôr em situação que já não tínhamos há muito anos. Neste momento tenho também o gosto de reconhecer que o Governo conseguiu alterar e inverter a situação e a taxa de mortalidade do ano passado é uma taxa muito satisfatória e honrosa para nós e que vem na tendência da baixa que se vinha verificando nos governos do PSD. Salvo isto, mais nada se alterou.

A situação e a análise que fazemos da saúde nos Açores é uma situação de degradação e de degradação fundamentalmente a três níveis:

- a nível financeiro, porque efectivamente a despesa global com a saúde em 96 era de 23 milhões de contos, a despesa global prevista para o ano 2000 é 41 milhões de contos, ou seja, em 4 anos mais 18 milhões de contos. Isto vem nos vossos documentos. Não estou aqui a inventar nada, e o déficit mantém-se, ou seja, os 18 milhões de contos...

Deputado Fernando Menezes (PS): É natural. Para termos melhor saúde é preciso gastar!

O Orador: ... a mais em despesa global davam para pagar quase 4 vezes o déficit que os Srs. disseram que receberam dos Governos do PSD.

Por outro lado, conter gastos e passar de 23 para 41 milhões, e o benefício...

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Está a comparar coisas diferentes. Faça uma análise honesta!

Sub-Secretário Regional da Saúde (Victor Carneiro): Está a comparar o que não é comparável!

O Orador: ... porque os investimentos públicos, como qualquer investimento privado, mede-se em termos de análise custo/benefício.

Os Srs. realmente têm um custo muito maior, mais 18 milhões de contos. E o benefício desse investimento de 18 milhões de contos?

Aquilo que diz a opinião pública, aquilo que dizem os partidos da oposição, aquilo que dizem os profissionais de saúde não é isso, porque, para além da degradação financeira - que o Sr. Secretário das Finanças conhece muito bem, estará aflito para poder cumprir - temos a degradação dos recursos. Toda a gente sabe que os recursos na área da saúde estão em pior situação do que estavam antes. Têm saído médicos dos centros de saúde, têm saído médicos dos hospitais e nomeadamente dum hospital muito importante da nossa rede que é o hospital de Angra do Heroísmo, que tem uma situação extremamente grave. O hospital reduziu e neste momento está apenas com capacidade para resolver situações de urgência, porque saíram especialistas de várias valências e em valências muito importantes e há até valências que deixaram de existir no hospital de Angra do Heroísmo.

Depois há também degradação da estação dos serviços que é o tal benefício, Sr. Secretário, aquilo que se deve medir perante o custo do investimento que se faz, que é o benefício. Ora, com respeito ao benefício há uma clara unanimidade junto dos

profissionais, junto da opinião pública e junto da comunicação social que os serviços anteriormente podiam não estar bons, mas agora estão piores. Porquê? Porque há listas de espera maiores nas consultas, porque há listas de espera maiores nas operações, há listas de espera maiores nos meios de diagnóstico.

Esta é, enfim, a nossa perspectiva. Percebemos que o Governo queira pintar de cor-de-rosa, como é natural e é a sua cor preferida, a situação da saúde, mas a realidade é bem diferente.

Não vou fazer mais nenhuma análise sobre este sector, mas queria muito concretamente pôr 4 questões ao Sr. Secretário:

Os Srs. no Plano a Médio Prazo, que apesar de não estar aprovado, o Sr. Secretário das Finanças disse que foi sempre uma referência para o Governo e por consequência como é referência, é com base nestas promessas que foram previstas e inscritas no Plano a Médio Prazo que agora vamos questionar o Governo.

Os Srs. em termos de construções de unidades de saúde, para além da entrada em funcionamento do Hospital de Divino Espírito Santo, que estava pronto, previam a entrada do Centro de Saúde da Praia da Vitória, da Povoação e do Centro de Saúde da Lagoa, que agora dizem que é unidade de saúde. Gostaríamos de saber se o Governo prevê que estas 3 unidades entrem em funcionamento até ao fim do mandato?

Segunda questão:

O que é que o Governo pretende fazer no próximo ano para contrariar esta sangria de recursos humanos do Serviço Regional de Saúde?

Quais os incentivos que neste momento têm em preparação?

Se desenvolveu diligências junto do Ministério da Educação, do Governo da República ou junto do Conselho de Reitores, sensibilizando-os eventualmente para que haja mais quotas e até mais vagas e até quotas específicas para alunos da Faculdade de Medicina, oriundos dos Açores?

Se pretende voltar a dinamizar todo o processo que havia de, através de formas que podem ser protocolos ou outros, permitir uma formação mais acelerada de especialistas para disponibilizar médicos para os Açores?

Terceira questão:

O que é que o Governo pretende fazer para contrariar ou eliminar a degradação da prestação de serviços, ou seja a eliminação - já ouvimos algumas declarações na comunicação social, mas nunca aqui foram expressas no Parlamento - ou redução das listas de espera das consultas, das intervenções cirúrgicas e dos meios de diagnóstico?

Quarta questão:

O que é que o Governo fez ou pretende fazer no que diz respeito à prevenção e combate da SIDA? O que é que se passa? Já não existe SIDA nos Açores? Já não é um perigo? Deixou de aumentar? O governo socialista encontrou alguma vacina?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não. Temos lá os cartazes!

O Orador: O que é feito da Comissão Regional de Prevenção e Luta contra a SIDA? O que é feito das campanhas com ou sem preservativo voador? O que é feito dos escandalizados protestos dos socialistas acolitados por militantes de laço vermelho à lapela, pela ausência absoluta em três anos de qualquer campanha contra a SIDA?

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Sub-Secretário Regional da Saúde.

Sub-Secretário Regional da Saúde (Victor Carneiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado António Meneses:

Para ser justo baixou a taxa de mortalidade infantil, mas também temos uma das mais baixas taxas de incidência tuberculosa e continua a baixar. Também temos uma das mais baixas taxas de incidência de SIDA a nível nacional e continua a baixar.

Eu penso que estará mal informado, porque a Comissão de Luta contra a SIDA, que foi reconstituída este ano, a Comissão Regional, os núcleos concelhios foram activados e estão a começar a exercer a sua acção. Iniciámos uma cooperação com a Comissão Nacional que nos faculta os meios audiovisuais e de promoção para que haja convergência na acção de esforços e posso-lhe dizer que no âmbito da comemoração do Dia Mundial da SIDA, que é o próximo dia 1 de Dezembro, vão ser desenvolvidas uma série de acções, nomeadamente em Angra do Heroísmo na Escola de Enfermagem em que vai ser proferida uma palestra por uma pessoa que pertence à Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA. Os núcleos vão participar numa série de actividades, e em S.

Miguel também vão ser feitas uma série de actividades nomeadamente na Ribeira Grande, onde estará presente o Presidente da Comissão Regional.

Ainda neste âmbito da Comemoração no Dia 1 de Dezembro o Dia da Luta contra a Sida vai ser organizado um curso especialmente dirigido aos concelhos executivos das escolas no domínio da prevenção. É um curso que tem a duração de três dias e que vai ser realizado em S. Miguel destinado especialmente aos docentes do ensino secundário da ilha de S. Miguel, Santa Maria, Terceira e às restantes ilha do Grupo Central e Ocidental.

Quanto à degradação do sistema financeiro, o Sr. Deputado está a comparar o que não é comparável. Eu posso-lhe dizer que em 1995 as transferências do orçamento regional para o Serviço Regional de Saúde foram 20 milhões 113 mil contos. A despesa total com fundos próprios, excluindo os fundos alheios, foi de 27 milhões 130 mil contos. A despesa total incluindo os fundos alheios e após o saldo de gerência consolidado, foram 33 milhões 441 mil contos.

Eu penso que está a comparar o que não é comparável.

Posso-lhe dizer que no ano 2000 as transferências do Orçamento da Região para o Serviço Regional de Saúde serão de 28.940.500 contos. A despesa total com fundos próprios são 39 milhões e a despesa total incluindo fundos alheios 41 milhões. O que o Sr. está a comparar com os 41 milhões, deveria comparar em 95 e seriam 33.441 mil contos. Não se pode comparar o que não é susceptível de comparação.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Nas transferências correntes são mais 40%.

O Orador: Não, não é 40%.

Quanto ao défice, seguindo a mesma linha de raciocínio que há dois dias a Sra. Deputada Berta Cabral seguiu e fazendo-o da mesma forma, o défice no dia 30 de Setembro deste ano era de 4.110.250 contos, seguindo a mesma linha de raciocínio.

Quanto à degradação dos recursos humanos, que o Sr. Deputado referiu, realmente temos perdido alguns médicos, mas também temos adquirido alguns. Como sabe o Hospital de Angra é uma das unidades de cuidados diferenciados que tem sido penalizada a esse nível e uma das especialidades mais penalizadas é a anestesia. Já temos mais um anestesista a colaborar e temos esperança de conseguir um outro.

Eu penso que aqui tem que se adoptar uma solução a longo prazo e essas medidas estão neste momento delineadas e que passam pelo apoio à formação pós-graduada, isto é, durante a formação no curso de medicina há bolsas criadas a esse nível. Neste momento com o sistema de bolsas instituído para estudantes de medicina temos 32 ou 33 estudantes que aderiram ao sistema. Temos a esperança de que eles voltem para a Região. Se este grupo voltar temos, para já garantida a substituição da actual geração que tem 55 a 60 anos. Eu lembro que este sistema está implementado há pouco mais de um ano.

Quanto à formação de especialista e no que diz respeito ao tempo de formação está perfeitamente estabelecido pela ordem dos médicos e em colaboração com o Ministério da Saúde. As especialidades médicas têm em média um tempo de formação de 5 anos, as especialidades cirúrgicas de 6 anos e a medicina geral e familiar de 3 anos. A esse nível não podemos acelerar. Podemos eventualmente criar mecanismos para captar especialistas nesta área.

Quanto ao que diz sobre a degradação na prestação de serviço, eu lembro ao Sr. Deputado que foi o ano passado feito e foi divulgado um inquérito de opinião, em que os utentes do Serviço Regional de Saúde revelavam um elevado índice de satisfação, quando acediam aos serviços.

O problema existe no acesso aos serviços de saúde. Temos consciência disso, mas não é uniforme. Conseguimos resolver esse acesso ou pelo menos minorar nas pequenas ilhas através da deslocação de especialistas.

Temos concelhos onde o acesso aos cuidados primários não têm lista de espera. Posso-lhe citar alguns desses concelhos: Povoação e Nordeste são dois exemplos onde não têm, mas há mais em que não há listas de espera. Há efectivamente listas de espera na área cirúrgica. Nos meios complementares de diagnóstico praticamente não existem e há alguma lista de espera no que diz respeito ao acesso às consultas dos cuidados diferenciados.

Eu penso que por vezes, há alguma confusão no que se refere à mistura ou à caracterização da lista de espera entre o acesso à primeira consulta e as segundas consultas, isto é, as consultas que já estão programadas após uma primeira consulta, as chamadas consultas de seguimento.

Quanto às unidades que estão em construção, o Centro de Saúde da Praia da Vitória temos fundadas esperanças que entre em funcionamento ainda durante o Verão do ano 2000.

O Centro de Saúde da Lagoa iniciará a sua construção durante o mês de Dezembro e tem um período de construção de 8 meses.

O Centro de Saúde da Povoação começou a fase de remodelação há cerca de uma semana. Efectivamente no final deste mandato não estará concluído, mas terá muito próximo da sua conclusão.

Espero ter respondido às suas perguntas, mas estou disponível para o que entender.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na linha de seguimento da intervenção e agora dos esclarecimentos dados pelo Sr. Sub-Secretário, eu gostaria de lembrar a esta Câmara de determinados aspectos relacionados com a saúde.

Fala-se na degradação da saúde nesta Região. Degradar significa muito mais, e todos sabemos, que manter os problemas já existentes. é verdade que nós temos problemas na saúde. É verdade que nós sempre tivemos dificuldades com listas de espera e continuamos a ter dificuldades com algumas listas de espera.

Deputado Eugénio Leal(PSD): Aumentaram!

A Oradora: Não é verdade que tenham aumentado. Não é verdade. Algumas diminuíram e outras aumentaram, porque à medida que determinados recursos vão chegando à Região vai diminuindo e outros que ainda não temos é natural que aumente. Manter problemas é uma coisa, degradar é outra, porque o que define a degradação da saúde duma comunidade não é o discurso político, são os indicadores de saúde...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Ora, muito bem!

A Oradora: ...e os indicadores de saúde dizem que nós até estamos melhorando, felizmente, para os açorianos.

As taxas de mortalidade infantil, a taxa de incidência de tuberculose, a taxa de incidência da sida, etc., etc.. Esses são os indicadores científicos que definem se há ou não degradação da saúde duma comunidade.

Mas tem mais:

Os Srs., tal como nós, querem que melhore a saúde na Região, querem que se aumente os recursos na Região, mas não querem aumento de despesa, mas eu vou lembrar algumas coisas.

Como é que é possível isso?

Deputado António Meneses (PSD): Com uma boa gestão!

A Oradora: Eu não compreendo esse tipo de raciocínio e vou lembrar o que se tem passado nesta Casa.

Em Outubro passado aprovaram uma resolução recomendando ao Governo medidas, essas sem ganhos em saúde, que poderão levar ao aumento de despesas com pessoal em cerca de 70 mil contos numa única unidade de saúde.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem!*

A Oradora: Com certeza que concordam que os especialistas devem-se deslocar às ilhas onde não há hospitais, mas parece que não querem com essa deslocação que se aumente o número de consultas, parece que não, o número de exames complementares, o número de TAC's, isto é despesa. Cada vez que se faz mais uma consulta gasta-se, é despesa. Querem que se faça, mas não querem que se aumente a despesa.

Deputada Ana Carolina (PSD): Demagogia!

A Oradora: Com certeza que a oposição também deseja que se concretize o Plano para 2000, no que diz respeito ao Hospital da Horta. Com certeza que querem que o Hospital da Horta tenha uma Tomografia Axial Computorizada, que tenha uma unidade de cuidados intensivos, mas com certeza também estão à espera que com um dos exames complementares mais caros não aumente a despesa e que uma unidade de serviço clínico mais caro dum hospital, ao entrar em funcionamento, não dispare a despesa daquele hospital.

Com certeza que querem que melhore a acessibilidade em medicina familiar/clínica geral, mas não querem que se aumente a despesa.

Penso que, tal como nós, também querem que se resolva o problema da falta de anestesistas no Hospital de Angra do Heroísmo, mas não pela via do aumento de despesa. Não compreendo.

De certeza que querem que os nossos hospitais evoluem, tenham exames complementares caros, tenham especialistas, mas não querem que se aumente a despesa. Estou certa que não são contra a implementação de programas de participação a 100% para a pílula, para fármacos, análises clínicas e outras coisas para doentes crónicos, mas não querem que se aumente a despesa.

O que me parece, Sras. e Srs. Deputados, é que os Srs. querem para a saúde o milagre da multiplicação dos pães...

(Aplausos da bancada do PS)

A Oradora: ...ou seja, com o mesmo tipo do bolo orçamental chegue a tudo e a todos e de preferência que sobeje ou então o que querem é continuar a acreditar em milagres, mas o que não podem pretender é passar essa atitude negativa para este Grupo Parlamentar e para o Governo.

Nós assumimos que qualquer passo que seja dado em frente terá sempre aumento de despesa. Esta é uma verdade irrefutável e nós encaramos de frente, com responsabilidade e determinação de quem quer, por um lado racionalizar, mas, por outro, quer ganhos em saúde e quer melhor saúde para os açorianos.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Sub-Secretário há pouco falou em taxas positivas para a mortalidade infantil, falou em aspectos positivos no que diz respeito à incidência da SIDA, falou também numa baixa de percentagem da tuberculose nos Açores em relação ao todo nacional, dados e taxas positivas que são importantes.

Portanto, eu queria colocar uma outra situação que tem a ver também com uma das afecções que nos preocupam, embora a sua taxa seja muito baixa, mas que apareceu há

alguns anos na Terceira. Estamos a falar da lectospirose, e consta que foi diagnosticada já este ano também em S. Miguel.

A pergunta que eu faria era que me confirmasse se efectivamente estão a aparecer casos diversos de lectospirose, onde e se por parte do Governo há a ideia de ter que haver um plano conjugado, no que diz respeito a um combate diferente aos ratos, ou seja, uma desratização diferente, porque se, efectivamente, estão a aparecer focos aqui ou acolá de lectospirose, isto é sinal de que a desratização, que tem sido feita até ao momento, não tem sido devidamente eficaz e não tem sido aquela que se impunha. Penso que é uma matéria que no aspecto de saúde também me preocupa e penso que nos deve preocupar a todos, e gostaria de saber qual é a situação real que temos?

Um outro aspecto que gostaria de colocar, e que também a nossa sociedade começou a colocar, diz respeito ao combate às drogas que são legais, que são permitidas. Estou-me a referir concretamente ao alcoolismo e ao tabagismo.

É evidente que já foi colocado aqui a problemática das drogas ilegais, no entanto, em relação ao alcoolismo, a nossa sociedade e a nossa comunicação social começam a alertar para algumas situações sociais que todos nós, penso, temos que ter alguma preocupação e a minha pergunta é a seguinte:

Se em colaboração com outras entidades a Região, também ela, está preocupada e a colaborar no sentido de que em relação, essencialmente, ao alcoolismo se faça alguma coisa para que haja aquela mudança social que penso que todos nós deveremos ambicionar?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho muito pouco tempo, mas só quero dizer que não estou a falar em números diferentes. Estou a ser coerente naquilo que digo.

Quando eu disse que a despesa global dos fundos e serviços autónomos da área da saúde, referia-me ao conjunto do Serviço Regional de Saúde, que em 96 foi de 23.297.012 contos, Diário da República nº. 82, de 6/4/1996.

Quando eu digo que as despesas globais da saúde, dos fundos e serviços autónomos da saúde para o ano 2000 são 41.445.239 contos, significa mais de 18 milhões de contos do que vem na proposta do orçamento.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): A preços constantes!

O Orador: Nós concordamos que há medida que haja mais serviços tem que haver mais despesa.

Deputado Augusto Elavai (*PS*): É a inflação!

O Orador: É evidente. Agora o que nós duvidamos é que haja um aumento de 78% nas despesas em 4 anos, mais de 18 milhões de contos. Onde é que está o benefício disto? O Serviço Regional de Saúde com mais 18 milhões, desde 96, porque não deveríamos ter aqui um Serviço Regional de Saúde tipo Sueco. Onde é que estão estes 18 milhões de contos?

Portanto, a informação e a ideia que temos é que está pior. Esta é que é a questão porque, como eu disse, não basta só investir, mas ver o benefício desse investimento e o benefício dos 18 milhões nós não o vemos e como já foi aqui dito o déficite mantém-se. Isto são 18 milhões de contos a mais, mantendo o mesmo déficite.

Em relação à questão da SIDA, o que ficou aqui demonstrado na resposta do Sr. Sub-Secretário, é que a partir de agora, no último ano de mandato, se reconstituíu a Comissão da SIDA, há agora uma série de iniciativas previstas para Dezembro e para o princípio do ano. Três anos perdidos. Talvez este Governo consiga fazer ou recuperar algum trabalho no último ano.

Em relação às unidades de saúde estavam previstas três: Centro de Saúde da Praia da Vitória, Centro de Saúde da Povoação, Centro de Saúde da Lagoa. Se tudo correr bem estaremos na inauguração do Centro de Saúde da Praia da Vitória. Ficamos a um terço dos nossos objectivos.

Muito obrigado

Deputado Victor Cruz (*PSD*): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta questão da saúde, e sobretudo sob a óptica em que ela é colocada e que não pode deixar de ser, tem a ver sobretudo com a prestação pública, tem a ver também nomeadamente com administração pública em sentido lato.

Desde logo, não nos podemos esquecer, e este é um excelente exemplo, de que hoje quando falamos de administração pública, falamos em estado processador e quando falamos em aumento da despesa pública, não estamos só a pensar nos velhos burocratas, estamos a pensar num Estado processador nomeadamente ao nível da saúde, nomeadamente ao nível da educação.

É aí que se tem que fazer opções e quando se faz algumas críticas do aumento da despesa pública ou se apontam erros ou alternativas de gestão pública ou então não se está simplesmente a dizer nada,...

Deputada Berta Cabral (PSD): Isso é uma sugestão.

O Orador: ... porque efectivamente quando falamos nesta Assembleia, por exemplo, ao nível da educação, o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca ainda de manhã falava na necessidade de mais auxiliares de acção educativa, quando esta Assembleia há um mês recomendou ao Governo a necessidade de estender o regime de prevenção dos médicos para o hospital da Horta, quando se toma uma série de medidas como se tomou esta semana ao nível da remuneração complementar para os funcionários públicos, quando, sob proposta do Governo, esta Assembleia teve oportunidade de aprovar no final do ano transacto ou no princípio deste ano a regularização dos PROSA's e MEFE's.

Deputada Berta Cabral (PSD): Está a fugir à discussão.

O Orador: Não estou a fugir à discussão, Sra. Deputada.

Quando se falou já aqui e quando o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento teve oportunidade de explicar o aumento ao nível da despesa corrente, que tem a ver com as revalorizações de todas as carreiras gerais e especiais da saúde e da educação que foram feitas e que, obviamente, o orçamento regional tem que explicar.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Aquisição de bens e serviços não tem nada a ver com carreiras.

O Orador: Penso que todos percebemos do que é que estamos a falar, quando falamos em aumento da despesa pública. Tem a ver exactamente com isso, porque é um velho

chavão que não diz nada. É de treinador de bancada dizer: a despesa pública aumenta, o número de funcionários aumenta. Isto não quer dizer absolutamente nada.

É pena, Sra. Deputado Berta Cabral que, até já foi, imagine-se, durante um ano titular da pasta da Administração Pública, não saiba nesta matéria do que é que fala.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sei muito bem!

O Orador: Não saiba, por exemplo, em termos percentuais, se nos países europeus nós temos funcionários públicos a mais ou não. Não sabe.

Sr. Deputado António Meneses, o Sr. sabe um bocadinho mais disto e permita-me que lhe diga que ao nível da gestão de pessoal há outras coisas que foram irradicadas que são importantes e V. Exa. tem conhecimento delas. Por exemplo, nunca mais houve, e V. Exa. há-de reconhecer isso, aqueles concursos mirabulantes que havia para enfermeiros em que não tinham critérios objectivos e em que o enfermeiro era colocado de acordo com o aviso de abertura. Isso acabou.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não para entrar propriamente do debate deste domínio que é muito especializado e que está muitíssimo bem entregue ao meu colega Dr. Victor Carneiro, mas tão somente para prestar alguns esclarecimentos.

Desde logo, na sequência do afirmado pelo Deputado António Meneses, manifestar que efectivamente estou preocupado. Estou preocupado com o aumento de despesa no sector da saúde e por isso temos desenvolvido todos os esforços no sentido de assegurar condições à sua cobertura e daí que tenhamos no orçamento para o ano 2000 um aumento de 8,8% nas despesas do sector da saúde. Estou preocupado com o déficite ainda existente no Serviço Regional de Saúde e daí que tenhamos desenvolvido esforços no sentido de o conter e diminuir e, efectivamente, ele hoje é menor do que no passado. Estou preocupado com isto, mas estou ainda mais preocupado é com as condições gerais de equilíbrio do nosso sistema autonómico.

Estou muito preocupado e estou hoje mais preocupado do que estava a semana passada, porque aqui já foram aprovados diplomas altamente onerosos do nosso modelo de autonomia.

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Estou preocupado com isto, porque mais tarde é um adiamento que se faz no objectivo que nós temos de assegurar melhores condições de vida aos açorianos a todos os níveis, ao nível económico, ao nível financeiro, ao nível da educação, ao nível da saúde, ao nível da cultura, a todos os níveis.

Por outro lado, aproveito também a oportunidade, Sr. Presidente, para prestar uns esclarecimentos que me foram solicitados anteontem, aquando da minha intervenção e que na altura não os tinha disponíveis.

Na sequência do compromisso que então assumi, aqui estão eles:

Saldo da conta no Banco de Portugal, 10.560 mil contos. Como sabem este saldo terá que ser saldado até ao dia 31 de Dezembro deste ano e sê-lo-á.

Dívidas de fundos e serviços autónomos, 3.570 mil contos. Regista-se aqui um menor valor do que o do ano passado e certamente virá a decrescer ao longo do tempo, porquanto não tem havido nenhuma autorização da parte da Secretaria das Finanças para aumento do endividamento desses organismos e continuarão a ser mantidos nesta linha de orientação. Poderá ser aumentado o endividamento dos fundos e serviços autónomos em sacrifício do endividamento global da Região.

Portanto, o que estou a dizer, e a Sra Deputada sabe muito bem do que estou a falar, é que não está a haver nenhum aumento de endividamento.

Quanto aos compromissos existentes no dia 22 de Novembro de 1999 nas diversas delegações da minha Secretaria, nomeadamente na delegação aqui da Horta estavam a pagamentos a fornecedores 114.942 contos; em Ponta Delgada 461.588 contos e em Angra 116.429 contos, num total, nas três delegações de contabilidade, 692.959 contos o que equivale a 4 milésimas do Orçamento da Região para este ano.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Sub-Secretário Regional da Saúde.

Sub-Secretário Regional da Saúde (*Victor Carneiro*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Relativamente à leptospirose, surgiu ontem na comunicação social a notícia de que terão ocorrido dois casos na ilha de S. Miguel. Eu presumo que isso terá motivado a intervenção do Sr. Deputado.

Posso informar que na ilha de S. Miguel, de 1982 a 1999, ocorreram 80 casos. Estamos perante uma doença que hoje é possível diagnosticar muito mais precocemente e com muito mais acuidade e estamos perante uma doença cujo vector é o rato. É uma doença ambiental, exige um combate interdepartamental e uma conjugação de esforços aqui perante uma situação nova.

No que diz respeito às drogas e à toxicoddependência, o combate à toxicoddependência tem sido efectuado com êxito.

A Secretaria da Educação e Assuntos Sociais celebrou em Setembro um protocolo com o SPTT (Serviço de Prevenção e Tratamento de Toxicoddependentes) que é a entidade a nível nacional que coordena esta luta. Vai assinar também em breve um protocolo com a Comissão Coordenadora das Escolas Pormotoras de Saúde para implementar na Região acções também neste âmbito.

Ainda no Plano existe um rubrica para apoio à ampliação e ao melhoramento de infraestruturas relacionadas com a prevenção e a desintoxicação e tem sido feito múltiplas acções de formação para professores e para alunos. Provavelmente não tem havido muita divulgação na Comunicação Social, mas isso faz-me lembrar um pouco o que se passou nos Estados Unidos na década de setenta com as campanhas que foram feitas contra o tabaco, campanha anti-tabagista. Os especialistas costumam discutir estas campanhas quando são muito publicitadas na comunicação social e interrogam-se até que ponto estamos a fazer prevenção ou até que ponto estamos a promover o consumo. Temos que ser cuidadosos.

Penso que uma atitude, nesta matéria, mais cautelosa e mais interventiva é mais eficiente.

O mesmo se passa em relação à SIDA. Em relação à SIDA, e eu já falei ao Sr. Deputado António Meneses, no Verão foram desencadeadas campanhas, aproveitando as festas populares, não foi em todas as ilhas, foram os núcleos da SIDA mais dinâmicos, para a

distribuição de material de promoção, de propaganda e de prevenção. Actualmente temos esta campanha que eu anunciei e que vai ser delineada. Estamos a trabalhar sem grande alarde. Até que ponto falar-se demasiado ou publicitar-se demasiado, não se está a prevenir, mas a promover. Entre os epidemiologistas discute-se um pouco.

Em relação ao combate ao alcoolismo, este Governo tem apoiado as estruturas que promovem o tratamento dos doentes com alcoolismo crónico e tem junto das escolas um programa contra o alcoolismo. Nesta matéria também não estamos parados, temos desenvolvido acções.

Voltando à questão que o Sr. Deputado António Meneses colocou em relação à dívida da saúde, provavelmente estaremos a discutir números que são diferentes. Eu posso pedir à Mesa que mande tirar fotocópia dum mapa que aqui tenho para eventualmente comparar.

Posso-lhe dizer que em 96 foram transferidos do Orçamento Regional para o Serviço Regional de Saúde 20.773 mil contos e isto representava na despesa pública de então 33.40%.

No ano 2000 serão transferidos 28.940.500 contos, o que representa 35,1% na despesa global da Região.

Deputada Berta Cabral (PSD): Mas isso não interessa!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Tudo cresce na vida!

O Orador: Não foi um aumento tão significativo. A dívida diminuiu, mas como sabe as unidades de saúde são financiadas através das dotações do orçamento regional de saúde, mas são também susceptíveis de gerar despesa e nós temos incentivado as unidades de saúde para que essa arrecadação de fundos seja melhorada, nomeadamente a cobrança aos subsistemas. Acontecia no passado e ainda hoje acontece que muitos utentes ou muitos doentes são tratados como doentes do sistema quando têm um subsistema ou quando o seu tratamento deve ser coberto por uma entidade seguradora. Estou por exemplo a falar da questão dos acidentes e por algum motivo os processos judiciais no Hospital de Ponta Delgada, que eram praticamente inexistentes aqui há uns anos, contra entidades que se recusavam a participar ou a pagar os tratamentos efectuados. Esses processos judiciais têm surgido e têm aumentado.

Posso-lhe dar um outro exemplo:

Em relação aos exames que não pagavam, nem na Região, nem a nível nacional, encetámos a semana passada um conjunto de reuniões com vista a regularizar o relacionamento financeiro com os SAMS de modo a que os SAMS paguem ao sistema os cuidados que lhe são prestados.

Portanto, houve também um incremento na arrecadação de fundos que as próprias unidades estão a fazer, mas eu penso que comparámos números que não são comparáveis.

Agora, como eu demonstrei na minha intervenção, em 1995 o sistema estava claramente sub-financiado e hoje a existir algum sub-financiamento é muito menor do que existia. A dívida está a diminuir.

O Orador: A Sra. Deputada ainda há dois dias referiu 4,6.

Deputada Berta Cabral (PSD): 4,1!

O Orador: Sra. Deputada, eu percebi um pouco mais, mas se entrar um linha de conta com a inflação de certeza que não estamos em derrapagem, nem o cenário é de catástrofe, como pareciam anunciar.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Os Srs. teorizaram, fizeram demagogia, mas evitaram propositadamente as questões mais polémicas na área da saúde.

Duas breves notas prévias:

Degradação, Sra. Deputada Fernanda Mendes, a Sra. sabe quem foi que falou primeiro da actual degradação do sistema de saúde? A Ordem dos Médicos.

Se os profissionais de saúde que trabalham no sistema, que sabem como as coisas funcionam, falam em degradação do actual sistema de Serviço Regional de Saúde, eles lá sabem. Se o Partido Socialista acha que está tudo bem, os Srs. lá sabem.

O problema do dinheiro gasto e mal gasto, o PSD, e acho que também os açorianos acham que o problema não é gastar na saúde, porque todos nós queremos mais e melhor saúde. O problema não é gastar, o problema é gastar mal...

Deputada Fernanda Mendes (PS): Os indicadores são bons!

A Oradora: ... e dou-lhe alguns exemplos:

Vou dar só um exemplo, porque não estou aqui para dar lições ao Governo.

Potenciar os recursos existentes nos hospitais da Região.

Por que é que se mandam mamografias do hospital de Angra para o Porto, quando nós em Ponta Delgada temos uma radiologista que é especializada em mamografias?

Deputada Fernanda Mendes (PS): Quantas mamografias?!

Por que é que se mandam doentes da neurocirurgia do hospital de Angra para Lisboa?

Não acham que é tempo de potenciarmos os recursos dos hospitais da nossa Região? É sim senhora.

Vamos então às questões polémicas e vou dar um exemplo:

(Vozes inaudíveis das várias bancadas)

Presidente: Srs. Deputados, façam o favor de deixar a Sra. Deputada concluir a sua intervenção.

A Oradora: Agradecia que descontassem os apartes.

Consulta externa no hospital de Ponta Delgada.

Os médicos não têm estado físico para dar mais consultas.

Sub-Secretário Regional da Saúde (Victor Carneiro): Os Srs. é que construíram!

O Orador: Não me interessa, os Srs. actualizassem. Os Srs. é que estão lá agora. Os Srs. têm que deixar de falar eternamente no nosso passado. Vão assumir o vosso presente e também já o vosso passado.

(Aplausos da bancada do PSD)

A Oradora: Os Srs. é que tiveram comissões de acompanhamento, os Srs. é que tiveram pessoas a avaliar a transferência para os novos serviços. Os Srs. que se desenrasquem. Há médicos que não podem dar mais consultas, logo as listas de espera não podem diminuir, porque não há espaço físico para os médicos darem mais consultas, uma vez que eles não têm medicação exclusiva e saem à uma hora e meia. Portanto, não há diminuição das listas de espera.

Alguns serviços do novo hospital, se quiserem eu dou os exemplos, estão cheios e corre-se o risco de altas precoces, corre-se o risco de encaminhamento para centros de saúde, porque há serviços no novo hospital de Ponta Delgada, que estão cheios.

Sr. Sub-Secretário, o serviço de hemodiálise é o único serviço que está no hospital velho e está no hospital velho com 53 doentes e sem as mínimas condições, caso aconteça alguma urgência. Faço lembrar que durante uma sessão de hemodiálise pode, por exemplo, ocorrer uma paragem cardio-respiratória. Sabe o que é que acontece aos doentes? Tem que se chamar uma ambulância e tem que ser transferido para o novo hospital que fica a 3 km.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Como é que se fez lá fora?! Não confunda!

A Oradora: Portanto, não tem condições para sobreviver no velho hospital. Por que é que a hemodiálise continua lá? Porque a tutela ainda não decidiu se queria privatizar ou não, tem arrastado com grupos de trabalho, tem arrastado com reuniões, tem pedido aos responsáveis do serviço adiamento de prazos e ainda não se decidiu o que queria fazer com a hemodiálise. Se não vão privatizar, o espaço que está destinado no novo hospital não dá para os 53 doentes. Vão ter que pôr mais algumas paredes abaixo.

Tenho dito.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Sub-Secretário Regional da Saúde.

Sub-Secretário Regional da Saúde (Victor Carneiro): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Ana Carolina:

A Sra. Deputada fez aqui, penso que propositadamente, alguma confusão e eu vou-lhe esclarecer.

No continente a hemodiálise crónica é feita em centros fora dos hospitais.

Deputada Ana Carolina (PSD): Com um médico só, sem apoio?!

O Orador: Olhe, cito-lhe por exemplo o que se passa em Faro que tem um centro de hemodiálise, que tem um médico que faz o acompanhamento dos hemodializados que

nem sequer é nefrologista, porque isso pode acontecer desde que tenha um médico que o tutele e esse médico reside em Lisboa.

Deputada Ana Carolina (PSD): E as urgências?!

O Orador: As urgências no hospital de Ponta Delgada são tratadas num novo edifício. Quanto à hemodiálise, e ainda bem que fala na hemodiálise, é um problema que nunca foi definido enquanto vocês tiveram no executivo...

Deputada Ana Carolina (PSD): Vocês estão lá há 4 anos.

O Orador: ... e é um problema que tem uma história que se arrasta desde 1983. Eu não a vou contar toda.

Não estava definido quando o edifício foi concluído.

Deputada Ana Carolina (PSD): Isso é o passado. Vamos ao presente.

O Orador: Procedeu-se à transferência - correu bem as transferências - e agora vamos definir a hemodiálise. O assunto está a ser tratado e nos próximos meses a hemodiálise estará instalada no novo edifício, independentemente de opções que no futuro venham a ser tomadas.

Quanto à consulta externa, eu estou de acordo com a Sra. Deputada. A consulta externa tem um espaço insuficiente, mas eu vou-lhe contar a história e tenho que reconhecer, e devo fazê-lo, que a acção que o Sr. Deputado António Meneses teve na altura, quando era Secretário Regional de Saúde e dos Assuntos Sociais, foi de louvar.

Eu lembro a Sra. Deputada que entre o Verão e o Inverno de 1994 ocorreu na Administração do Hospital de Ponta Delgada um crise de difícil solução e foi nessa altura, após a resolução dessa crise, que a nova Administração e a nova Comissão Instaladora pegou no processo do hospital e verificou que a consulta externa era pequena demais e conseguiu - e nisso reconheço que o Sr. Deputado, na altura Secretário, foi sensível - que o espaço que estava reservado à consulta externa fosse aumentado em 50%. Foi o que conseguiu. Deveria provavelmente ter conseguido mais, mas foi o que conseguiu.

Quando o hospital foi planeado, quem o planeou não tomou em consideração as novas concepções que entretanto tinham surgido na arquitectura hospitalar, porque até à década de 60, início da década de 70 privilegiava-se a construção no âmbito do sector do internamento. Na década de 70, início da década de 80, com a evolução nas áreas da

biologia, da bio-tecnologia e da farmacologia por um lado, e, por outro, com a evolução na electrónica e com a monitorização que a indústria permitiu, começou a haver possibilidade de tratar muitos doentes que eram internados, em regime de ambulatório e cito-lhe um exemplo: aqui há 15 anos fazia-se a extracção duma visícula biliar e o doente ficava internado, no mínimo 8 a 10 dias, hoje é possível fazer a mesma extracção e o doente ficar apenas internado 24 horas.

Deputado Mark Marques (PSD): Ainda bem!

O Orador: Daí que o sector de internamento na década de 70 podia ocupar 70 ou 80% da superfície do hospital. Hoje passa eventualmente a ocupar 30 ou 40% e são privilegiadas as áreas dedicadas à instalação de equipamentos, às áreas de serviços e nomeadamente à área do ambulatório.

Aqui, Sra. Deputada, tem a explicação porque a consulta externa ainda é deficiente hoje em dia. Se hoje ainda é deficiente isso deve-se, como eu disse, à acção da Comissão Instaladora que no início de 95 conduziu o processo e também à sensibilidade que nessa altura houve por parte do Secretário da tutela.

Fala a Sra. Deputada em gastar mal. Fala nisso.

Olhe, eu vou-lhe citar um exemplo e sugiro à Sra. Deputada que visite centros de saúde...

Deputado Ana Carolina (PSD): Eu tenho visitado e tenho falado com os profissionais de saúde!

O Orador: ...como por exemplo a Graciosa, a Povoação, Ponta Delgada. Visite e veja tudo como eu vi, caixotes com computadores que já estão há 8 a 10 anos fechados.

Deputada Ana Carolina (PSD): Novamente o passado. Já deviam ter aberto!

Deputado João Cunha (PSD): Estou a ver que os Srs. nem servem para abrir caixotes!

O Orador: Claro que aquele equipamento foi-se, porque em 96 já não há software que corra naquele equipamento. Vão para o fixo fechados.

Os caixotes continuam lá fechados.

Houve ali manifestamente desperdício de dinheiros públicos e a Região perdeu uma oportunidade única de instalar meios informáticos. É certo que hoje esse equipamento necessitaria de ser substituído, mas as redes estavam instaladas, o pessoal estava

formado e os procedimentos estavam interiorizados e a rotina era trabalhar com dados informatizados.

Hoje não é possível planear, programar e gerir em saúde se não tivermos informação, se não tivermos serviços informatizados e nós nesse caminho também estamos a apostar. Esse caminho permitirá evitar muitos dos desperdícios que existem, porque permite detectá-los, permite fazer uma melhor gestão.

Quanto às mamografias, sim senhor, eu digo-lhe que não é em Ponta Delgada que existe uma pessoa especializada em mamografia. Existe na Terceira...

Deputada Ana Carolina (PSD): Está mal informado.

O Orador: ... em Angra, e sabe porque é que vão para o Porto? Primeiro são vistas pela pessoa que é responsável e que é uma das pessoas mais cotadas a nível nacional na leitura de mamografias e depois o custo da leitura da mamografia é de 1.500\$00, enquanto que a pessoa que se prestava a ver em Angra pedia 3 vezes mais.

Deputada Ana Carolina (PSD): O problema é não dar dinheiro aos de Angra.

O Orador: Não. Nós garantimos a qualidade. Como sabe essas mamografias são mamografias feitas para rastreio em que o tempo não é factor primordial. A resposta é dada em 15 dias.

Deputada Ana Carolina (PSD): E na Terceira quantos dias precisam? Provavelmente no mesmo dia.

O Orador: Repare que não está a falar em mamografia de diagnóstico, está a falar de mamografia de rastreio que é feita no centro de oncologia. Portanto, estamos a falar em coisas diferentes.

Por uma questão meramente económica justifica-se que isso aconteça, porque estamos a falar em rastreio em que o tempo não é determinante.

Referiu por último as altas precoces. Se entendeu o que eu disse no início, hoje em dia privilegia-se o tratamento no ambulatório e mais: hoje em dia nós não Região não temos ainda condições e privilegia-se o internamento domiciliário. Eu estou convencido que essas altas precoces que são dadas, são dadas em condições em que os doentes são plenamente avaliados, os riscos são calculados e há benefício para o doente e para a instituição. Alguns desses doentes que têm altas precoces podem perfeitamente fazer o seu período de recuperação num centro de saúde, porque são doentes que precisam de

cuidados de enfermagem e cuidados médicos com uma intensidade que não justifica o internamento hospitalar e o custo dum diária no hospital é completamente diferente da diária num centro de saúde.

Falou a Sra. Deputada de degradação. Toda a gente fala, diz a Sra., em degradação dos Serviço.

Eu penso que não está a falar na degradação da qualidade dos serviços. Eu cito-lhe alguns exemplos:

Foi muito mediatizado o que se passou na ilha de Santa Maria com 3 casos objecto de análise pelo poder judicial.

Um dos casos tinha sido previamente analisado pela Direcção Regional de Saúde e eu fui de parecer que devia ser arquivado.

Mediante a polémica que se levantou em pedi a instauração dum processo de inquérito e solicitei à Ordem dos Médicos que indicasse peritos. A Ordem dos Médicos indicou 5 peritos que analisaram os 3 casos e mais 5 que apareceram e na semana passada tive oportunidade de ver o relatório elaborado por essa comissão de 5 peritos que são 5 presidentes de colégio de especialidade e em nenhum dos casos há negligência, é posta a questão da qualidade dos cuidados prestados.

Isto penso que é suficiente para contrariar o que a Sra. Deputada está a dizer.

O que provavelmente a Sra. Deputada quis dizer é que há alguma degradação no ambiente; nas instalações estamos a investir, a fazer investimentos a esse nível.

Provavelmente os utentes queixam-se de degradação, mas quando falam nesta degradação estão provavelmente a referir-se ao acesso ao sistema que nós reconhecemos que em muitos casos há dificuldades do acesso ao sistema ou provavelmente nas relações que são estabelecidas entre o utente e os profissionais que trabalham na unidade de saúde, quando eles acedem ao sistema.

Portanto, como eu lhe disse, no inquérito que foi realizado no ano passado, os utentes, na maioria dos casos, uma vez tendo acedido ao sistema, manifestam satisfação pela qualidade dos cuidados que são prestados nas unidades de saúde da Região.

Tenho dito.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à explicitação técnica, daquelas que supostamente seriam as questões levantadas pela Deputada Ana Carolina, o Sr. Sub-Secretário Regional da Saúde já respondeu e muito bem.

Existem apenas duas ou três notas relativas à parte política e àquilo que a sua postura transmite em termos de relacionamento com esta bancada e em termos de encarar o trabalho deste Governo.

Deputado Mark Marques (PSD): Já lá vem a moral!

O Orador: Não vem a moral, vem a crítica que é legítima e que tenho o direito de fazer.

Deputado Mark Marques(PSD): É hábito. Já vamos no 5º dia com moral!

O Orador: Em relação ao citar algumas posições, a Sra. Deputada tem o particular cuidado em, de entre muitas posições sobre a forma como funciona o Serviço Regional de Saúde e de todo esse sistema, ir buscar só aquelas que lhes interessam, ou seja, só as negativas. Não faz o mínimo esforço de ver algo de positivo. Só lhe interessa a crítica e a crítica destrutiva.

Deputada Ana Carolina (PSD): Diga-me as outras! Eu deixo o resto para o senhor!.

O Orador: Também afirmou: "os Srs. têm de deixar de falar do passado".

Era o que mais faltava! Vamos falar do passado...

Deputado Mark Marques (PSD): Quando convém.

Deputada Sandra Bessa (PSD): Quando não têm resposta para o presente, falam do passado.

O Orador: ... sempre que houver um projecto esquecido pela vossa incúria e incompetência e que for resolvido por este Governo. Nós vamos falar do passado sempre que houver um problema dos açorianos não resolvido pela vossa incúria e em alguns casos incompetência. Nós vamos falar do passado por muito que isso vos custe.

Deputada Sandra Bessa (PSD): Só do vosso passado.

Deputado Mark Marques (PSD): Já nos habituámos a isso.

O Orador: Por último, se mais provas faltassem esta expressão utilizada por V. Exa é sintomática da vossa postura aqui dentro. O Governo que se desenrasque, os Srs. que se desenrasquem.

Bem, se mais provas faltasse isto bastava para vermos que a tarefas de desenvolvimento dos Açores conta apenas com este Governo e com esta bancada e a vossa postura sobre isso é: os Srs. que se desenrasquem.

Esta é uma tarefa que assumimos com muito orgulho...

Deputada Berta Cabral (PSD): Tem-se visto.

O Orador: ... e com muita honra e vamos a ver daqui a um ano qual é o julgamento que os açorianos fazem sobre esse tipo de postura.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes,

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para agradecer à Sra. Deputada Ana Carolina porque me deu mais um indicador de como, de facto, o Serviço Regional de Saúde está a ser eficiente e essa nova unidade hospitalar em Ponta Delgada está a funcionar em pleno.

Se me refere que há dificuldades para quem não está em dedicação exclusiva e para quem só quer trabalhar de manhã e não quer desfazer o seu horário, tem dificuldades em ter mais um período de consulta, é sinal que afinal as instalações estão a funcionar em pleno. Isto é extremamente positivo.

Disse-me que as enfermarias estão cheias e que porventura haverá necessidade de altas precoces.

Eu não sei o que é que a Sra. Deputada Ana Carolina entende por uma alta precoce?

Deputada Ana Carolina (PSD): É ir mais cedo para casa.

A Oradora: Mas supondo que uma alta precoce significa alta quando está cheio, significa que o número de dias que os doentes ficam no hospital é baixo e significa que há eficácia, eficiência e os serviços estão a ser racionalizados.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O tempo não parou de 96 a 99. Eu sei que os Srs. gostavam que parasse para não terem passado, mas o tempo não parou e uma coisa é certa: o nosso passado governativo do PSD nunca vai ilibar os erros do PS.

Deputado Jorge Valadão (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: Isto é certo, não vai. Os Srs. podem falar do passado várias vezes nesta Casa, porque nós aqui não somos ditadores e não pretendemos que não falem do passado, agora o passado não vai ilibar os erros que este Governo tem. Isto está certo.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Relativamente ao estado da saúde na Região registo que o Partido Socialista, pela boca da Dra. Fernanda Mendes, acha que os médicos deviam trabalhar mais mas, no entanto, o Governo não motiva os médicos para trabalharem mais.

Registo que houve atraso e falta de planeamento na transferência dos serviços de hemodiálise.

Registo que o Sub-Secretário acha que o espaço é insuficiente, mas nada fez durante 4 anos para, pelo menos, e não sou pedreiro, derrubar umas paredes.

(Risos da bancada do PSD)

Portanto, como é que consegue então, por exemplo, acabar com as listas de espera de cardiologia, porque os cardiologistas estão a dar duas a três horas de consulta por semana em cardiologia?

É só.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): E já é bastante.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente a Sra. registou muita coisa e também registo que a Sra. acaba de admitir os numerosos erros do passado do PSD, mas querer que a utilidade dos erros do passado do PSD, não vão servir para desculpar eventuais falhas deste Governo.

Deputado Mark Marques (PSD): Eventuais?!

O Orador: Eventuais, eventuais! Sabe para que é que vão servir? Vão servir única e exclusivamente para demonstrar que ao corrigir esses erros e ao resolver esses problemas, este Governo é melhor do que os vossos governos. Servem para isto.

Por último, a Sra. Deputada contradiz-se, porque diz que o passado não começou há 3 anos.

Sra. Deputada, as listas de espera também não começaram há 3 anos

Deputada Ana Carolina (PSD): Pois não!

Deputada Sandra Bessa (PSD): Só aumentaram.

O Orador: Ah! Então vamos ser coerentes nesta discussão.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É o Governo e o Partido Socialista que diz que com o novo hospital cria-se uma nova esperança, a nova esperança, por exemplo, de acabar com as listas de espera.

Quanto ao passado e aos erros do PSD, eu confio, acredito e respeito os açorianos. Os açorianos já nos julgaram em 96 e vão julgar os Srs. em 2000. A ver vamos.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Sub-Secretário Regional da Saúde.

Sub-Secretário Regional da Saúde (*Victor Carneiro*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para um esclarecimento rápido.

A nova unidade não entrou ainda velocidade de cruzeiro.

Nós sabemos pela experiência do que se passa lá fora. Sabemos o que se passou no hospital Garcia da Horta, no hospital de Matosinhos, no hospital de Leiria, no hospital de Viseu e que uma unidade destas demora cerca de 6 meses a atingir a maturidade, uma vez posta em funcionamento e há medida que o funcionamento vai adquirindo maturidade, a produção vai aumentando. Isto tem a ver com a disposição de novos espaços, com a aquisição de novos métodos de trabalho e com novas rotinas.

Era só para fazer este esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Um brevíssimo esclarecimento.

Sr. Sub-Secretário, registo a humildade com que o disse e acho que devia tê-lo feito no princípio, porque assim evitava uma série de notas que fez à minha intervenção, quando no fim me dá razão. Deu-me razão no fim.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer à Sra. Deputada que o julgamento que o povo dos Açores fez do PSD, em primeiro lugar a Sra. Deputada está confundida, porque o julgamento não faz desaparecer os erros, delimita é a punição por esses erros e os Srs. já tiveram.

O julgamento da vossa forma de entender a autonomia e o Governo Regional não foi feito só em 96.

Deputada Ana Carolina (*PSD*): Em 97 também.

O Orador: Foi feito em 99 e especialmente em Outubro de 99 com os resultados que todos vimos.

Deputada Ana Carolina (*PSD*): A saúde não é que foi julgada.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

No âmbito deste debate sobre o Plano e Orçamento para 2000 a minha intervenção, como não poderia deixar de ser, tem como objecto a análise dos Programas 21 e 22 do referido Plano.

Assim, do ponto de vista geral e tendo em conta a Região como um todo constituída por 9 partes desiguais no que concerne aos seus aspectos geográficos, demográficos e culturais, a saúde tem de evoluir levando em conta esses pressupostos, tanto no que respeita às infra-estruturas como ao tipo de cuidados, bem como à sua organização.

Os investimentos contidos no Plano para o Desenvolvimento de Infra-estruturas tem a ver com a devida adequação da oferta face às necessidades, tanto em camas, como em espaços próprios para actividades específicas como as de carácter ambulatorio, quer se trate de um centro de saúde quer de um hospital.

Adequação em número, mas também em qualidade, já que no que se refere às Instituições que têm a ver com a ministração de cuidados de saúde, o meio ambiente é facilitador da boa prática técnica e humana. Influenciando ainda as relações interpessoais entre os diferentes intervenientes, actua também, por essa via, nos bons resultados pretendidos.

A Construção de Novas Unidades ou a Remodelação/Ampliação das existentes, decorrem desses pressupostos pelo que a entrada em pleno funcionamento do novo hospital de Ponta Delgada a 27 de Outubro passado é factor de regozijo para todos aqueles que dele se têm de socorrer ou nele trabalham em prol da saúde desta Região.

O hospital de Angra do Heroísmo continuará a sofrer intervenções nas suas instalações que vão desde melhorias no bloco operatório, à cozinha, construção de gabinetes médicos e instalações sanitárias. Entretanto, convém salientar que se tem continuado a investir no apetrechamento desse Hospital, de forma a permitir a aquisição de moderna tecnologia, tanto na substituição de velhos equipamentos como na aquisição de novos, de acordo com o que tem sido enunciado no Programa 22- Desenvolvimento do Sistema de Saúde dos anteriores Planos e neste, agora em debate nesta Assembleia, totalizando o montante de 435 000 contos.

Quanto ao Hospital da Horta as obras, no valor total de 550 000 contos, para a introdução das valências de hemodiálise e cuidados intensivos e melhorar as instalações da hemato-oncologia **decorrem normalmente**, pelo que deverão estar **concluídas no próximo ano**. O edifício deverá sofrer também uma intervenção, a fim de serem reparados os danos sofridos na sequência do sismo do ano passado, conforme o contido no Programa 33 - Calamidades.

O apetrechamento do hospital também não tem sido descurado, conta com uma dotação de 150 000 num total de 360 000 contos nos 4 anos, encontrando-se actualmente a decorrer o concurso para a aquisição de um aparelho de tomografia axial computadorizada no valor aproximado de 95.000 contos.

No que ainda diz respeito à Construção de Infra-Estruturas, o Centro de Saúde da Praia da Vitória encontra-se em fase de adiantada da construção civil, devendo a obra ficar **concluída em meados do próximo ano**. O da Lagoa tem a sua construção a iniciar-se em breve visto o contrato de adjudicação da obra já ter sido entregue ao Tribunal de Contas e o de Ponta Delgada está em fase de projecto.

Quanto ao projecto Remodelação/Ampliação temos a salientar o Centro de Saúde da Povoação, cuja assinatura do auto de consignação da obra foi já efectuada, adaptará aquela estrutura às exigências actuais no que respeita às funções daquela Instituição de Saúde. Os outros Centros de Saúde como de Santa Cruz das Flores. Unidades de Saúde e Postos de Saúde são contemplados com valores que permitem a continuação da realização de pequenas obras de melhoramento e conservação dessas estruturas.

Da mesma maneira que nos Planos anteriores, as instituições, Casas de Saúde Psiquiátricas, continuam a estar contempladas estruturas devido ao apoio à Psiquiatria e Toxicoddependência

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Plano para 2000 contempla uma verba de 2 459 000 contos, dos quais 1 144 500 contos são destinados ao Desenvolvimento de Infra-estruturas de Saúde. Destes, o maior investimento destina-se ao Centro de Saúde da Praia da Vitória com a verba 350 000 contos, seguindo-se os Hospitais de Angra do Heroísmo e Horta com 234 500 contos e 205 000 contos, respectivamente. Dos 1 315 000 contos para o Desenvolvimento do

Sistema de Saúde, 1 265 000 contos destinam-se ao apetrechamento/modernização desses equipamentos. Desses, 700 000 contos, destinam-se ao apetrechamento do novo hospital de Ponta Delgada, o novo hospital e 205.000 mil contos e 150.000 contos, respectivamente. para o hospital de Angra do Heroísmo e Horta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Plano, agora em debate, apresenta uma coerência interna própria do término de 3 anos de governação e início do quarto e último ano, em que o investimento previsto contempla a sequência harmoniosa da prossecução dos desideratos a que este Governo se propôs no início da sua Legislatura. Os ajustes são inevitáveis e deles se alimenta o reequilíbrio de qualquer Plano, quando se tem presente em simultâneo tanto a complexidade de uma infra-estrutura hospitalar como a linearidade, mas não menos importante e fundamental, actualização profissional.

O que importa aqui salientar é que o Plano para 2000, no que à Saúde diz respeito e na sequência das orientações dadas aos anteriores Documentos, esteja alicerçado em objectivos realistas e prioridades avaliadas, por forma a constituir-se num instrumento privilegiado no cumprimento do Programa do Governo, tendo em conta a necessária distribuição racional, prática e efectiva dos recursos disponíveis.

Por estas razões o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende tratar-se de um bom Documento, a votar favoravelmente, face ao equilíbrio, justeza e exequibilidade dos seus Programas, Projectos e acções.

Disse.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Ramos Aguiar. Peço ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata para o substituir na Mesa.

(Neste momento o Deputado José Ramos Aguiar é substituído na Mesa pelo Deputado João Cunha).

Deputado José Ramos Aguiar (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sempre que me predispunha a analisar e fiscalizar a actuação do Governo Regional do P.S., sendo essa uma das minhas obrigações - sentia alguma dificuldade e não sabia como classificá-la. Pensava eu que essa dificuldade seria por culpa minha.

Com o passar dos tempos, e já temos três anos de governação socialista, começo a convencer-me que afinal é o Governo Regional do Partido Socialista que tem uma actuação, que no concreto, dificilmente se entende. Talvez este governo não queira que se entenda, pois assim vai jogando com as palavras e com os papéis que apresenta e logo nunca se sabe quando fala verdade o que, por vezes, nos leva mesmo a pensar não ser vontade do Governo falar claro e verdade.

Para ilustrar as afirmações que acabo de proferir passemos a alguns exemplos, e estes cingem-se apenas à Ilha Graciosa, circulo eleitoral por onde fui eleito, mas que se podiam, certamente, alargar às outras parcelas da Região. Assim, no que concerne à escola EB2,3/S de Santa Cruz da Graciosa, escrevia o Governo do PS, aquando da sua visita à Graciosa, no seu comunicado de 25 de Abril de 1997: "Oficializar o 12º ano e iniciar o processo de transformação da EB2,3/S de Santa Cruz em Escola Secundária Geral e Básica, para o que se procederá à ampliação das suas instalações e à construção dos necessários laboratórios."

No comunicado do Governo de 5 de Maio de 1998, nem uma palavra sobre este assunto. Já no dia 4 deste mês de Novembro, passados quase três anos sobre a primeira visita, novamente vem o Governo do Partido Socialista dizer, "Promover no ano 2000, o início da obra - actualmente em fase de elaboração do projecto - de grande reparação e adaptação no ensino secundário da Escola EB2,3/S de Santa Cruz,...".

Por este percurso, facilmente, se constata que este governo não queria em 97 não quis em 98, não quer em 99 e não vai fazer em 2000 a adaptação e ampliação da Escola EB2,3/S de Santa Cruz da Graciosa, até porque no plano e orçamento, agora em discussão, apenas se inscreve 1/6 da verba necessária para aquela acção (a acreditar nos números apontados pelo Governo).

Permitam-me, que vos diga, que se há obra prioritária na Ilha Graciosa esta é uma delas, até porque neste ano lectivo já estão a ser dadas aulas numa garagem e na cozinha de uma casa vizinha da escola, com todos os inconvenientes que daí advém. E não vale a pena o PS dizer que o PSD esteve no governo 20 anos e não fez nada, porque aquela escola foi feita pelo governo do PSD, para lá se leccionar até ao 9º ano de escolaridade e a sua inauguração ocorreu em Setembro de 1984, logo há menos de 20 anos.

Deputado José Ramos Aguiar (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Passemos a outro exemplo.

No tal comunicado de 25 de Abril de 1997, dizia o Governo Regional, suportado pelo PS, "Repavimentar... a Estrada Regional Santa Cruz/Guadalupe,...".

No comunicado de 1998, nada diz o Governo sobre este assunto; em 1999 também nada é dito e no plano para ano 2000 aparecem 50.000 contos, para "Pavimentação de Diversos Troços da E.R. da Graciosa".

Ora, acontece que em 1997 o Governo escreveu que ia repavimentar a dita estrada Santa Cruz/Guadalupe, não o fez. Em 1998 não disse nada, não escreveu nada e não repavimentou nada. Em Junho de 1999, começou efectivamente aquela repavimentação, mas, para espanto dos Graciosenses, num troço de estrada que tem 3 Kms, aproximadamente, o Governo do PS parou com os trabalhos ao 2º Km. Será que não quer repavimentar o resto? Ou está à espera do novo plano e orçamento para continuar os trabalhos? Mas se assim é outras preocupações se levantam. Pois como já foi dito, no plano para o ano 2000, apenas se diz "Pavimentação de diversos troços da E.R. da Graciosa", logo não se diz qual. Mas pior do que isso insinua-se que na Graciosa apenas existe uma estrada regional, pois o que se diz é - da E.R. da Graciosa. Contudo as preocupações aumentam porque se o Governo ainda não pagou os trabalhos já realizados na estrada referida e espera pelo plano e orçamento do ano 2000 para continuar a obra, quer dizer que não repavimentará mais nenhuma estrada da Graciosa no ano 2000, muito embora já se tenha apressado a anunciar, em comunicado já este ano, a pavimentação de outra estrada. Não sei como nem com quê!

E já agora, também para este assunto, não vale a pena o PS apressar-se a dizer que o PSD esteve no Governo 20 anos e não fez nada, porque no tempo dos governos do PSD

também as estrada Santa Cruz/Guadalupe sofreu uma repavimentação, para além de muitos outros troços.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Passemos agora a outra questão que também demonstra bem como o Governo suportado pelo PS não fala a verdade e tenta gerar confusão e falsas expectativas aos açorianos.

De alguns anos a esta parte, e após a construção, pelo Governo do PSD, do porto comercial da Praia, na Ilha Graciosa, todos os deputados eleitos por aquele círculo eleitoral, por diversas vezes, reivindicaram a construção dum porto de pescas e porto de recreio para aquela ilha. Em 15 de Junho de 1999, dava entrada nesta Assembleia uma proposta de Resolução que versava esta matéria.

Após a passagem pela Comissão de Economia a dita proposta sobe a Plenário e no passado mês de Outubro, é aprovada com os votos favoráveis do PSD e do PP, com a abstenção do PCP e os votos contra do PS. Quero aqui relembrar que a proposta aprovada dizia - "A Assembleia Legislativa Regional dos Açores resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que promova todas as diligências necessárias à inclusão no Plano para o ano 2000, da construção de um Porto de Pescas e Núcleo de Recreio Náutico na Ilha Graciosa". Foi contra isto que o PS votou e alguns dos argumentos que surgiram foram os de que o problema estava equacionado, estava no bom caminho, estava com solução para breve, etc, etc.

De facto no dia 3 deste mês de Novembro, (há vinte e poucos dias atrás) o Governo Regional na Graciosa apresentava, publicamente, um desenho a que chamava estudo prévio, para a construção dum porto de pescas e núcleo de recreio na Praia.

E digo desenho porque para ser estudo prévio devia ter no mínimo uma memória justificativa, o que não aconteceu. Contudo, o Governo, naquela apresentação pública, mostrava-se muito entusiasmado e deixava transparecer que aquela obra seria para arrancar no ano 2000. No entanto, ao redigir o seu comunicado no dia seguinte, ou seja, a 4 deste mês, diz apenas o seguinte - "Adjudicar a elaboração do projecto de execução dos núcleos de Pescas e Recreio Náutico do Porto da Praia no ano 2000, caso o estudo prévio ora apresentado para discussão pública e parecer da Câmara Municipal venha a merecer concordância...".

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo, a minha grande preocupação aumentou ao analisar o plano para o ano 2000, porque não descobri verbas que suportem a intenção do Governo. Por isso, em relação a esta matéria, e como quase sempre, o governo socialista falou bem, escreveu no seu comunicado assim e assim e no Plano escreveu muito mal, ou melhor deixou de escrever, o que quer dizer, em nossa opinião, que na acção será precisamente o inverso daquilo que anuncia verbalmente.

E já agora diga-se de passagem que o Governo desrespeita esta Assembleia ao não cumprir a recomendação que lhe foi feita sobre esta matéria.

Por fim, e no que respeita ao porto de Pescas e Núcleo de Recreio da Praia da Graciosa, o Governo ao anunciá-lo dizia que adjudicaria a elaboração do projecto, caso a discussão pública e parecer da Câmara Municipal fossem de concordância.

Quero aqui salientar, com muito agrado, o excelente trabalho que a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa realizou, pois ao fim de oito dias desta decisão a Câmara Municipal, após ouvir todos os mestres com embarcações de pesca registadas na Delegação Marítima da Graciosa e o Clube Naval daquela ilha, por unanimidade, enviava ao Governo o seu parecer favorável, apresentando algumas cautelas na elaboração do projecto e recomendando, em conjunto com as entidades ouvidas, ao Governo Regional que esta obra se concretize com a brevidade possível.

Significa isto que o Governo Regional não tem nenhuma oposição, por parte das entidades graciosenses, que o impossibilite ou simplesmente o faça hesitar na concretização desta acção. E já agora alerto o Governo e Grupo Parlamentar do PS de que ainda estão a tempo de cumprir a recomendação desta Assembleia e a criarem condições para cumprirem o que prometeram: incluam no Plano as verbas necessárias para a concretização da obra, desejada por todos.

Muito mais havia a dizer sobre este plano para o ano 2000, mas como o tempo escasseia, refiro apenas que se retirarmos as verbas das calamidades, o montante a aplicar na ilha Graciosa é apenas de 606.745 contos, o que é pouco, mesmo muito pouco, para quem prometeu muito e tem realizado pouco e será ainda menos para as intenções apontadas para 2000.

Mesmo assim espero, sinceramente, que as importâncias aqui apresentadas cheguem efectivamente à minha ilha o que nem sempre tem acontecido.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD e do Deputado João Greves)

Presidente: Tema a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Só para dizer, em primeiro lugar, que o facto do Governo ter assumido a decisão de realizar a obra do porto de recreio que, aliás, incluirá também uma zona especial de pesca no saco do porto comercial da Graciosa tem a ver com o próprio Governo. Essa decisão não foi assumida em virtude de qualquer recomendação da Assembleia Legislativa Regional e, aliás, em seu devido tempo foi até dito a razão pela qual não víamos com simpatia a iniciativa da apresentação desta Resolução e que tinha ver com o facto da generalidade das pessoas defenderem que este assunto estava a ser estudado numa perspectiva positiva.

Portanto, que fique claro que não foi a Resolução que aqui foi aprovada que motivou o facto do Governo Regional ter decidido empreender essa obra e como decidiu também, não está a desrespeitar a decisão entretanto tomada pela Assembleia Legislativa Regional, porque quer num sentido quer noutra a observação do Sr. Deputado não tem qualquer fundamento.

De resto, o Governo Regional continua a pensar que nas suas áreas de competência exerce-as com perfeita independência e autonomia em relação à Assembleia Legislativa Regional, não obstante estar sempre atento a todas as recomendações que são feitas, mas essas recomendações para ele não têm qualquer carácter vinculativo.

Gostaria também de dizer que, na sequência de tudo o que tem sido feito, já recebemos da Câmara Municipal um parecer positivo sobre essa matéria.

O Sr. Deputado é a primeira pessoa que critica a iniciativa que tivemos. É a primeira pessoa que eu conheço que desmereceu a apresentação pública que foi feita na Graciosa desse projecto e o rigor com que ela foi feita, desde as suas estimativas financeiras a

todas as suas componentes logísticas, à explicação que demos junto de instituições, não só da Câmara Municipal como de pescadores, como de operadores, etc., e o compromisso que o Governo assumiu foi o de proceder à elaboração do projecto neste ano 2000. Veremos se por qualquer razão for possível ainda iniciar a obra, pois ela será iniciada, se não foi possível será iniciada no ano seguinte.

Este foi o compromisso que assumimos com muita clareza, com todas as pessoas presentes a conhecerem e a manifestarem grande satisfação. O que eu senti naquele dia na apresentação desse projecto, foi uma grande alegria de todos. A sua situação e as suas palavras hoje são de excepção e de pouca fé.

Obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Ramos Aguiar.

Deputado José Ramos Aguiar (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu não vim aqui criticar a acção que o Governo pretende desenvolver, aliás, também o disse na tribuna que todos os Deputados eleitos pelo círculo eleitoral da ilha Graciosa, de há vários anos a esta parte, vêm reivindicando essa acção. Portanto, que isto fique claro. Eu disse-o na minha intervenção e volto a repetir: não estive a criticar a acção que se pretende desenvolver. O que eu fiquei foi com alguma suspeição no sentido de que não seja intenção de ser feito, porque não se esqueça também o Sr. Presidente de que estamos a discutir o Plano e o Orçamento para o ano 2000 e eu percorri no desagregado a ilha Graciosa e não encontro nenhuma verba para esta acção.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Tem!

O Orador: Diga-me onde!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Na Junta Autónoma de Angra.

O Orador: É na Junta Autónoma de Angra? Eu não vejo lá nada escrito sobre isso. Quanto é? Diga-me se tem, quanto e quantos portos estão incluídos nessa verba? Então ficamos, de facto, a saber se há ou não alguma razão para não ter grande entusiasmo em que isso seja feito ou pelo menos pago no próximo ano.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): 38 mil contos.

O Orador: Quanto ao rigor que foi posto na apresentação do projecto, não há dúvida nenhuma que toda a gente ficou satisfeita com a apresentação daquela intenção de se fazer a obra. O que eu disse foi que um estudo prévio deve ter no mínimo uma memória justificativa e aquele não tinha, tinha apenas o desenho daquilo que se pretende fazer e dali partir-se para um projecto, penso eu. Mas também devia estar lá a memória justificativa e ela não apareceu.

Portanto, eram estas questões que gostaria que ficassem claras.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A verba está claramente definida no Plano e está definida para 4 portos comerciais que são o porto de recreio das Lajes das Flores, da Graciosa, de Vila do Porto e das Velas, com a verba global de 38 mil contos que dará 9.500 contos por cada porto.

Deputado José Ramos Aguiar (*PSD*): Talvez não dá um!

O Orador: Dá sim, Sr. Deputado. Nós temos feito muitos projectos e não se esqueça que Vila do Porto, o porto de Ponta Delgada, o porto da Graciosa, porto Pipas, porto das Lajes, porto do Corvo, foram feitos por este Governo e sabe mais ou menos quanto é que custa um projecto.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): *Muito bem!*

O Orador: Este valor é um valor aproximado, pode ser mais ou pode ser menos, mas é um valor aproximado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não há muito mais a acrescentar, mas quando nós criticamos muito os nossos amigos dos partidos da oposição, é um pouco por causa disto, porque o nosso amigo José Aguiar disse que ao longo dos anos todos os deputados da ilha Graciosa pediam um porto de recreio e haviam duas perspectivas de tratar o problema naquela tribuna: uma era como ele fez, dizendo que não tem dinheiro, não vão fazer, anunciaram, nem era esboço nem era estudo e outra, que eu penso que era mais legítima e que partia da boa fé

com que as pessoas se empenham no serviço público, quer as pessoas da oposição quer as pessoas do Governo, que era manifestarem uma enorme satisfação por este Governo em que eu não votei, mas que, depois de tantos anos, nós Deputados pedirmos um porto de recreio, finalmente vai fazer um porto de recreio na minha terra.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Vai fazer o projecto!

Deputado Mark Marques (PSD): O José Nascimento vai fazer isso.

O Orador: Podia-se fazer de duas maneiras e eu sugiro é que não se faça nem duma maneira nem doutra, que fique a meio e, assim, penso que o seu partido beneficiará mais, porque procurará contribuir para uma imagem mais positiva do PSD nos Açores e nós precisamos dum PSD forte, porque isto está cada vez pior, e um PSD que seja construtivo, que seja capaz de estar ao lado das boas coisas e que seja capaz até de, com a sua acção, impulsionar, estimular, acarinhar e encorajar a actividade dum governo que quer ser bom e que quer governar bem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Ramos Aguiar.

Deputado José Ramos Aguiar (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer-lhe que fico satisfeito com tudo aquilo que se fizer de bom por esta Região. Tudo o que se fizer de bom por esta Região, seja por que governo for, para mim é muito bom, beneficia a nossa Região e os açorianos.

Quanto ao porto de pescas e núcleo de recreio da Graciosa, não tenho problema nenhum em dizer que já há alguns anos que se vem pedindo esta obra, mas também lhe devo dizer que se ela não se fez ainda até aqui foi porque houve efectivamente necessidade de fazer outras que também não existiam e posso-lhe dizer só algumas: porto, aeroporto, casa de matança, quartel de bombeiros, lar de idosos, ampliação do centro de saúde, ampliação dos serviços de desenvolvimento agrário,...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Nós vamos fazer isso tudo de uma vez.

O Orador: ... várias estradas regionais, casa de frio na Folga, a Lota na Praia, o museu na Graciosa, balneários em Santa Cruz, Luz e Praia, casa do povo no Guadalupe e São Mateus, residencial Ilha Graciosa,....

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Residencial? Isso é uma iniciativa privada.

O Orador: ... Escola Preparatória, recuperação e remodelação das Terma do Carapacho, bairro do Carapacho, bairro Abaixo do Fragoso, estrada de acesso ao porto comercial e podia continuar, porque tem mais. Só aqui eu já enunciei mais do que uma obra por cada ano de governo.

Esperamos, sinceramente, que o seu governo também tenha, pelo menos, uma obra feita, da sua responsabilidade, iniciada e acabada por si, no seu mandato. Os graciosenses ficarão satisfeitos.

Só mais um pormenor:

O Sr. está sempre a dizer que a gente vem apontar os defeitos e não aponta as virtudes. Devo dizer-lhe que aprendi este método com um dos Srs. que suporta o seu Governo.

O governo está lá para trabalhar. Se trabalhou ainda bem, agora o que nós temos que dizer é aquilo que ele não fez.

Aprendi com um dos Srs. que suporta o seu Governo.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao longo destes dias de debate, e já foi referido pelos meus colegas de bancada, há razões suficientes para que este Plano 2000 não seja um plano credível. Temos dado provas evidentes relativamente àquilo que está anunciado nos anos anteriores.

Vou dar um exemplo relativamente à Ilha do Faial: "Parque Desportivo do Faial":

- 1998 - Início da execução da empreitada de construção do campo de futebol. Não foi iniciado;
- 1999 - início da execução de construção do campo de futebol e pista de atletismo. Não foi executado;
- 2000 - expropriação de terrenos, conclusão do projecto.

Resumindo, em 1998 disse-se que se iniciava a construção. Em 99 iniciava-se a construção e ainda não se tem os terrenos, nem se tem o projecto. Que credibilidade pode ter este Plano Srs. Deputados?!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD).

O Orador: É esta a questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila:

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma intervenção muito rápida, porque eu vou fazer a intervenção da tribuna e possivelmente vou responder a quase tudo o que foi dito pelo Sr. Deputado José Aguiar. Eu apenas quero fazer aqui um reparo em relação ao porto de pescas da Praia, em que o Sr. Deputado disse que tinha sido reivindicado pelos Deputados da ilha.

Eu recordo-me realmente da primeira intervenção que fiz aqui nesta Assembleia, de ter, não só reivindicado o porto de pescas, em que inclusive houve uma proposta de alteração para dotar o orçamento com 200 mil contos para fazer o molhe de protecção do porto de pescas da Praia. Recordo-me perfeitamente de qual foi o resultado da votação. O PSD votou com 27 votos contra, nos quais estavam incluídos os 2 Deputados da Ilha.

Posteriormente tornei a falar sobre o assunto e eu compreendo que não é a situação dos Srs. quando sustentavam o Governo, que tinham obviamente que seguir algumas orientações do Governo. Isso é perfeitamente legítimo e perfeitamente aceitável. Agora eu não quero ser o pai da iniciativa, nem de ser só eu a reivindicar, mas há que fazer justiça nesse aspecto.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas duas observações.

A primeira é a seguinte: é evidente que quaisquer governos anteriores a este, e os próximos, nunca terão do ponto de vista material uma execução plena, porque isso faz mesmo parte da forma de governar e da arte de governar. Há alterações de programação que fazem parte da agilidade governativa. É assim mesmo. Optamos por a meio de determinado percurso dar prioridade a outro projecto. O problema é saber sempre, e os Srs. avaliarão isso connosco, como nós avaliámos sempre convosco, se isso constitui uma regra dominante, ou seja, se os Planos não têm qualquer valor e nesse caso, permitam-me dizer, que acho que os Planos que tem sido apresentados, têm valor, independentemente de uma circunstância não ter sido executada ou, por opção própria ter sido cancelada qualquer coisa, por acharmos que outra era mais importante fazer, com maior prioridade e mais depressa. Primeira questão que eu devo colocar para esclarecer e situar a forma como nós encaramos este tipo de debates, quando aqui são solicitados.

A segunda é para testemunhar o meu apreço pelo Sr. Deputado José Aguiar, aliás, uma pessoa por quem eu tenho amizade e respeito muito o seu trabalho, mas a verdade é esta, ele sentiu necessidade - e pareceu-me bem - de ler aqui uma série de acções, de realizações e de obras do Governo que ele apoiava. Não se admire nunca que nós não tenhamos também a necessidade de esclarecer, com maior rigor, a situação que andámos no passado com o Governo que V. Ex^a. apoiava.

É tão simples quanto isso.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e Governo).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz(PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um brevíssimo esclarecimento, por questões de tempo, mas julgo que era bom que ficasse registado.

É evidente que o PS e o seu Governo, tem como estratégia para este debate relembrar o que o PSD não fez e o que o PSD fez. Se não fez, temos nós que o fazer.

O que me parece importante sublinhar é uma declaração que o Sr. Presidente do Governo - ou então não sei se líder do grupo parlamentar, mas certamente um dirigente do PS - fez aqui quando os Deputados do PSD entretanto apoiavam o seu Governo e fizeram um conjunto de críticas - não se compara com a existência com que agora o PS faz críticas ao passado do PSD - a um programa eleitoral do Governo do PS, que entretanto tinha perdido as eleições.

Lembro-me que o Sr. Deputado Carlos César - e devo dizer-lhe que agora o PSD também sabe aprender com os erros e dou-lhe mais razão ao que disse então, do que dou aquela estratégia que tem agora - lembrou a esta Casa que o parlamento faz-se para a oposição fiscalizar o governo e não para o Governo e o PS - neste caso, então falava do PSD - fiscalizar a oposição.

O Sr. Deputado lembrou isso quando nós estávamos pura e simplesmente a falar de um programa eleitoral que o PS apresentou para aquela legislatura. O que não dirá então o Sr. Presidente sobre esta tentativa que o PS e o Governo faz, com grande insistência de falar no passado do PSD. Certamente que agora entrou em clara contradição, mas eu lembro-lhe aquilo que disse então, e aquilo que disse então é que está certo, em consonância, em conformidade com aquilo que é o sistema parlamentar e com aquilo que é a função dos deputados nesta legislatura.

É evidente que sobre o ponto de vista discursivo tudo se pode dizer, mas é evidente que sobre o ponto de vista de funcionamento do sistema do Governo e do sistema parlamentar, nós estamos aqui para fiscalizar, numa perspectiva crítica o Governo Regional dos Açores e os Srs. estão aqui para fazer o combate e o apoio ao Governo. Mas o que estão claramente a fazer, fugindo, claramente, das declarações que então fez - e essas é que estavam certas - é fazer com que o passado do PSD, faça com que o actual PS, faça a única oposição que pode fazer e a que dá mais jeito ao PS.

Portanto, Sr. Presidente Carlos César, para mim sobre esta matéria eu acho que o então Deputado Carlos César tinha razão e que o actual Presidente do Governo não tem razão.

Há uma segunda questão muito breve em que o Sr. Presidente faz, também marginalmente, uma ideia, um juízo sobre o actual PSD, que está cada vez pior. Ora, sem querer ofender o PP, devo dizer-lhe que para nós os seus juízos sobre o PSD, têm cada vez menos credibilidade, porque o Sr. Presidente começou esta legislatura, ali daquela tribuna, no encerramento do debate do programa do Governo a dizer uma coisa tão simples quanto isto: "O PSD é um partido marginal, corre mesmo o risco de a verdadeira alternativa ao PS, ser o PP". Veja lá o crédito que tem. Veja lá como se engana.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Eles não perceberam!

(Aplausos da bancada do PS).

O Orador: O Sr. Presidente do Governo que agora diz que o PSD está fraco é o mesmo Presidente do Governo que institucionalmente, olhando para o futuro desta legislatura, disse: "O PP é a alternativa ao Governo. O PSD é um partido marginal".

Os seus ditos sobre essa matéria não têm crédito absolutamente nenhum, por isso não nos incomoda absolutamente nada.

Volto a dizer. É bom que o Sr. vá falando, porque cada vez que fala, cada vez entra em maior contradição.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD).

Presidente: Tem a tribuna para uma intervenção o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Encontra-se esta Assembleia a debater o Plano e Orçamento que hão-de vigorar na abertura do próximo Milénio.

Tal como nos anteriores, o nosso desejo é que este seja mais um documento que venha contribuir para o desenvolvimento harmonioso da nossa Região e conseqüentemente com o objectivo de esbater as assimetrias Regionais.

Nos documentos em discussão, mais do que debitarmos filosofias sobre as suas linhas de orientação, interessa-nos sim analisarmos detalhadamente a aplicação dos seus objectivos no âmbito do bem estar da população destas ilhas. Porém, nunca nos poderemos esquecer do facto de que, se qualquer Governo planeia uma determinada execução, tem sempre que contar com os malefícios que a natureza nos traz e os quais não são previstos, e muitas vezes obrigam um qualquer executivo a ter que repensar o que anteriormente havia planeado. Esperamos e auguramos que a natureza seja menos madrasta para estas ilhas, por forma a que sem imprevistos e sobressaltos, possam as mesmas contar com a actividade normal do dia a dia, dos instrumentos de que são dotadas para a sua governabilidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Plano para o ano 2000, dota o círculo que aqui representamos com uma verba global no montante de um milhão, dezanove mil, cento e quarenta e cinco contos. Sempre que se fala de números, os seus destinatários desejariam que os mesmos fossem, no caso presente, de montante mais elevado, contudo temos que ser realistas, acreditar no possível, e ter capacidade retrospectiva para nos lembrarmos que nos últimos 3 anos, esta parcela da região foi substancialmente acrescida de valores nunca antes superados pelos Governos anteriores, muito em particular nesta década. Os números falam por si.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Fazendo uma análise sucinta do presente plano, iremos salientar aquilo que se nos afigura de maior realce para o nosso círculo eleitoral, começando por abordar com grande satisfação, o que se prende com o sector da Educação.

É com agrado e é de inteira justiça, que o Governo Regional insira neste Plano uma verba no montante de cinquenta mil contos com vista ao início da empreitada da ampliação e grande reparação da Escola Secundária de Santa Cruz da Graciosa, circunstância que há mais de dez anos vinha sendo reclamada pelos responsáveis do referido estabelecimento de ensino,...

Deputado José Ramos Aguiar (PSD): Olhe que não!

O Orador: ... bem como pelos Deputados eleitos por aquela ilha. De salientar ainda que o custo final desta obra deverá ultrapassar os 400 mil contos.

Ainda no mesmo sector, merece realce a conclusão para breve das obras de ampliação da Escola Básica de Santa Cruz, obra esta, tal como a anterior, já há muito que era exigida pelos responsáveis do sector e pelas forças vivas da ilha.

Se queremos uma boa e sã educação temos que criar as condições mínimas e exigíveis para o seu melhor funcionamento.

Assim, pensamos que este Governo optou com firmeza e determinação, ao decidir planear e orçamentar estas obras no campo da Educação e Ensino.

Merece-nos especial destaque e com tal facto congratulamo-nos por o Governo Regional inserir neste Plano uma verba destinada ao início das obras do LAR DE IDOSOS DA VILA DA PRAIA, cuja obra deverá ultrapassar mais de 200 mil contos.

Tal atitude calará fundo, por certo, na população daquela localidade e para além de ser de justiça e mérito, é igualmente uma acção que virá trazer tranquilidade e benefícios àqueles que no fim dos anos da sua vida vivem muitas vezes sós, sofrendo os efeitos inevitáveis da solidão.

Aliás permitam-nos que destaquemos, aquando da última visita do Governo Regional à ilha Graciosa, a apresentação do projecto, que em breve será uma realidade. Tal medida, a todos os títulos louvável, na nossa modesta opinião foi a melhor maneira de comemorar o Ano Internacional do Idoso, data que não deve ser recordada num ano, mas sim no dia a dia de todos nós.

Permitam-nos ainda neste contexto, destacar os subsídios concedidos, desde o início do seu mandato pelo Governo Regional da responsabilidade do Partido Socialista, à Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa, muito embora fora do âmbito dos documentos em discussão, mas que nos merecem realce pelo fim a que se destinaram no montante de mais de 65 mil contos, contribuindo assim, para que fosse possível fazer o excelente trabalho levado a cabo pela Mesa Administrativa daquela secular Instituição, nomeadamente no Projecto “Centelha de Esperança” adaptação do antigo Lar de Idosos e Centro de Acolhimento Temporário de Jovens e Centro de convívio A.T.L. para Jovens e Idosos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Merece-nos especial referência na área habitacional a verba inscrita para construção e aquisição de habitação, a qual muito embora seja tão só cerca de 24 mil contos poderá vir a ser substancialmente aumentada, tal como se verificou a partir de Outubro de 1997 cujo montante foi de cerca de 30 mil contos; 1998 cerca de 45 mil contos e no ano em curso rondará os 100 mil contos. Com aumentos desta natureza neste sector, fica sobejamente provado o empenho e dedicação do Governo Regional da responsabilidade do PS para com os mais desfavorecidos, atingindo um dos elementos fundamentais da sua vida quotidiana, que é a sua própria habitação.

No âmbito infraestrutural, merece-nos particular realce a continuidade de execução da conclusão da empreitada de recuperação do molhe/cais, quebra-mar, cabeça do molhe e manto de protecção do cais comercial da vila da Praia.

Importa também salientar as obras em curso da ampliação da Aerogare do Aeroporto da Graciosa que muito irá beneficiar todos aqueles que a utilizam e lá trabalham.

É uma evidência que mesmo sendo nós Partido Socialista o suporte deste Governo e como tal iremos dar o nosso voto favorável ao presente plano e orçamento, também desejaríamos que algo fosse diferente do que é possível. É nesse entendimento que julgamos a verba de 50.000 contos para pavimentação de estradas ser exígua, não obstante reconhecermos o excelente trabalho que tem vindo a ser executado pelos serviços da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos naquela ilha.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No ano 2000 os Graciosenses vão ter o privilégio de verem concluídas as obras de protecção do Cais Comercial, aerogare, Escola Básica de Santa Cruz e a iniciação de obras de vulto tais como ampliação da Escola Secundária, construção do Lar de Idosos da Vila da Praia e a tão almejada Fábrica de Lacticínios.

De salientar ainda na última visita do Governo àquela ilha, a apresentação pública do anteprojecto do Porto de pescas e de Recreio da Graciosa.

Com tais actos, pensamos que o Governo Regional da responsabilidade do PS, no cumprimento do seu programa eleitoral está imprimindo uma dinâmica nos Sectores Sociais e produtivos da Graciosa que muito irá contribuir para a alteração e melhoria das condições de vida daqueles que lá habitam.

Por aquilo que já fez e pelo que se compromete a fazer podemos afirmar que este Governo do PS é um concretizador de velhos sonhos dos Graciosenses.

Disse.

Vozes do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e Governo).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Aguiar.

Deputado José Aguiar (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Espanta-me que o Sr. Deputado esteja tão satisfeito com tudo aquilo que irá ser feito no ano 2000.

Eu estou mais preocupado com aquilo que foi anunciado em 97 e ainda nem foi iniciado, que é o caso da Escola Preparatória de Santa Cruz da Graciosa. Certamente o Sr. não está satisfeito por haver alunos a terem aulas numa garagem e numa cozinha de uma casa vizinha. Certamente que não está satisfeito!

De facto, se se tinha começado a cumprir a promessa em 97, ano em que foi prometido pelo Governo Regional, esta obra já estaria certamente em execução. Custa-me que o Sr. acredite, ou alguém nesta casa acredite que são necessários 3 anos para fazer um projecto de adaptação e ampliação de uma escola, porque trata-se apenas disso, nem é de construção de uma escola, é de adaptação e ampliação. Três anos!

Quanto à situação que o Sr. apresenta da escola de Santa Cruz da Graciosa que já está concluída. Muito bem! Vem aqui de encontro à tal situação que já foi aqui despoletada que é a do Governo dizer aquilo que faz, e aquilo que os outros fazem, ele ajuda numa pequena parte. Esse projecto, está de facto, desenvolvido pela Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, com a colaboração, se não estou em erro, do Governo Regional. Portanto, talvez se outras situações fossem transferidas ou apoiadas na Câmara Municipal tivessem uma execução melhor. É uma suposição, que eu estou a fazer.

Quanto ao Plano para o ano 2000, de facto, o Sr. anunciou muito dinheiro, mas devo-lhe dizer que só em 97 e 98 também foi anunciado muito dinheiro e só nesses dois anos, em

termos de executado, foram menos de cerca de 300 mil contos do que aquilo que foi prometido.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila:

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à Escola Secundária, eu quero dizer ao Sr. Deputado José Aguiar que dali da tribuna disse que tinha sido pedida há mais de dez anos. Aliás uma vez houve aqui uma expressão de um Deputado da Graciosa, nomeadamente o Deputado João Cunha, em que disse que ela estava a rebentar pelas costuras.

Portanto, toda a gente via isso. Ele até nessa altura fazia parte do Governo.

Deputado José Ramos Aguiar (PSD): Ele não está cá há dez anos!

O Orador: Não! Não! Eu não estou a dizer que foi há dez anos que ele disse isso. O que eu disse foi que isso já foi dito aqui, não é de agora, não é de ontem, nem de hoje, nem é de há 3 nem 4, nem 5 anos, é há mais.

Eu queria também dizer ao Sr. uma coisa: normalmente, às vezes vale a pena esperar, porque também devia saber que o projecto foi feito e posteriormente foi pedido para o projecto sofrer alterações para melhor. Portanto, a escola ia ter um determinado número de salas, vai ter mais e até inclusive uma área para desporto.

Deputado José Ramos Aguiar (PSD): Desporto?!

O Orador: Sabe muito bem que por vezes é preferível esperar e fazer-se. Mas de qualquer maneira fique descansado que a escola é bem provável que irá ser ampliada a partir possivelmente do mês Fevereiro ou Março do ano que vem.

Deputado José Ramos Aguiar (PSD): Em 2003 está pronta, não é?

O Orador: Quanto à Escola Básica, o que é que acontece? Eu não disse que tinha a participação da Câmara, mas tem a participação bastante substancial do Governo. Essas coisas são repartidas, com certeza.

Deputado José Ramos Aguiar (PSD): A União Europeia e a Câmara!

O Orador: A União Europeia também, a Câmara também recebe da União Europeia, assim nunca mais se parava nem se sabia de onde é que vinha o dinheiro.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo Meneses*): 85% do Governo e o resto da Câmara!

Presidente: Tem a palavra agora o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo

A proposta de plano do ano 2000 no que concerne à Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos é ajustada e equilibrada porquanto permitirá a sustentabilidade do investimento nas obras públicas regionais, na área da habitação, no programa dos equipamentos públicos, no Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores e no conjunto dos projectos inscritos no programa das Calamidades, designadamente, naqueles projectos e acções cuja execução está a cargo da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.

A área da Habitação foi eleita por este Governo como sector fundamental e prioritário, em termos do seu contributo para o desenvolvimento social e estrutural da população açoriana.

A promoção do investimento nos diversos programas existentes - auto-construção, nos acordos de colaboração com as autarquias, nas habitações a custos controlados, na habitação sob o regime de renda resolúvel, no sector cooperativo, na construção/aquisição de habitação social destinada a realojamento, na recuperação de habitação degradada e na participação em diversos projectos de luta contra a pobreza - constituirá com esta proposta de Plano, no final do ano 2000, a maior aposta de sempre na história da Região, ultrapassando-se os 11 milhões de contos em investimento directo e os 11 milhões de contos com o investimento global assumido nos programas de realojamento com as autarquias açorianas que, como se sabe, está assegurado com a comparticipação regional na ordem dos 6,3 milhões de contos, o que possibilitará a construção de mais de um milhar fogos. O investimento total no sector da habitação corresponde, por isso, a uma ordem de grandeza que ultrapassa os 22 milhões de contos. Até agora, a gestão dos programas habitacionais concretizou-se nos sistemas de apoios e incentivos financeiros no âmbito dos programas referidos e na bonificação de juros, que

a Região garantiu o seu pagamento integral, a que se aliou a disponibilização de 600 lotes de terreno no conjunto de muitos loteamentos distribuídos por várias zonas urbanas e rurais da Região.

Recuperados que foram os processos atrasados de habitação relativos aos anos de 1994, 1995, hoje, podemos afirmar que foram resolvidos 3 mil e 200 processos, 218 dos quais a apoiar a mão-de-obra num valor de 900 mil contos, sendo de realçar o apoio solidário a famílias que viviam em barracas e casas abarracadas, alojando mais de 500 pessoas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Para além dos programas de apoio usuais no sector da habitação em 1999 e em 2000, duas outras áreas habitacionais estão e estarão em desenvolvimento- refiro-me à promoção e apoio no âmbito quer do sector cooperativo, quer do sector empresarial. Trata-se de ceder terrenos, infra-estruturados ou não, mediante concurso público a cooperativas de habitação e empresas privadas, prevendo-se também a cedência de projectos às cooperativas de habitação.

São exemplos os terrenos cedidos ao sector cooperativo para 45 fogos e os terrenos cedidos, mediante concurso público ao sector empresarial para a construção de 132 fogos a custos controlados que estarão concluídos no próximo ano..

Também no ano seguinte estão já garantidos os terrenos a ceder, mediante concurso público, ao sector empresarial para a construção de mais 96 fogos a custos controlados. Esta medida contribui para a regulação da especulação no mercado imobiliário, permitindo a disponibilização de habitações a custos inferiores aos praticados em regime de venda livre, criando uma alternativa que permite a compra de habitação própria a muitos agregados familiares pertencentes a uma classe média urbana que, de outra forma, não teriam acesso a uma habitação condigna.

Teve início também uma nova experiência que designámos por regime de renda resolúvel, envolvendo um total de 42 habitações, e que constitui uma alternativa ao sistema de auto-construção, propondo aos agregados de rendimentos baixos-médios uma solução habitacional condigna e muito rentável na sua aquisição, dado que a mesma far-se-á por força do pagamento de uma renda mensal no tipo de amortização.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

O ano 2000 ficará marcado na área da reconstrução do sismo de 1998 por um investimento que estará associado, principalmente, ao lançamento e execução de empreitadas, a par com a auto-reconstrução, por iniciativa das pessoas sinistradas.

Os 3 milhões de contos que propomos à Assembleia Legislativa Regional dos Açores são, quanto a nós, o montante ajustado ao planeamento que fizemos perante os projectos que teremos disponíveis e a capacidade de resposta das empresas instaladas e/ou a instalar-se. Repare-se que para toda a Região Autónoma, incluindo as Ilhas do Pico e Faial, existem ainda mais 2,7 milhões de contos nos programas normais, pelo que o montante de 3 milhões de contos é equilibrado, atendendo ao esforço de investimento da Região nos diversos sectores e na situação especial provocada pelo sismo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

No âmbito das Obras Públicas, realizámos intervenções em mais de 200 Kms de Estradas Regionais, quer na construção de novos troços, quer na reabilitação dos existentes.

Foram mais de 400 processos e intervenções concluídas, de obras públicas por administração directa e empreitadas.

Conseguiu-se equilibrar o peso do investimento relativamente a adjudicações a empresas regionais e nacionais, com uma política de faseamento e alargamento do leque de empresas consultadas. Cumprimos, assim, um dos pontos importantes do nosso programa do Governo, para além de hoje ser uma realidade a saúde das empresas de construção civil, baseadas numa política séria de pagamentos atempados.

É preciso que, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, as empresas tenham grande atenção à qualificação dos seus recursos humanos, para que a natural competitividade que se avizinha corresponda à necessidade de se transformar essas oportunidades em vantagens para os Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

O modelo de adaptação das empresas de construção civil às novas realidades e exigências actuais deve basear-se no desenvolvimento de parcerias e acordos inter-regionais e nacionais. Mas, a melhoria competitiva e a qualificação das empresas regionais deve também passar por conceitos inovadores de gestão integral, project-finance e caminhar da construção para a exploração. Deste modo, impedir-se-à que as empresas regionais se concentrem em obras e projectos de baixo valor acrescentado deixando para empresas externas as grandes obras com o conseqüente alargamento do "gap competitivo"

Pela parte do Governo Regional tudo continuaremos a fazer para atingido que está o equilíbrio financeiro das nossas empresas de construção, se passe para novos patamares onde a melhoria do binómio preço/tempo, da qualidade dos produtos e serviços prestados e da qualificação dos recursos humanos sejam objectivos estratégicos enquadrados num regime legal de obras públicas e empreitadas adaptado à Região Autónoma dos Açores como ficou consagrado no programa do actual Governo da República por proposta do Governo Regional dos Açores.

Estes são os factores e objectivos estratégicos que enformam o Plano Rodoviário Regional que se materializa nos projectos e acções no âmbito das Estradas Regionais, balizados por critérios modernos de qualidade e segurança, para que os Açores sejam também conhecidos e reconhecidos neste domínio das acessibilidades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo

No que concerne ao Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores, procedeu-se à sua revisão orgânica agregando-se as duas vertentes do serviço.

Foram elaborados 5 (cinco) Planos Municipais de Emergência. A quando da tomada de posse do VII Governo Regional, não havia nenhum!!

Em 1996 haviam dois Serviços Municipais de Protecção Civil constituídos. Hoje há 10. A Rede de Rádio-comunicações - um investimento de mais de 1 milhão de contos - foi adquirida e está a ser montada, prevendo-se o seu funcionamento pleno em Maio de 2000.

Criou-se a Secção Destacada das Lajes das Flores, concluiu-se o Quartel das Lajes do Pico, construíram-se vários anexos de Quartéis e iniciou-se o Quartel de Bombeiros de P. Delgada.

No ano 2000, iniciaremos o Quartel de Bombeiros da Ribeira Grande, o que fechará a primeira fase das infra-estruturas básicas para os Bombeiros da Região.

Foi elaborado um vasto número de pareceres, referentes a planos de estabelecimentos de ensino.

Adquiriram-se 52 equipamentos de rádio a distribuir por toda a Região.

Foi concluído o Manual de Protecção Civil das Câmaras Municipais.

Nos últimos três anos, o volume de investimento no SRPCBA, ultrapassou os 2 milhões de contos, prevendo-se com a proposta para o ano 2000 a manutenção equilibrada do investimento nos sectores dos recursos humanos e nas obras que vamos concluir.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo

No âmbito do Laboratório Regional de Engenharia Civil, conforme previsto, está em curso a construção do seu novo Edifício Sede do LREC, encontrando-se já concluído um dos três corpos de que o mesmo se compõe, no qual estão provisoriamente instalados os actuais serviços deste Laboratório Regional, num investimento global de 400 mil contos, participado em 300 mil pelo programa PEDIP e também estará concluído no ano 2000.

A reorganização interna do Laboratório Regional de Engenharia Civil, está também em curso, no que se refere à afectação de mais recursos ao serviço e à formação dos recursos humanos existentes, tendo como objectivo, quer a melhoria do global da instituição, quer o cumprimento das exigências impostas pelo IPQ, no âmbito do processo de acreditação do Laboratório Regional de Engenharia Civil.

No que se refere à actividade corrente do Laboratório Regional de Engenharia Civil tem sido dada a continuidade ao desenvolvimento dos projectos de investigação em curso, bem como aos trabalhos de prestação de serviços, no âmbito do apoio, quer interno à Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, quer externo, prestado directamente à indústria e às empresas de construção civil.

O apoio a que me referi, é dirigido às obras de engenharia civil, de controlo de qualidade de materiais de construção, através da execução de ensaios, emissão de pareceres e notas Técnicas em diversas áreas. A saber: Geotecnia Rodoviária, Fundações e Prospecção, materiais de construção e estruturas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo

Quanto à Participação dos Açores em grandes exposições mundiais, quero informar-vos de que, no dia 30 de Setembro do corrente ano, encerrou o Pavilhão dos Açores no Parque das Nações havendo contado com 120 mil visitantes, entre 15 de Outubro de 1998 e 30 de Setembro de 1999.

Este número de visitantes eleva para 1.134.000 o valor total de visitas ao Pavilhão no âmbito da EXPO 98 e do Parque das Nações.

Como referência, o número médio de visitantes dos museus de Lisboa situa-se entre os 50 e os 70 mil.

Todos os conteúdos do Pavilhão dos Açores, foram desmontados, encontrando-se agora embalados e armazenados, com vista à sua utilização na EXPO-AM-MEER e, posteriormente, em projectos que foram julgados convenientes.

O êxito da desmontagem com o aproveitamento dos conteúdos do Pavilhão, permite rentabilizar os investimentos feitos no âmbito da Participação dos Açores na EXPO-98. Até final de Dezembro, os arquitectos do Pavilhão dos Açores na EXPO-AM-MEER terão pronto o respectivo ante-projecto, que poderá ter apresentação pública a partir da primeira semana de Dezembro.

O início da construção do Pavilhão dos Açores na EXPO-AM-MEER, deverá ter início três meses antes da abertura, que será no dia 1 de Junho de 2000.

Os organizadores do evento esperam que o nosso pavilhão seja visitado por 2 milhões de pessoas. Repare-se que o pavilhão de Portugal em Hanôver terá um número de visitantes estimado em 4 milhões de pessoas.

O Pavilhão dos Açores manterá a filosofia de base, com a inclusão de novos elementos relacionados com a baleação, que poderão estimular a opção turística da observação de cetáceos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

O investimento em matéria de Habitação e Estradas Regionais, bem como os outros programas a cargo desta Secretaria, sofrerão um acréscimo significativo e consensual, como se viu pela posição do Conselho Regional de Obras Públicas, porque esta proposta representa o esforço deste Governo em continuar a garantir a sustentabilidade das empresas, através do faseamento das obras públicas e do seu pagamento atempado.

Pelo peso específico do sector da construção nos Açores - 2º sector da actividade económica com 13,81% , de acordo com os últimos dados do INE- parece-nos que o plano da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos para o ano 2000 é adequado perante o que é preciso ainda fazer e o que é urgente que se faça. Nunca em tão pouco tempo se conseguiu investir e realizar tanto nesta área.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Apoiado!

O Orador: Ainda há pouco tempo um empresário dizia-me: "Também neste domínio, estão a conseguir a síntese entre o fazer funcionar melhor o sistema e transformar a nossa sociedade".

Disse. Muito obrigado.

Vozes das bancadas do PS e Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e Governo).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O tempo escasseia para o Grupo Parlamentar do PSD, por isso tenho que ser breve.

Quero salientar que um departamento governamental com tantos milhões, com tantos objectivos e com tantas expectativas desejadas, não tem sido seguramente um "mar de rosas", como o Sr. Secretário quis pintar.

A verdade é que a demonstração de que o Sr. Secretário não consegue imprimir um rigor, como invocava ser seu propósito nas Obras Públicas, onde com algum simbolismo se pode exemplificar o caso da 2º. Circular de Ponta Delgada, que se arrasta

no tempo, duplicando preços e nunca se sabe bem qual é a previsão para a sua conclusão, porque de Plano em Plano existem alterações que confundem as expectativas das pessoas.

Pior do que isso Sr. Secretário é quando abafa - com alguma arrogância mesmo, e pelo vistos com o parecer do Sr. Provedor de Justiça, na absoluta ilegalidade - os direitos adquiridos dos cidadãos. Estou a falar em matéria de habitação.

Ainda hoje os beneficiários do SAFIN, ao abrigo da antiga legislação, reclamam o apoio que lhes foi cortado de forma unilateral e ilegal, por parte de todos eles. A juntar à voz destes beneficiários está a credibilizada voz do Sr. Provedor de Justiça, a quem o Sr. Secretário teima em não aceitar, cometendo e mantendo, por isso mesmo, uma ilegalidade.

Mas, ainda em matéria de novos troços neste Plano surge pela primeira vez a envolvente à Ribeira Grande, que tem uma dotação de 20 mil contos, mas cuja descrição é para execução de pavimentação.

Mas a verdade é que o concurso público não foi lançado e a verdade é que não existe projecto. Esta obra, segundo algumas informações do próprio Governo, rondará os 700 mil contos.

Ora, isto demonstra por um lado que o que foi feito não foi tão bem feito, tão rigorosa como o Sr. sempre reclama, por outro, o que está sendo planeado parece pelos menos não corresponder à lógica dos acontecimentos e ainda por outro demonstra também, sempre, alguma prepotência no tratamento em relação a beneficiários ao abrigo de legislação anterior, ao abrigo de legislação produzida pelo anterior Governo.

Já agora um pequeno registo para o Presidente do Governo, que se queixa que nunca há um louvor ou um elogio à acção do Governo. O Sr., nomeadamente, o Sr. Secretário também nunca fizeram um elogio...

Presidente do Governo Regional(*Carlos César*): Mas eu faço muitas vezes em nome deles!

O Orador: ... à herança recebida e ela é o nosso grande património para notar a diferença de hoje nos Açores, depois da autonomia democrática. Mas do Sr. e do Sr. Secretário nunca houve um elogio, antes pelo contrário, foi sempre a desculpa para que tudo estivesse a correr mal.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente):*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro:

Por vezes trazem-me assuntos que têm que ser explicados, por muito que eu quisesse fugir deles.

Quando me fala da 2.º Circular é um dos assuntos penalizadores para a Região.

Efectivamente, eu tenho que dizer isto nesta Câmara, uma das dificuldades que este Governo se confrontou quando chegou ao Governo, foi com algumas obras grandiosas que existiam na Região.

Eu falo na 2.º circular, mas falo também no porto da Horta, no Colégio de Jesuítas, na Biblioteca Pública, no porto da Praia da Vitória, pois efectivamente essas grandes obras tiveram dois tipos de dificuldades: mau planeamento na sua execução, falta de projectos na maioria das situações que eu agora aqui referi e os custos adicionais de cada uma dessas obras, têm exactamente a ver com isso.

Os Srs. trazem sempre esse assunto para aqui...

Deputado Vasco Cordeiro *(PS): Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... mas, efectivamente, se nós estamos a falar em obras que nós pegámos nelas, tentámos e conseguimos financiá-las e fazer - com toda a sinceridade é assim - os projectos que faltavam fazer, adquirir os terrenos, corrigir às vezes situações burocráticas, não podemos deixar passar isso em claro.

Já que falou na 2.ª Circular, nós quando chegámos ao Governo, a 2.ª Circular tinha um processos e indemnização da ordem dos 300 mil contos, por falta de situações de terrenos comprados, por falta de projectos nos viadutos, que agora existem lá, por falta de compra de terrenos para esses viadutos serem implantados...

Deputado Vasco Cordeiro *(PS): Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... e a obra foi progressivamente sendo encarecida.

Não considera e eu sei que não considera, que não haja Governo nenhum, independentemente da sua sustentabilidade político-partidária, que queira encarecer as obras. Agora é menos legítimo de quem teve responsabilidade - e até às vezes faz algum sentido dizer que as obras começaram ou foram idealizadas por um anterior Governo - depois não perceber que essas mesmas obras têm dificuldades que resultaram exactamente de um processo que não começou bem. Não começou bem, Sr. Deputado, por uma razão muito simples, que hoje se sabe, essas obras começaram num período complicado da história financeira da Região. Isso significa que havia necessidade muitas vezes de lançá-las independentemente de algum enquadramento que era preciso garantir. O erro pagou-se mais tarde, pagou-se agora.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Augusto Elavai (PS): Exactamente!

O Orador: Felizmente a Região, é pessoa de bem e conseguiu equilibrar essas obras.

O caso da 2ª. Circular, tal como as outras obras que eu referi, foram todas elas sujeitas a processos de revisão dos projectos, porque eles não existiam ou tinham dificuldades sob o ponto de vista dos erros e das omissões, que se pagam também, e é por isso que as obras encarecem e elas encareceram exactamente por este motivo.

Naturalmente que a responsabilidade política dessas situações são dos Governos que seguem as obras, dos Governos que as lançam ou dos Governos que as lançam à pressa.

Por lançar à pressa deixe-me dar mais um exemplo:

É confrangedor num Governo novo ver Resoluções de Outubro de 96, de lançamentos, e já agora falo nessa obra da envolvente à Ribeira Grande, com o lançamento da obra com 90% dos terrenos por adquirir. Isso significa a pressa que nós não queremos ter nem no próximo ano, para não comprometermos uma área de responsabilidade financeira nessa situação.

Já que falou, eu não percebo que Plano é que tem, porque efectivamente nós estamos a fazer a envolvente à Ribeira Grande, que como sabe tem três trechos. O primeiro trecho está a ser feito e aí está uma dotação de 100 mil contos para esse trecho.

Tem uma dotação para o trecho 2 que é da Fábrica da Lacto Açoriana, até metade do trecho, que será até ao Miradouro de Santa Iria. É isso que está aí. Nós estamos a

garantir exactamente o projecto para o trecho 2 e parte dos terrenos para esse trecho. São 20 mil contos que tem aí.

Não sei que documento é que está lendo...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É o mesmo que leu!

O Orador: ... mas esse documento não é o que nós apresentámos à Assembleia Legislativa Regional.

De resto isto significa a vontade política da envolvente à Ribeira Grande ter continuidade. A obra felizmente está a correr bem, o financiamento está garantido, a parte de terraplanagem acabou, falta a fase de pavimentação e ela terminará no ano 2000.

Quanto a avançar a arrogância, eu fico sempre muito espantado quando da vossa bancada receitam humildade a esta bancada, mas sempre com o dedo estendido à boa maneira do vosso grande mestre Mota Amaral. É, de facto, uma situação que não me diz nada de novo. Agora queria dizer quanto à questão do Sr. Provedor de Justiça, que nós trouxemos, de boa fé e com a nossa convicção, um decreto de revogação do SAFIN ...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Eram direitos adquiridos!

O Orador: ... a esta Assembleia Legislativa Regional e ele foi aprovado, com a vossa abstenção ou não, mas foi aprovado.

Nós argumentámos nessa altura e eu penso com toda a justiça que não fazia sentido a duplicação dos apoios à habitação por via do SAFIN e achámos enquadramento legal nessa aprovação para essa revogação ser feita. Também achámos, de acordo com a vossa legislação, porque repare, nós fizemos isso bebendo o que estava escrito no 14/95, de 22 de Agosto, que é do vosso tempo, como sabe.

O Sr. Provedor de Justiça tem outro entendimento, pois paciência. O Governo entende isso como uma recomendação mas não é ilegalidade e se é ilegalidade tratem disso nos tribunais, porque é aí que se resolvem essas situações.

Em relação à envolvente à Ribeira Grande eu queria dizer mais uma vez nesta Câmara que a nossa preocupação com as obras regionais - e ainda faltam fazer muitas nos Açores - é que elas tenham um planeamento que não penalize as empresas que de algum modo estão a seguir as obras.

Ainda há muita coisa para fazer nos Açores no domínio das infraestruturas, mas também este Governo no III QCA já garantiu o financiamento necessário, suficiente para que as nossas infraestruturas possam continuar a ter a atenção que merecem e naturalmente também a atenção que os açorianos precisam.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta muito breve, por falta de tempo, embora antes queira dizer ao Sr. Secretário que acho que o seu nome vai ficar definitivamente ligado à ilha Terceira, pelo facto da grande obra que esse Governo iniciou, concluiu, inaugurou ao longo do seu mandato, foi uma rotunda.

Deputado Marque Marques (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Por outro lado, em 1 560 mil contos prevê 120 mil contos para a Ilha Terceira, o que representa 7,6%, eu pergunto uma de duas coisas: isso tem a ver com a falta de vontade política de investir em obras na Ilha Terceira ou também é culpa do anterior Governo que fez tantas e tão boas obras que não são precisas obras agora?

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas quero dar nota de que é natural que o Sr. Secretário procure justificar alguns dos seus erros, até é compreensível, pois não há nenhuma obra que comece e acabe conforme previsto, porque existem obviamente desorientes que condicionam o percurso linear da previsão. Outra coisa é denunciar os erros do passado para justificar os erros e as previsões que foram emitidas pelo seu próprio departamento governamental.

Foi o próprio Sr. Secretário em 1998 que dizia que os projectos da 2ª. Circular, a corrigir os tais erros e a tal gangrena desta obra, estavam finalmente concluídos e que a

previsão da conclusão da obra seria em 1998. Estamos praticamente no final de 1999, a observação física da obra é de que ela é possível estar pronta agora no final deste ano e o Plano 2000 continua a prever 800 mil contos.

São coisas que não têm justificação possível, quando muito têm desculpas, mas o Sr. Secretário tem que assumir responsabilidade e naturalidade também, que é coisa que não consegue assumir - isso é que é impressionante - das alterações das circunstâncias e não só exclusivamente imputar essas responsabilidades para o anterior Governo.

Esse é um problema político de não assumir que as coisas também neste Governo correm mal, que também neste Governo se fazem projectos errados, que também neste Governo a previsão não se concretiza.

Por outro lado, eu insisto Sr. Secretário, só um pequeno reparo: de facto, os direitos adquiridos dos cidadãos mantêm-se independentemente de revogação e de nova legislação. É tão simples quanto isso, não é por o Sr. não querer cumprir a recomendação do Sr. Provedor de Justiça, que passa a ter razão.

É só isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de dizer que em matéria de estradas às vezes sinto algumas saudades do Eng.º Jaime Medeiros, porque ele sempre percebia mais alguma coisa desta matéria.

Gostaria de dizer que de facto, em relação à 2ª Circular e já que se volta a falar nisso outra vez, é evidente que para o ano há mais uma verba grande aí, mas sabe porquê? Porque mais uma vez aquela obra não previa iluminação, não previa que se fizessem caminhos laterais, nem que se concertassem os muros.

(Apartes inaudíveis do Deputado José Manuel Bolieiro).

O Orador: Não, Senhor! Isso é exactamente aquilo, ou seja, a obra não vai parar, como não parou no vosso tempo, por falta de projectos. Essa é que é a grande diferença. Esta obra como as outras não vão parar um minuto por falta de projectos ou de financiamentos. Essa é que é a grande diferença. Nós estamos a fazer isso para as obras

que tivemos de assumir, como qualquer Governo que teve que pegar nesses projectos e para os nossos também.

Agora eu queria-lhe dizer uma coisa. Naturalmente da intenção à realidade há de facto diferenças, porque nós fizemos, lançámos e concluímos no prazo atempadamente, por exemplo, Ponta Delgada/Capelas. Isso significa também a atenção em materializar aquilo que se diz aqui e no papel no dia-a-dia. Esse é um esforço que se faz, ou pensa que efectivamente os programas que aqui vêm não tem o interesse do Governo na sua execução o mais rapidamente possível?

A diferença é só uma, é que no passado as vossas dificuldades tinham a ver com o mau planeamento dessas situações e com falta de financiamento delas. As obras que os Srs. atrasaram e que tiveram paradas, de 92 a 94, foram um problema para este Governo...

Deputado José Ramos Aguiar (PSD): Como a de Guadalupe que também está parada!

O Orador: ... porque eu digo-lhe com toda a sinceridade, nós quando chegámos a este Governo, tivemos que resolver meio milhão de contos de indemnizações relativas a estas situações.

Foram meio milhão de contos de obras que tiveram suspensas ...

Luís Resendes (PS): Apoiado!

O orador: ... de 92 a 94. Isso significa dificuldades acrescidas, porque essas coisas, na óptica dos empreiteiros, são naturalmente sempre vistas com muita satisfação, porque todos os dias que o dono da obra manda suspendê-la, depois há, como sabe, possibilidade de haver juros de mora e de haver mesmo, de acordo com a lei, uma participação.

Portanto, o dinheiro que está aqui para esta obra da 2ª. Circular, tem exactamente a ver com o fecho da obra e naturalmente uma coisa que nós pensamos importante que é a iluminação.

Em matéria de obras públicas, efectivamente, os Srs. tiveram uma primeira fase, mas tiveram uma última fase muito má.

Toda gente nesta Região sabe porque é que isso foi. Isso significa para nós que quando se fala em obras públicas regionais há que ter algum cuidado para perceberem que a intenção deste Governo foi dar resposta - e tem dado como é reconhecido nos Açores - às enormes situações de calamidades que nos afectaram, que foi quase outro Plano de

Obras Públicas, com o mesmo número de funcionários. Nós passámos de 55 contratos em 1996 para quase 200 em 98 e isso significa o grande peso de obras que decorreram de Santa Maria ao Corvo, para além do programa normal de investimentos. Foi este Governo com as mesmas pessoas, em termos de funcionários administrativos, mas com outros dirigentes, que conseguiu isto.

Isso ninguém nos tira.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só um breve esclarecimento e eu lamento trazer isso aqui à Câmara mas pela insistente atitude do Sr. Secretário, em não reconhecer que nem tudo corre bem e não ter uma postura tão crítica para o passado como para o presente sobre as obras e os projectos que não correm como estão, lembro só uma, que é trágica inclusive. As pessoas da Ribeira Quente, com a sua previsão, o seu projecto, a sua promessa continuam a aguardar a tal estrada alternativa.

Deputado António Almeida (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Victor Cruz (PSD): A ponte do Nordeste!

O Orador: O que é que o Sr. fez sobre isso? Nada. É ou não um erro de previsão? Foi ou não foi um excesso de promessa?

Para não falar nos tais viadutos para o Nordeste que nunca mais acabariam.

Bom, é só este ponto Sr. Secretário, de alguma humildade e de algum reconhecimento, de que às vezes a vontade vai à frente do que se consegue executar e o Sr. também tem um avontade, que vai sempre muito à frente daquilo que consegue executar.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo: Quanto à questão do ir à frente ainda bem, pois como se sabe "quem vê ao longe tem razão antes".

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Gostaria de dizer que, efectivamente, essa situação que invocou da estrada da Ribeira Quente - reflectindo aliás o PSD renovado de S. Miguel e da sua Comissão Política de Ilha, o último comunicado trata disso, do Sr. Natalino e dos outros - o processo da estrada da Ribeira Quente não tem parado e não tem parado em duas perspectivas: por um lado a reparação de todos os muros de suporte naquela estrada, e nós já gastámos mais de meio milhão de contos na actual estrada, na reposição de todos aqueles aquedutos e fizemos outra coisa como tínhamos anunciado, fizemos e temos um estudo prévio e um levantamento aerofotogramétrico, que é um tipo de ensaio que é feito pelos aviões da força aérea, para que se possa passar, da fase de um projecto a uma estrada alternativa.

Mas como deve perceber numa situação que toda a gente reconhece de grande complexidade, há que fazer imediatamente uma coisa e nisso nós nunca parámos e todos os anos afectámos muitas verbas para aquela estrada que é exactamente a reposição integral da segurança daquela estrada original que ali está. Ela, efectivamente, está melhorada e como nós já tivemos várias provas depois daqueles problemas, não houve e espero que isso se mantenha dessa maneira, perante outras situações de grande pluviosidade naquela "garganta", mais nenhum corte em relação à estrada da Ribeira Quente.

Portanto há ali um trabalho duro, sério, de grande complexidade que está sendo feito com uma engenharia bastante pesada, em condições de muita dificuldade e também de investimento muito vultuoso para a Região.

Efectivamente, se nós não tivéssemos essa situação instalada, tínhamos muitas mais verbas que poderíamos aproveitar para outros projectos importantes para a Região. Mas queria-lhe dizer que estou satisfeito com aquilo que temos feito na Ribeira Quente,

porque não só resolvemos um problema que foi desde o princípio que é o problema das habitações, como conseguimos manter os dois grandes projectos da Ribeira Quente, que ultrapassam os 2 milhões de contos, como o porto e a orla costeira, estamos a tratar da estrada e conseguimos também reposicionar o ordenamento da freguesia da Ribeira Quente e temos mais duas pontes também lá concluídas. Portanto, o nosso trabalho na Ribeira Quente é muito diferente dos comunicados da Comissão Política de Ilha do PSD.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Em relação à Terceira, não sei como é que o Sr. Deputado Valadão arranhou 120 mil contos, pois se nós somarmos todas ...

Deputado Jorge Valadão (PSD): Troços novos.

O Orador: Ah, troços novos! Mas o investimento em estradas regionais na Terceira não é só troços novos.

Isso é uma visão deturpada daquilo que nós chamamos Plano Rodoviário Regional, porque nós só avançamos para investimentos com dois objectivos.

Em primeiro lugar nós já anunciámos várias vezes, na opinião pública e aqui também, que quando chegámos ao Governo haviam três ilhas que estavam muito mais atrasadas que as outras, que eram as Flores, o Pico e também em parte S. Miguel e que haviam outras ilhas que, independentemente daquilo que faltava fazer, tinham uma rede rodoviária com situações bastante melhoradas em relação às Flores.

Naturalmente que haviam ilhas ...

Deputado Mark Marques (PSD): Afinal S. Jorge estava bom!

O Orador: O que é que tem S. Jorge? S. Jorge está a acabar! Está!

... com estradas feitas. Era só o que faltava que em 20 anos não tivessem feito nenhuma estrada.

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Exactamente! Só é pena que os Srs. tenham passado vinte anos sem fazerem uma pavimentação nas Flores, ou que tenham só iniciado e lançado um projecto, sem terem executado nada, no Pico.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não é verdade! A longitudinal da transversal, não foi?

O Sr. de certeza que nunca foi ao Pico.

O Orador: A última vez que tinham feito alguma coisa no Pico, foi nas Lajes/Piedade com o Eng.º Germano Domingos. Antes não tinham feito nenhuma pavimentação.

Foi este Governo que já fez 23, mais 15 Km de estradas no Pico...

Deputado Duarte Freitas (PSD): São 20, mais 20, mais 20. Transversal, Longitudinal e Lajes/Piedade.

O Orador: ... e que para o ano tem mais 25 para lançar.

Portanto, há ilhas que os Srs. não têm, de facto, obra feita em matéria de estradas regionais.

Naturalmente que nas Flores e no Pico são ilhas que não têm estradas feitas com o título de técnica. Nós não estamos a falar em asfalto desse tipo.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Não Sr., os Srs. já tinham esse tipo de técnicas na década de 90 e de 80 e passaram anos e anos sem investir um quilómetro de asfalto nessas ilhas.

Portanto, nós estamos à vontade para duas coisas: em primeiro lugar para vos dizer que nós só fazemos os nosso planos e a nossa actuação de acordo com o critério, que nós já chamámos, Plano Rodoviário Regional e isso significa apenas isto: nós precisamos de saber efectivamente quais as estradas que estão em pior estado e que são mais antigas em termos de pavimento e a partir daí é que seriamente propomos estas acções aqui.

Gostaríamos de "atacar" mais.

As estradas do interior da Terceira precisam também que comecemos a avançar. Vamos tentar mantê-las - como já disse aqui nesta Câmara ontem - sem prejudicar ao máximo os terceirenses, o lazer e naturalmente também o turismo, pois nós somos rigorosos

quando planeamos, de acordo com as possibilidades que a Região tem e com a capacidade também que temos de gerir esses processos.

O que eu quero dizer é que em tão pouco tempo, em três anos, nunca se fez tanto. Isso é inegável e os Srs. não podem desmentir.

(Aplausos da abancada do PS)

Presidente: Vamos suspender os nossos trabalhos por 10 minutos e eu peço aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares para nos encontrarmos aqui na sala da Mesa.

(Eram 18 horas e 25 minutos).

Presidente: Srs. Deputados vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 35 minutos):

De acordo com o que ficou combinado na Conferência vamos continuar os nossos trabalhos até concluir o debate. Depois faremos um intervalo para o jantar.

Recomeçaremos às dez horas com o encerramento do debate, portanto intervenções finais e votação de seguida.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr Presidente e Srs Membros do Governo:

Definindo-se por desporto toda a actividade destinada ao aperfeiçoamento físico e mental do ser humano, seja pela prática livre de exercícios, seja através das competições, por demais evidente se torna a sua importância na sociedade contemporânea, em que o "stress" e a sedentarização assumem dimensões cada dia mais preocupantes.

Inegável é também a enorme importância que o fenómeno desportivo assume nos dias de hoje como factor de promoção e divulgação das comunidades, como aliás demonstra

a nossa experiência recente, com o acesso de um Clube da Região à Primeira Liga do futebol nacional.

Entendido como um acto de fruição, a que todos devem ter direito, o desporto não se constitui como um sistema isolado, antes interage com outros sistemas sociais e respectivas políticas, sejam do ensino ou da juventude, do turismo ou da saúde e foi na assunção destes pressupostos, entre outros, que o VII Governo Regional definiu os seus grandes objectivos para o sector.

Sr. Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr Presidente e Srs Membros do Governo:

Já aqui o afirmámos, em anterior intervenção, mas julgamos não ser demais repeti-lo: o Desenvolvimento Desportivo mereceu do VII Governo Regional uma atenção sem paralelo no passado. E, mesmo para os mais cépticos, os números não deixam margem para quaisquer dúvidas.

Enquanto que no Plano de Médio Prazo para 1993-1996 o programa Desporto foi contemplado com 700.000 contos, o Plano de Médio Prazo para 1997-2000 - que embora não tenha sido aprovado não pode deixar de constituir uma referência necessária - incluiu uma dotação de três milhões, cento e noventa mil contos para o programa correspondente, agora designado de Desenvolvimento Desportivo, o que significa um reforço de verbas superior aos 450%.

Na prossecução dos objectivos traçados para o seu mandato, o Governo Regional da responsabilidade do Partido Socialista implementou nos últimos três anos um vasto conjunto de acções, nas componentes de Instalações e Actividades Desportivas, que significam um investimento global de cerca de dois milhões e quatrocentos mil contos, correspondentes a perto de 75% do total das verbas previstas na referida proposta de Plano de Médio Prazo.

Ao longo deste período, desenvolveram-se acções de formação para agentes desportivos praticantes e não praticantes de acordo com os projectos de formação apresentados pelas associações e clubes.

Ao nível da Educação Física e Desporto Escolar foram melhorados os apoios ao Desporto Escolar tendo sido disponibilizadas verbas para a realização de intercâmbios desportivos de todos os ciclos de ensino, Jogos Desportivos Escolares e Clubes Desportivos Escolares.

Foram criados incentivos aos profissionais de educação física através da formação creditada anual, formação no exterior e apoio a dois mestrados por ano na área das ciências da Educação Física e Desporto e está a ser apoiado um complemento de formação na área da educação e expressão físico-motora para trinta e seis professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Ao nível do Desporto Federado, a sua importância enquanto factor de promoção da Região tem sido concretizada através da melhoria qualitativa do desempenho das equipas e atletas participantes em provas nacionais e pela organização de eventos desportivos de relevante interesse promocional.

Relativamente a este último aspecto, verificou-se um aumento significativo das verbas despendidas, que em três anos deverão atingir um montante próximo dos 113.000 contos.

Com o objectivo de melhorar a qualidade do desempenho das equipas e atletas foram tomadas diversas medidas, nomeadamente a melhoria dos apoios às equipas participantes em provas nacionais, o apoio à colocação de técnicos a tempo inteiro nas associações e o aumento dos apoios aos clubes para actividades de treino e competição dos escalões de formação.

No ano de 1999 o valor dos contratos-programa celebrados com os clubes e associações ultrapassa os 917.000 contos, para um conjunto de trinta e três modalidades que deverão movimentar cerca de 21.000 praticantes.

De referir, porque importante para avaliar a evolução registada nos últimos anos, que em 1996 o montante dos contratos-programa foi de 577.471 contos, para um total de trinta modalidades e 16.505 praticantes.

No que concerne à componente das Instalações Desportivas, no último triénio foram despendidos cerca de um milhão e trezentos mil contos. Esta verba corresponde a diversos investimentos realizados nos Parques Desportivos de Ponta Delgada, da Ribeira Grande, da Ilha Terceira e do Faial e no Pavilhão Desportivo da Horta, num total de cerca de 885.000 mil contos, à beneficiação de outras instalações desportivas oficiais, ao apoio à construção e beneficiação de recintos desportivos não oficiais e ao apetrechamento das instalações desportivas das escolas.

Sr. Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr Presidente e Srs Membros do Governo:

Chegados ao Plano para o ano 2000, ora em apreciação, uma primeira leitura permite constatar que as dotações inscritas significam um acréscimo de 300 mil contos, relativamente ao total do investimento previsto para o desporto no início do quadriénio, tomando como referência a execução financeira de 1997 e 1998 e as verbas incluídas no Plano para 1999 e tendo também em conta o reforço de 100 mil contos para as Actividades Desportivas já aprovado nesta Sessão Legislativa.

Uma análise mais detalhada leva-nos a concluir que, apesar deste acréscimo de cerca de 10% no total das verbas disponíveis, uma evolução substancialmente diferente no que concerne à sua afectação ao longo dos últimos anos, relativamente ao inicialmente programado, irá necessariamente condicionar a execução do Plano para o próximo ano. Este não será assim o Plano ideal, mas tão somente o Plano possível.

Com efeito, certamente em resultado do significativo aumento da actividade desportiva na Região, mas sobretudo como consequência do desequilíbrio provocado pelas gravosas alterações à legislação sobre o desporto aprovadas pelos partidos da oposição no ano transacto, as despesas referentes às Actividades Desportivas aumentaram exponencialmente, tendo já ultrapassado em cerca de 790.000 contos as verbas inicialmente previstas.

Em contrapartida, como consequência inevitável da política liberal do dinheiro em boas mãos preconizada e imposta pela, ao que parece, ressuscitada AD e porque, como todos sabemos, o dinheiro não é elástico, embora alguns procurem afanosamente demonstrar o contrário, o montante destinado às Instalações Desportivas ficou seriamente penalizado. Esta é uma questão que nos preocupa e que a todos deve merecer reflexão, porquanto as infra-estruturas constituem um factor de desenvolvimento desportivo que carece de um investimento acentuado nos próximos anos, sob pena de não conseguirem dar resposta adequada ao crescimento desportivo verificado nos últimos anos na nossa Região.

Sr. Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr Presidente e Srs Membros do Governo:

A estratégia que, também na área do desporto, tem vindo a ser seguida pelo frentismo oposicionista, é para nós muito clara e resume-se numa palavra: descapitalizar. Para quê? Para criar dificuldades e obstáculos à governação! Como? Procurando, ao reduzir as receitas e empolar as despesas, fazer com que o Governo Regional se veja impedido de executar o seu plano de investimentos em infra-estruturas e equipamentos

desportivos ou, em alternativa, para que não disponha dos meios financeiros necessários para fazer face aos compromissos assumidos com os Clubes e as Associações, sendo que, para aqueles partidos que evoluíram duma política de obstrução para uma política de destruição, conseguir as duas coisas seria ouro sobre azul.

Se dúvidas houvesse, a intervenção ontem aqui trazida pela Sra. Deputada Sandra Bessa, a par de outras já hoje aqui produzidas, e artigos de jornal publicados com títulos como "Associações Desportivas revoltadas com cortes de verbas", no antegozo precipitado duma hipotética, mas ao que parece esperada e até mesmo desejada, redução nas verbas destinadas aos contratos-programa para o próximo ano, são a prova provada daquilo que atrás afirmámos.

Desenganem-se porém os que começaram a atirar foguetes antes de tempo, pensando que, por conta duma situação de estrangulamento financeiro em que julgavam ter colocado o sector, iam conseguir gerar um clima de conflitualidade entre o Governo Regional e os agentes desportivos.

Os contratos-programa entre a Direcção Regional da Educação Física e Desporto, as Associações de Modalidade e Desportos e os Clubes para a próxima época, estão a ser celebrados na mesma base dos que vigoraram no ano em curso e estão assegurados os recursos financeiros necessários ao seu integral cumprimento por parte da Administração Regional, com verbas do Plano e do Fundo Regional de Fomento de Desporto, por muito que custe àqueles que teimam em prosseguir na política do quanto pior melhor.

Porque, Senhor Presidente e Senhores Deputados, como dizia um destacado dirigente desportivo no passado fim-de-semana, ainda

bem que temos na Região este Governo que sabe olhar para o desporto.

Quanto à oposição, designadamente este PSD reformado, depois de ter chegado à beira do abismo, não hesita e, como ainda anteontem dizia a Sra. Deputada Berta Cabral, continua a dar passos em frente...

Sr. Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr Presidente e Srs Membros do Governo:

Vai pois o VII Governo Regional prosseguir, no próximo ano, o cumprimento dos grandes objectivos que traçou no seu Programa, mau grado as dificuldades que, nesta

como em outras áreas, lhe tem vindo a ser colocadas, e por muito que isso custe aos partidos da oposição.

Objectivos esses que são criar e manter instalações desportivas adequadas que estejam ao serviço de toda a população e garantir ao movimento associativo os meios que lhe garantam a possibilidade de intervir no sistema desportivo de uma forma mais autónoma.

Objectivos para cuja concretização o Governo Regional conta, obviamente, com o apoio incondicional e inequívoco do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo).

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (**PSD**): **Sr Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:**

O plano de um Governo no quarto ano de uma legislatura deveria conter a expectativa de serem concretizadas as medidas e projectos prometidos em campanha eleitoral e previstas no Programa de Governo para quatro anos.

Desde já, em termos de balanço, é sintomático que dos elencos camarários Picoenses não tenha surgido qualquer voto favorável a este documento em análise.

Começando desde já pelas verbas destinadas à recuperação dos estragos provocados pelo sismo - pela comparação com as de 1999 - teme-se que a reconstrução, na prática, ande ao mesmo ritmo do ano anterior, isto é, demasiado lentamente para quem já sofreu de mais com o terramoto e com a espera de apoios.

Acresce o registo da retirada de um milhão de contos previstos para este ano para a recuperação dos estragos que, conjugada com a satisfação demonstrada pelo Sr. Presidente do Governo face ao andamento da reconstrução configura, de facto, a acomodação do Governo face à sua própria insuficiência nesta matéria.

Quanto aos Portos, como se temia, estes quatro anos serviram para alguns altos responsáveis socialistas – não inocentemente - semear ventos e o povo do Pico colher tempestades, ...

Deputado José Ramos Aguiar (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O orador: ...continuando adiada qualquer obra de vulto.

Para além disto, o Parque de Retém de Gado, o Porto de Passageiros de São Roque ou a conclusão de infra-estruturas em terra do Porto Comercial continuam uma miragem, não havendo também respostas para o núcleo de recreio náutico das Lajes do Pico, reclamado na sequência das obras de desassoreamento da baía.

Sr Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O laboratório do IAMA permanece fechado. A certificação do queijo do Pico faz-se, mas ninguém sabe bem como.

A Lacto-Pico aguarda há meses participações do IFADAP para as obras realizadas, cujo atraso causa enorme erosão na tesouraria daquela Cooperativa e o tão reclamado abastecimento de água à lavoura continua a não chegar aos ouvidos do Governo.

Deputada Sandra Bessa (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Entretanto, a Adega Cooperativa Vitivinícola ainda anda aos empurrões de um Programa de Apoio para outro Programa de Apoio.

O Sr. Secretário das Obras Públicas, tendo anunciado em 1997, a colocação de “tapete” em todo o anel da Ilha do Pico, até ao fim do mandato, também não deve estar satisfeito com as verbas previstas no Plano de 2000 que não chegarão para lançar a nova empreitada de 25 Kms anunciada no Comunicado da última visita do Governo ao Pico, estranhando-se ainda mais que no descritivo deste Plano nada venha referido a este nível.

Em relação à habitação permanece sem eco a solicitação da Câmara das Lajes para a criação de uma nova zona habitacional entre a Almagreira e a Silveira, que poderia, inclusivamente, resolver ao Governo alguns problemas de ordenamento e recolocação de moradias destruídas pelo sismo.

Também no que toca à Protecção Civil, as verbas previstas não satisfazem as necessidades para ampliação do Quartel da Madalena e para os Anexos do de São Roque.

Quanto ao Aeroporto, se quiser mesmo fazer obra no próximo ano, a dotação prevista poderá significar alguma, embora, infelizmente, já não seja intenção do Executivo

incluir nesta solução a estrada Cachorro/Barca, eixo elementar de ligação entre as duas principais estruturas de acessibilidades externas da Ilha.

A nível da Saúde, o Governo teve o Sistema que quis, sem qualquer alteração na Assembleia Regional pelo que, quem fazia tanta fé na Unidade de Saúde de Ilha, já deve começar a perguntar para que serve. Partos no Pico, três anos passados, nem vêm, mas vêm-se cargos na tal Unidade de Saúde que poderão eventualmente servir bem algumas pessoas.

A nova Escola das Lajes com 5.000 contos, que não são suficientes sequer para um esboço de anteprojecto, talvez nem chegue em 2006; a de São Roque só com 10.000 não terminará em 2000 e a Câmara da Madalena continuará a aguardar apoios verbalmente prometidos para a Escola Profissional do Pico.

Sr Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PSD preza a estabilidade política e respeita as instituições, já o provou em atitudes internas e posturas públicas.

O PS, de novo, não vai ter desculpas para a Governação, como não teve em outros documentos essenciais como foram Planos anteriores e na sua única reforma estrutural (Serviço Regional de Saúde).

No quadro actual o PS tem o poder e decide conforme tal.

Ao PSD cabe a alternativa responsável.

O resto será julgado pelo povo.

Disse.

Vozes do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (**PSD**): **Sr Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr.**

Presidente e Membros do Governo:

No fim deste debate, aparecer uma intervenção destas em relação a uma ilha como o Pico, que só tem a se congratular com este Governo, sobre questões fundamentais, era aquilo que eu não esperava.

Mas lá temos, em termos parlamentares, que demonstrar ao Sr. Deputado Duarte Freitas, com 3 ou 4 pinceladas de que não é assim.

Posso-lhe dizer que se V. Ex^a. anda interessado pelas coisas do Pico, deste lado andamos também seriamente interessados, não vou agora dizer se há mais ou menos anos, porque isso para aqui pouco importa. Temos responsabilidades deste Governo estar aqui, lutámos para que ele estivesse aqui, temos um programa que foi sufragado pelo povo, esse programa da nossa ilha depois veio para o Programa do Governo e foi aprovado nesta Assembleia.

Nós, Grupo Parlamentar do PS, em relação à Ilha do Pico, da análise que fazemos, todas as questões que lá estão, estão resolvidas ou equacionadas, bem equacionadas.

Se quiser podemos começar pelo porto de S. Roque, porque V. Ex^a. não gosta de falar no aeroporto do Pico, porque se fosse o governo do PSD, nunca teria essa obra. Mas essa questão os picarotos já perceberam muito bem e não vou perder mais tempo, porque é verdade que as pessoas do Pico estão satisfeitas, anseiam por aquela obra e dizem que se não houvesse mudança do Governo, nunca aquilo seria feito.

O porto de S. Roque é um porto difícil. Eu nunca apostei em obras difíceis para aquele porto, mas apostei em segurança e tenho a promessa, o Sr. Secretário já disse aqui neste debate, V. Ex^a. poderia ter ouvido, ele disse claramente: "Será feito no porto de S. Roque, com início este ano, a obra da grande reparação do porto de S. Roque. Tenho informação de que é uma obra a ser candidatada ao fundo de coesão, que poderá envolver verbas na ordem dos 2 milhões de contos".

V. Ex^a. sabe, porque já foi dito nesta Casa, de que estão sendo feitos ensaios laboratoriais no LNEC, sobre duas hipóteses de protecção da cabeça ou pelo modelo que foi feito nos caixetões para o porto do Corvo ou pelo sistema tradicional.

Não tenhamos pressa, eu sempre disse. Eu julgo inclusivamente que ninguém põe em causa nesta Casa a seriedade do actual Director da Junta Autónoma do Porto da Horta, com quem eu sempre tenho dialogado francamente e tenho recebido as melhores colaborações sobre estas questões técnicas. É ele que diz: "Não tenham pressa com o porto de S. Roque, porque faça-se lá, mas o que se fizer que se saiba que vai ter obra para muitos anos". Eu não vou dizer o nome dele aqui, por algum pudor, porque acho que as pessoas não devem ser chamadas aqui.

Vamos à frente.

Depois do Sr. Secretário falar das estradas, V. Ex^a. traz aqui à colação uma questão que eu julgo que não está bem explicada, mas que se explica facilmente.

Ninguém tirou nenhuma verba do sismo, para a habitação, de 1 milhão de contos. Há calamidade sismo/estradas e calamidade sismo/habitação.

Sai das estradas sismo e passa para estradas calamidades. Que fique claro.

Não se tirou nada àquilo que às vezes se pode querer dizer que as estradas não andam mais, porque houve uma revisão orçamental. Ninguém tirou verbas a ninguém.

Quanto à questão do Sr. Secretário ter dito que até ao virar do milénio o Pico teria uma rede de estradas nunca vista, toda a gente na Ilha está satisfeita, embora lhe custe muito, Sr. Deputado e ao seu partido, com o ritmo que está acontecendo nas estradas. V. Ex^a. também sabe que se não está nesta altura fechado o troço entre a Silveira e as Lajes do Pico, foi porque o Governo aceitou a sugestão da autarquia das Lajes do Pico. Esperou algum tempo por causa de algumas questões que tinham que ser feitas em termos de saneamento.

Vamos falar de quê? Das dívidas à lavoura, Sr. Deputado? Não, por aí não vamos.

Vamos falar da fábrica da Pico Labo? Não, Sr. Deputado, por aí também não vamos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Eu falei disso tudo. Do aeroporto, das estradas, etc.!

O Orador: Ah, falou! Exactamente! Mas o Sr. falou ali de uma maneira que eu parecia-me que não era a mesma Ilha, que não eram as mesmas pessoas que vivem naquela Ilha.

Eu comecei pelas dificuldades que nós sabemos que têm acontecido.

Outra dificuldade. Toda a gente gostaria e eu sei que o Sr. Secretário, que aqui está, está ausente, Duarte Ponte tem mais vontade do que ninguém de ser arranjado o porto de S. Roque, uma zona própria, agora para os barcos, que já não são os Cruzeiros Sr. Deputado Eugénio Leal, agora são barcos com 100 metros. Isso é que é difícil.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Os Cruzeiros já foram há 15 anos!

O Orador: Eu estou-lhe dizendo que, para se arranjar uma zona de passageiros dentro da bacia do porto de S. Roque, o que está sendo difícil é arranjar-se uma solução técnica, que não inviabilize depois a parte de cargas e que não vá pôr aquele porto pior do que aquilo que alguns, doutras partes da Ilha já querem dizer que ele é.

Estou aqui assumindo, sempre a colaboração que os Deputados da Ilha têm dado lealmente e também com alguma colaboração de alguma parte da Câmara de S. Roque, quanto a esta questão da fragilidade do porto de S. Roque, em termos da sua orientação interna, para que não vá depois colidir com outra parte.

Eu ficaria-me por aqui agora.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Sr Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:**

Eu também não quero falar aqui de coisas como as de algum tempo na Câmara de S. Roque, quando se pagavam festas por caminhos, caminhos esses que nunca foram realizadas e havia transferências de verbas para pagá-los de vinte e tal mil contos.

Não quero falar dessas coisas, nem aprofundar essas questões.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Ponha isso na Assembleia Municipal!

O Orador: Tal como as outras coisas se resolvem nos sítios próprios e já foram respondidas nos sítios próprios.

Queria dizer que não sei se estamos a falar da mesma ilha, se sou eu que estou a falar se é o Sr.. O Sr. tem que falar com os seus colegas, dos vários elencos camarários, para provar aquilo que eu disse, ou seja, não há um voto favorável a este Plano.

Deputado Manuel Serpa (PS): Não é verdade!

O Orador: Quem é que não está na mesma ilha, sou eu, ou é o Sr.?

É isso que eu não sei.

De resto, em relação, quer seja ao porto de S. Roque, desde 98 ou 97 que se vem falando nisso, quer seja em relação ao aeroporto nós sabemos qual é a Resolução que existe do Conselho do Governo.

Relativamente ao aeroporto sabemos as pressões que houve para ser encontrada outra solução. Sabemos também que de início havia a possibilidade da estrada Cachorro/Barca ser incluída nesse processo e não foi incluída. Sabemos que o Sr.

Presidente do Governo disse que estava muito satisfeito com a forma como a reconstrução estava a decorrer e tão grande deve ser a satisfação que retiram um milhão de contos da verba calamidades/estradas, mas não os põem no processo de construção de moradias e de realojamento das pessoas, que é isso que está a merecer grandes reclamações.

Se era assim, porque é que não se reforçou outra componente para o Pico, para o Faial e para as outras ilhas? É sinal claro que os Srs. estão satisfeitos com a forma como o processo da reconstrução está a decorrer.

Vozes do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (*PS*): **Sr Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr. Presidente e**

Membros do Governo:

Eu vou falar do passado, mas é do meu passado.

Nesta Casa, por diversas vezes, eu assumi conscientemente e responsabilmente aquilo que o Governo fez em relação à ilha, pela qual fui eleito.

Os Srs. Deputados mais velhos sabem que em 96, aquando da inauguração, ou com a perspectiva de conclusão da escola da Madalena, eu vim aqui publicamente relevar, exaltar e agradecer ao Governo a melhoria que fez em relação à ilha do Pico. Tenho aqui testemunhas que com aceno de cabeça, dizem que eu falo verdade.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Eu queria neste momento, deste lado, deixar aqui, com uma pontinha de emoção, o que acontece em relação ao aeroporto do Pico.

Há 15 anos que na Assembleia eu lutei por aquela causa. 15 anos, com intervenções de todo o tipo, algumas inflamadas, com certeza, mas sempre na perspectiva de conseguir para a Ilha um melhoramento do seu maior estrangulamento. Conscientemente, lutei por isso até ao fim .

Por isso nesta hora em que este Governo, com uma filosofia nova, isso é que interessa, não é a obra, é a filosofia de desenvolvimento nova, dá aos picarotos a possibilidade deles crescerem no futuro com uma ilha de progresso, eu quero aqui mais uma vez deixar o meu testemunho em nome dessa ilha e agradecer com orgulho a este Governo. Estou ao lado dele, dum Governo que perspectivou a nova maneira de estar nos Açores. Não queria deixar passar esta ocasião sem salientar conscientemente este facto e o meu preâmbulo teve em vista dizer que não o fiz só com este Governo, fiz com os outros Governos que corresponderam às ansiedades, aos anseios do povo da Ilha do Pico. Queria também, e não quero ferir de maneira nenhuma o sentimento do meu colega Deputado, Duarte Freitas, homenagear aqui também neste momento todos aqueles que lutaram, Deputados do PSD e do PS, durante anos, para que essa obra fosse feita. Digo com sentimento de grande sinceridade, se eu aqui nesta hora aplaudo este acontecimento, com ambas as mãos na terra, o ex-Deputado Martins de Freitas está aplaudindo no céu também com ambas as mãos.

Vozes do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS e Governo).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (**PSD**): **Sr Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:**

Não vou aqui apelar relativamente àquilo que antepassados meus terão feito, na defesa desse projecto.

Eu, embora novo, também, nas modestas capacidades que tenho, já o fiz.

Quero-lhe dizer mais uma coisa Sr. Deputado Manuel Serpa. Conforme o Sr. fez quando a escola da Madalena foi inaugurada, também quando o aeroporto depois de ampliado, como deve ser, for inaugurado, conforme os picoenses querem, também estarei eu cá para aplaudir.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes(*PS*): **Sr Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr Presidente e Membros do Governo:**

Na discussão das Propostas do Plano e Orçamento para o ano de 2000 mil coube-me a oportunidade de subir a esta tribuna para tecer algumas considerações sobre uma área que a todos nos deve preocupar porque dela resulta a segurança de pessoas e bens. Trata-se da Protecção Civil, como certamente já se aperceberam.

Sobre esta matéria e na qualidade de representantes do Povo desta Região, só nos fica bem salientar o trabalho e a eficácia, nas consecutivas respostas que este Governo deu às diversas calamidades naturais que recaíram sobre os Açorianos.

O Povo dos Açores solidarizou-se com as populações sinistradas e silenciosamente reconheceu a operacionalidade dos Serviços Regionais de Protecção Civil bem como a responsável e clara resposta do Governo a todas as consequências dessas adversidades da natureza.

Foram construídas novas e sólidas pontes, nomeadamente na Ilha das Flores. Repararam-se obras portuárias e por via disso criou-se mais e melhor segurança aos seus utentes.

A intervenção ao nível da recuperação da Ribeira Quente, e de uma forma geral no Concelho da Povoação, foi um bom exemplo para testar a boa capacidade deste Governo bem patente na execução física das obras de Construção Civil.

Com este Governo, felizmente, não se adiou nem se brincou com questões que jogam com a segurança das Pessoas e seus respectivos bens.

Para evidenciar uma postura bem diferente recorde-me, a título de exemplo, de ter acompanhado o Sr. Eng. Meireles, ex-Técnico do Laboratório Regional de Engenharia Civil, aos muros e pontes de São Jorge, afectados com o sismo de 1980 e do relatório que elaborou a esse respeito.

Registou este ilustre técnico, entre outros casos, o perigo eminente que oferecia, nomeadamente a ponte das Manadas e um dos muros de suporte da estrada da Fajã do Ouidor. A irresponsabilidade de quatro Governos Regionais do PSD, sujeitou a população de São Jorge a circular durante longos 15 anos, sendo os mais críticos entre 1980 a 1992, quando do porto comercial de São Jorge ou da Vila das Velas para o Concelho da Calheta andava-se, com autocarros e outras viaturas pesadas, na "corda bamba" ou seja sobre uma ponte que não oferecia o mínimo de segurança. Era tão certa

a sua instabilidade, que não suportou a fraca intensidade com que se sentiu nessa zona o sismo de 1997, embora casas de alvenaria seca se tenham comportado bem.

As situações acima referidas também já foi resolvida por este Governo.

Sr Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr Presidente e Membros do Governo:

Ao nível de novas estruturas, no âmbito da Protecção Civil, este Governo já criou a Secção destacada das Lajes das Flores, concluiu-se o Quartel das Lajes do Pico, construíram-se vários anexos de quartéis, iniciou-se o Quartel de Bombeiros de Ponta Delgada e no ano de 2000 iniciar-se-á o Quartel de Bombeiros da Ribeira Grande.

Mas um dos investimentos mais esperados e já adquiridos, por mais de um milhão de contos, é a rede de Radiocomunicações da Protecção Civil.

Mas outros passos foram dados:

- Procedeu-se à revisão orgânica do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros.
- Foram elaborados cinco Planos Municipais de Emergência, quando à tomada de posse do VII Governo não havia nenhum.
- Em 1996 havia dois Serviços Municipais de Protecção Civil constituídos, hoje há 10.
- Adquiriram-se 52 equipamentos de rádios a distribuir por toda a Região.

Se tudo o que acabo de dizer foi um contributo importante para a segurança de uma população bastante atingida por calamidades naturais, não menos relevante é o investimento, sem paralelo na história da Autonomia Regional, que este Governo realizou ao nível da habitação.

Com esta intenção e com os objectivos de contribuir para o desenvolvimento social da população açoriana, muitas famílias de estratos sociais mais carenciados de habitação tiveram acesso a um tecto digno que, para além de lhes oferecer o desejado conforto, foi, responsabilmente, tida em conta a segurança sísmica. Nesta área, os diversos programas existentes atingiram, em três anos, mais de 8 milhões de contos e a manter-se igual ritmo, até ao ano de 2000 o investimento, neste domínio ultrapassará os 10 milhões de contos até ao final desta legislatura.

Em termos contabilísticos, os diversos programas habitacionais, até agora, disponibilizaram 600 lotes, resolveram mais de 2300 processos e despacharam-se mais de 900 processos de reabilitação e conservação do parque habitacional.

Sr Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr Presidente e Membros do Governo:

Temos sido, nos últimos anos, bastante martirizados com calamidades - cheias, derrocadas, sismos e tempestades. Face a estas adversidades, tudo se fez, com passos seguros, para a reposição da normalidade. Foram constituídas equipas Interdisciplinares e intersectoriais para responderem cabalmente às diversas situações. Pela primeira foi estudado e tido em consideração as zonas de risco com o objectivo de aí não se construir. Está a reconstrução em curso de uma forma responsável, em que todos os trabalhos de consolidação e execução de novos empreendimentos na área da habitação estão a ser acompanhados, persistentemente, por técnicos da construção civil e os materiais a aplicar nas peças de estabilidade são de boa qualidade, contrariamente ao que aconteceu em São Jorge com a reconstrução do sismo de 1980 onde, o então Gabinete de Apoio à Reconstrução emborcava cimento, aço e areia nos respectivos locais, permitindo que, ignorantemente, os sinistrados, num total abandono, resolvessem mal as suas necessidades habitacionais.

Deputado Mark Marques (PSD): Mas a reconstrução foi feita mais depressa e as casas aguentaram-se!

O Orador: Oxalá que até lá a natureza não nos faça uma partida.

Deputado Mark Marques (PSD): Eu não tenho tempo senão respondia-lhe!

O Orador: Vi, sistematicamente, executarem betão armado com areia de má qualidade e de volumetria desajustada, sem tão pouco utilizarem brita nas peças de estabilidade.

A inércia foi parceira da negligência e por via disso nem tão pouco montaram um moinho para moer areia que custou milhares de contos e teve o fim trágico de apodrecer no parque das Obras Públicas de São Jorge.

Sr Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr Presidente e Membros do Governo:

Voltando às Propostas do Plano e Orçamento para o ano de 2000, verificamos que o capítulo da Protecção Civil apresenta-se com uma dotação de 1 049 450 contos, (superior em 100% relativamente ao último Plano do PSD) sendo 138 750 contos para a compra de viaturas, 542 400 contos para a construção/ remodelação de infraestruturas e equipamentos das Corporações de Bombeiros, 48 300 contos destinam-se à formação e Informação. Os restantes 320 000 contos serão para a ampliação do edifício do SRPCBA, reestruturação da Estação Açor, para a construção de um heliporto e suas vias de acesso, e para a rede de telecomunicações de emergência do SRPCA/IRBA.

Devo aqui destacar as conclusões, no próximo ano, dos Quartéis de Bombeiros de Ponta Delgada e da Ribeira Grande. Serão ainda ampliados os Quartéis da Madalena e do Nordeste bem como executadas as obras da Secção destacada da AHBV de Angra do Heroísmo - Altares.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deste debate percebi que só as pessoas humildes, como é o caso dos senhores Deputados do P.S.D., consideram bons os pobres Planos dos anteriores Governos e as propostas em discussão más, porque vão de encontro à vontade da larga maioria dos AÇORIANOS.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Tem a tribuna para uma intervenção o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

No âmbito dos serviços operativos dependentes do Secretário Regional Adjunto da Presidência, destacam-se as funções de coordenação e orientação no âmbito do apoio técnico-jurídico e de modernização administrativa, de supervisão do corpo inspectivo da Administração Regional, bem como a tutela das Autarquias Locais - funções essas aliás que bem justificam a inserção orgânica deste Departamento na Presidência do Governo Regional.

Ao nível da cooperação técnico-financeira com os municípios e freguesias da Região o apoio materializou-se, nos últimos três anos, em termos de Cooperação Financeira Indirecta, na celebração de 43 contratos ARAAL de cooperação, com 12 municípios, que totalizaram um investimento de 7,5 milhões de contos, bem como na celebração de 70 contratos ARAAL de colaboração e cooperação, com 17 municípios, num investimento total superior a 5 milhões de contos, sendo a participação do Governo Regional superior a 3,5 milhões de contos.

O pagamento das bonificações dos juros dos empréstimos contraídos pelas autarquias, abrangendo os 19 municípios da Região, foi de cerca de 500.000 contos.

Para além deste tipo de apoios, e no âmbito da DROAP, é prestado apoio técnico e jurídico às autarquias, bem como a elaboração de pareceres e informações, de que a recente revisão e edição do regulamento das touradas à corda, é apenas um exemplo.

No respeitante à Administração Pública Regional, a DROAP procedeu à elaboração de pareceres sobre propostas de diplomas de criação, extinção ou reestruturação de serviços, tendo igualmente publicado diversas edições de informação e apoio quer à Administração, quer ao cidadão, para além da aplicação à Região do Decreto-Lei 81-A/96 e legislação subsequente, que permitiu a regularização da situação de mais de 900 trabalhadores, bem como a elaboração e proposta a esta Câmara, do Decreto Legislativo Regional que regularizou a situação dos trabalhadores da Administração Regional abrangidos pelos programas MEFÉ e PROSA, permitindo a integração e consequente estabilidade profissional a mais de 500 funcionários.

No âmbito da modernização administrativa, foi incrementado na Região o programa INFOCID, para além de um conjunto de acções destinadas a uma maior aproximação entre o cidadão e a administração, promovendo a desburocratização dos serviços. Apostou-se igualmente na formação profissional, tendo ocorrido, nestes últimos três anos, cerca de 300 acções, o que significa um investimento aproximado do orçamento regional de cerca de 200 mil contos.

As verbas previstas no Plano para 2000 garantem a manutenção do nível quantitativo e qualitativo da cooperação técnico-financeira dos municípios e freguesias.

Continua a prever-se igualmente uma verba significativa para a formação dos funcionários e agentes das Administrações Regional e Local, o que permitirá a realização de cerca de 100 acções, para cerca de 2000 formandos, verdadeira aposta estratégica deste Governo.

Ao nível da modernização administrativa, prosseguir-se-á com a actualização do Roteiro da Administração Pública, e com a conclusão da actualização do Ficheiro Central de Pessoal. Prosseguirá a instalação, por todas as ilhas da Região, de modernos terminais INFOCID, na sequência do protocolo assinado com a Secretaria de Estado da Administração Pública e Modernização Administrativa.

Por último, gostaria de lembrar, embora tal facto tenha ficado bem patente aquando da discussão acerca do Orçamento Rectificativo para o corrente ano, que o aumento da Despesa com Pessoal tem tudo a ver com a revalorização das carreiras da Função Pública e com a regularização supra-aludida das situações de trabalho precário. Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos(*PSD*): **Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.**

Presidente e Membros do Governo:

Esta devia ser uma ocasião em que esta Assembleia devia discutir o conteúdo do Plano e Orçamento no que se refere aos seus programas e acções para as diferentes ilhas, no pressuposto que os anteriores planos apresentados e aprovados por esta Assembleia tivessem sido minimamente cumpridos resolvendo e realizando os vários projectos reivindicados pelas várias ilhas e que, numa visão socialista de pura gula política, o Governo assumiu e inscreveu verba para a sua realização.

Mas a realidade é outra, porque este Governo promete muito e cumpre quase nada.

No seu discurso, este Governo afirma aplicar uma política de investimentos nunca vista. Apresenta graus de execução na ordem dos 90% e mais, mas quando analisamos os relatórios de execução ilha a ilha a realidade é diferente.

As verbas são dadas como executadas globalmente na região, mas materialmente não se vê a sua execução.

Sr Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr Presidente e Membros do Governo:

Para que não seja acusado de inventar, vou passar a alguns exemplos dos investimentos que fizeram parte dos vários planos para a Ilha de Santa Maria e a sua realização no terreno.

Em 1997, o Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais, no âmbito da visita do Governo a Santa Maria, declarou estar escandalizado com o estado de degradação da Escola Preparatória Bento Rodrigues, tendo decidido elaborar o projecto de recuperação e adaptação.

Um ano depois e de novo em visita à Ilha, decidiu autorizar o lançamento da empreitada, cujo projecto ainda não existia, obra orçada em 145.000 contos. Para esta obra no Plano de 98 foi inscrita uma verba de 80.000 contos. Passa-se o ano e nada de obra. No Plano de 1999, é de novo inscrita uma verba de 100.000 contos, ou seja em Novembro de 1999, uma obra no valor de 145.000 contos, já tem orçamentadas verbas no valor de 180.000 contos e a escola continua na mesma.

Pelo mesmo Secretário e no ano de 1997 foram também assinados protocolos com a Casa do Povo de Santa Bárbara e Santa Casa da Misericórdia no valor, respectivamente, de 45.000 e 200.000 contos, para a construção de um polivalente e de um Centro Comunitário para Idosos.

Passados dois anos, as obras não surgem e vão sendo adiadas de ano para ano.

No Plano de 1998 e para caminhos rurais foram inscritas verbas no valor de 40.000 contos dos quais apenas foram aplicados 16.500 contos, e no ano de 1999, mais 20.000 contos. Nos dois anos o grau de realização material não passará dos 30%.

Sr Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr Presidente e Membros do Governo:

É fácil verificar o baixo grau de execução material dos vários planos da responsabilidade do Governo socialista na Ilha de Santa Maria, mas o Governo não contente dá como realizadas intervenções na desobstrução de ribeiras no valor de cerca de 10.000 contos, quando na realidade não foi efectuada uma única intervenção.

Deputada Sandra Bessa (PSD): Muito bem! muito bem!

O Orador: Já como realizado e no valor de 43.000 contos as intervenções nos portos de pesca, mas estes continuam na mesma e os que foram sujeitos a intervenção, esta não passou de alguns sacos de cimento.

Deputado Luís Resendes(PS): Não apoiado!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr Presidente e Membros do Governo:

Muito dialoga este Governo, mas apenas por pura formalidade porque quando decide, geralmente não leva em conta as opiniões recolhidas.

Este Governo lançou um concurso para o Sistema Integrado do Abastecimento de água a Santa Maria, que tinha como finalidade utilizar as condutas de distribuição de água ao domicílio e servir a lavoura mariense.

Depois dum longo diálogo entre os técnicos da Secretaria e a Autarquia, esta sempre defendeu a necessidade do reforço do abastecimento porque a água existente já não é suficiente para servir o consumo público, obrigando a cortes nos meses de Julho e Agosto, problema que seria agravado com o aumento do consumo pelas dezenas de explorações pecuárias.

Depois de todo o "diálogo" desenvolvido entre a Autarquia e o Governo, este lança o concurso não considerando o reforço do abastecimento de água.

Como resultado desta atitude irresponsável, Santa Maria vai dispor de um sistema que não poderá funcionar por falta de água.

Sr. Presidente, Sras e Srs Deputados, Srs Membros do Governo:

Muitos exemplos, de falta de realização das promessas deste governo para Santa Maria, poderia referir, mas a manifesta falta de tempo obriga-me a ficar por aqui.

Uma realidade indesmentível é que o Governo do partido socialista todos os anos apresenta altas taxas de realização financeira, mas em termos materiais as obras não surgem. O saco rosa engorda.

De facto este Governo apresenta os melhores planos anuais de investimentos, mas a sua realização é a pior de sempre e para basear esta minha afirmações refiro o exemplo do Plano de 1998 para Santa Maria. De uma verba global de investimentos no valor de 619.622 milhares de contos apenas foram executados financeiramente 355.724 milhares de contos.

Evaporaram-se 260 mil contos.

As minhas expectativas em relação aos planos dos anos anteriores tornaram-se numa total frustração.

Quanto ao Plano para o ano 2000 as acções são as repetidas nos anteriores planos e só posso é desejar que no próximo ano, ano de eleições, este Governo, pela primeira vez tenha a capacidade de orçamentar e realizar, para bem dos marienses e de Santa Maria.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado António Loura.

Deputado António Loura(*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Deputado José Maria Bairos:**

A sua intervenção vem no seguimento de muitas outras já aqui proferidas, um discurso sempre muito duro, muito negativo, muito de mal dizer.

Isto tudo para criar dificuldades ao Governo e para que ele, perante a opinião pública, fique com uma má imagem.

Tudo isto é uma estratégia montada no sentido de que o Governo não consiga governar com estabilidade. De qualquer maneira é uma situação de estratégia vossa, cujos resultados não sei se serão bem conseguidos, tendo em conta o resultado das eleições anteriores.

No que diz respeito ao Plano para Santa Maria, para o ano 2000, os projectos que estão lançados e que têm vindo a decorrer ao longo destes últimos dois anos, digamos que, são bons e necessariamente carecem de ser iniciadas as suas obras e a sua execução. Têm estado atrasados, por dificuldades várias, seguramente V. Ex^a., Sr. Deputado, tem conhecimento de algumas dificuldades que foram encontradas para a execução desses projectos, de qualquer modo penso que estão ultrapassadas a maior parte das dificuldades relativamente aos projectos de que falou na sua intervenção.

Um dos grandes projectos para Santa Maria e neste quadriénio, seria o sector agro-pecuário, em que nos debatemos para que o Governo considerasse o matadouro de Santa Maria, o abastecimento de água à lavoura e muitas outras pequenas acções que são de pouca relevância, em termos monetários, mas que são importantes para o sector agro-pecuário.

Relativamente ao matadouro de Santa Maria, não vale a pena explicar, pois o Sr. está por dentro do processo, tal como eu. Os terrenos indicados para a sua localização, são pertença do ministério da Defesa e há algumas dificuldades.

Tendo em conta que no próximo ano se irá conseguir a realização dessa transferência de terrenos e tendo em conta também o facto do abastecimento de água à lavoura de Santa Maria já estar em projecto de concurso para adjudicação da obra, há ali um pormenor na sua intervenção que não é correcto, ou seja, que vamos ter um plano integrado de água,

mas não iremos ter água para satisfazer as necessidades, primeiro dos utentes e depois da lavoura.

Quero lembrar ao Sr. Deputado que, aquando da visita a Santa Maria, para além disso que disse e que é verdade, o Governo no seu comunicado final, teve o cuidado de pôr o seguinte: " De acordo com a avaliação a efectuar na sequência da execução do projecto e na eventualidade de se mostrar necessário, o Governo Regional deliberará sobre a realização de obras subsequentes, com vista ao reforço dos meios de captação de água".

Por outro lado, também um dos grandes projectos que é o Centro Comunitário da Casa do Povo da Santa Casa da Misericórdia, é um projecto que tem conhecido muitas dificuldades, em termos da sua elaboração. Tenho conhecimento das dificuldades, quer ao nível da administração da Santa Casa da Misericórdia, como também dificuldades em termos do próprio gabinete de projecto, na conclusão do mesmo.

Tenho notícia de que esse projecto até ao final do ano ficará concluído e tenho a certeza que 2000 irá ser o ano efectivo do início dessa obra.

Por outro lado, ainda no âmbito da segurança social, é de relembrar que o Lar para Jovens e ainda até ao final deste mês, o Governo irá adquirir o imóvel que será convertido no futuro Lar de Jovens. Deve-se reconhecer aqui também o grande esforço do Governo nesta área, no sentido da Direcção Regional da Habitação ter feito com o requerimento de Santa Maria Madalena, um protocolo no sentido da recuperação de 25 pequenas casas que muito irá ajudar a criar condições de habitabilidade às pessoas que estão naquela instituição.

Por último, gostaria de referir também outro aspecto, que é o novo hotel, pois seguramente o empresário a quem foi adjudicada a obra estará em condições de, para o início do ano, iniciar o seu projecto.

Penso que - para quem no início do mandato tinha muitas dificuldades em função de projectos e acções que tinha implementado para a ilha, principiar do zero e com todas as dificuldades que houve na elaboração dos projectos - alguma coisa já está feita, agora resta ter esperança de que o próximo ano seja efectivamente o ano de grandes realizações.

Por outro lado, e por agora vou ficar por aqui, vou dizendo que tenho confiança neste Governo e estou optimista, fundamentalmente por duas razões: primeiro porque acho

que o Governo irá cumprir o prometido para com os marienses e, por último, que este irá ser seguramente uma peça importante no desenvolvimento de Santa Maria.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos(**PSD**): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.**

Presidente e Membros do Governo:

Eu vou ser muito rápido, porque tenho pouco tempo.

Quero apenas dizer ao Sr. Deputado Loura, que tudo aquilo que eu referi ali, não foi negado aí. São realidades. Foram essas que eu quis, de facto, deixar ali registadas e também lembrar-lhe que na parte final da minha intervenção apenas expressei um grande desejo, que de facto, o Plano para 2000 não tenha o mesmo seguimento que teve 97, 98 e 99. Foi o grande desejo que eu exprimi na minha intervenção.

Se, de facto, vierem a acontecer todas as realizações que fazem parte do plano 2000, eu também me congratularei nesta Câmara pela sua realização.

O que até a este momento, de facto, não está provado é que seja realizado, pois a prova que temos dos anos anteriores é altamente negativa.

Deputados Jorge Valadão e Sandra Bessa (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (**PS**): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.**

Presidente e Membros do Governo:

Eu acho que o meu colega Loura já disse praticamente tudo o que havia a dizer.

Contudo há aqui alguns pormenores que eu gostaria de acertar.

Em relação à Casa do Povo de Santa Bárbara, foi dito no comunicado do Governo do PSD, em 1987, que ia ser posta a concurso no ano seguinte.

A Casa do Povo de Santa Bárbara não andou mais depressa, porque quem está à frente da casa do Povo teve dificuldades em fazer o projecto da mesma, aliás, recebeu um projecto para um espaço em que a Casa do Povo não cabia lá dentro.

Em relação à Santa Casa da Misericórdia, idem, idem, aspas, aspas. A culpa não é do Governo, a culpa terá que ser imputada à Direcção, porque demorou tempo a mais para

fazer o projecto. Felizmente, esse projecto está feito e a obra irá ser posta a concurso, no início do ano.

Em relação à limpeza das ribeiras o Sr. Deputado está enganado, porque neste momento a ribeira que já não era limpa há 20 e tal anos - período do vosso Governo - a Ribeira da Praia que é a que cria mais problemas, se calhar o Sr. não conhece as ribeiras, estão a ser executados os trabalhos e na próxima semana ficará limpa.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Há 3 anos quando desapareceu não foi limpa!

O Orador: Espere, tem mais:

Em relação à água à lavoura, durante anos, anos a fio, a Câmara Municipal, os Deputados, aquele "role de mercearia", como vocês chamavam, quando chegava lá o Governo Regional e a gente dizia que era preciso fazer isto, que era preciso fazer aquilo, a água à lavoura é um desses aspectos. Mas sabe o que é que respondiam nessa altura? Que não tinham nada a ver com isso, que não faziam, que a Câmara se desenrascasse. Este Governo pelo menos fez uma coisa diferente. Ouviu os autarcas, ouviu os Deputados e vai fazer a obra.

Deputado José Ramos Aguiar(PSD): Em Santa Maria! Na Graciosa não!

O Orador: O projecto está feito, se faltar água há-de arranjar maneira de pôr as condutas, mas vai ser feito.

Sr. Deputado José Maria Bairos, o povo de Santa Maria já sabe há muito tempo o que quer e da próxima vez vai provar novamente o que quer.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): **Sr.**

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu penso que os Deputados da bancada do PS, de Santa Maria, já repuseram, nalguns pontos, a verdade.

Eu só acho confrangedor, que um Deputado de uma ilha, não conheça a sua própria ilha.

Penso que já houve aqui uma referência à questão da Ribeira da Praia. Eu referia-lhe outro, pois vi com os meus próprios olhos, durante a última visita à Ribeira da Lapa, o betão está lá novo.

(Apartes inaudíveis do Deputado José Maria Bairos)

O Orador: Vá lá e veja o que foi feito.

Quando diz que se inscreveram 10 000 contos, para fazer obras e não se fez nada, é melhor ir lá ver como S. Tomé e pôr o dedo não na ferida, mas sim no betão, para ver se ainda está fresco.

No que respeita ao projecto de abastecimento de água, avançou-se com os estudos prévios, fez-se uma sessão pública, dialogou-se com as autarquias, foram apontadas divergências em termos de interpretação sobre a capacidade de abastecimento, foi tomada uma posição pelo Governo no sentido de ter em consideração isso e vamos avançar tomando em consideração os ajustamentos que forem necessários.

Pode não gostar, mas vamos fazer. É isso que conta.

No que respeita aos outros é exactamente a mesma coisa.

Espero que, como S. Tomé, no dia em que as coisas estiverem lá feitas vá lá pôr o dedo na obra e nessa altura afirme que está feita.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos(*PSD*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.**

Presidente e Membros do Governo:

Vou começar aqui pelo role de mercearia.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Vocês é que chamavam!

O Orador: O role de mercearia continua neste momento, tem o mesmo tamanho e as mesmas questões. Continua na mesma.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Não é verdade!

O Orador: Quanto à distribuição de água, pela primeira vez, a autarquia tem no seu plano de investimentos para o ano 2000 a aquisição de um auto-tanque no valor de 14 000 contos, ou seja, quando se vai fazer o sistema integrado da ilha de distribuição de água, a autarquia prevendo o que irá acontecer, investe 14 000 contos neste momento para poder responder aos problemas que vão surgir por não haver água suficiente para todo este processo.

Sr. Deputado José Humberto Chaves, eu tenho a certeza absoluta de uma coisa que os marienses não querem.

Deputado José Humberto Chaves (PS): O que é?

O Orador: Ditaduras democráticas. Não vão querê-las de certeza.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves **(PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.**

Presidente e Membros do Governo:

Essa agora da ditadura democrática é terrível. Então como é que o Sr. Deputado pensa que vai dizer ao povo? Que não se vota no PS, para não termos uma maioria. Para a gente não dar três, zero!

Não é problema! O povo já sabe o que é que quer e já sabe que não quer o PSD lá. Vai-se meter os três. Na altura própria iremos ver.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Mas não vai haver ditadura!

O Orador: O Sr. sabe por acaso - devia saber isto - porque é que se vai comprar o auto-tanque? Não é por causa da lavoura.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Ah, não é?! É para tomar banho!

O Orador: É para abastecer zonas que têm dificuldade de abastecimento de água. Mas não é por causa do abastecimento de água à lavoura. É por causa de uma nascente, chamada nascente do Arrebentão que debita pouca água e é preciso ser todos os anos reforçada.

Se o Sr. não sabe deveria saber, porque é vereador.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Não foi isso que foi dito pelo Presidente da Câmara! O que ele disse foi isto que está aqui!

O Orador: O Sr. se calhar não ouve, ou ouve só aquilo que quer, por isso é que as pessoas não confiam em muitas coisas que o Sr. diz.

Presidente: Não havendo mais intervenções está concluída a discussão.

Vamos interromper os nossos trabalhos, para o jantar e retomaremos às 22 horas.

(Eram 17 horas e 40 minutos).

Presidente: Boa-noite. Peço o favor de ocuparem os vossos lugares, para darmos início ao encerramento do debate do Plano e Orçamento para o ano 2000.

(Eram 22 horas e 5 minutos).

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (**PCP**): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.**

Presidente e Membros do Governo:

Estamos no final dos debates das propostas de Plano e Orçamento para o ano 2000.

Sendo este ano o último da legislatura, são estas propostas as últimas que apreciamos no âmbito deste ciclo governativo de 4 anos.

As posições políticas que aqui serão assumidas daqui a pouco terão, assim, necessariamente que ter alguma ligação com uma apreciação global da acção governativa em curso durante esta Legislatura.

Os Planos e Orçamentos para 97,98 ,99 e 2000 foram presentes a esta Assembleia por um Governo da responsabilidade política do PS e, não do PSD como aconteceu em todos os outros anos de vigência do sistema autonómico.

Esta Assembleia, que os debateu e até agora que os aprovou, é constituída de forma a que o partido que apoia o Governo, não tem maioria absoluta.

Trata-se de uma situação que antes não tinha sucedido, com excepção da conjuntura especial ocorrida em 1992.

O Governo é outro, mas é curioso notar uma vez mais que a filosofia dos documentos, bem como a respectiva estrutura são, na prática, os mesmos desde o início do sistema autonómico.

Interessa sublinhar que, do ponto de vista do PCP/Açores, se mantém integralmente a apreciação de que foi muito positivo o facto de em 1996 se ter alterado a titularidade do poder político regional.

A Região, estava cansada de um poder que, cada dia que passava, manifestava cada vez menos aptidão para enfrentar as realidades e as necessidades que iam aparecendo.

Entretanto também não se pode deixar de dizer que o novo poder foi pouco audacioso em termos de mudanças e, que foi muito positivo que não tivesse tido maioria absoluta.

Ao longo da legislatura e nesta sessão deu para se perceber que o actual Governo, com a pouca vontade de mudança que tem, se tivesse maioria absoluta, teria imposto em vários casos concretos, soluções insuficientes ou mesmo más.

Sr Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr Presidente e Membros do Governo:

A posição final do PCP/Açores em relação ao Plano e Orçamento de 2000 será de abstenção.

Com esta abstenção pretendemos significar várias coisas e dar forma a várias posições.

Em primeiro lugar significa que pensamos que este Governo deve exercer o poder durante toda a legislatura. Dizemos isto hoje, mas já o dissemos o ano passado, quando havia outros que assim o não entendiam.

Em segundo lugar significa que concluímos que o voto positivo dado o ano passado foi desvalorizado pelo Governo, uma vez que não honrou o único compromisso assumido com o PCP/Açores e que era o de criar e pôr em vigor em 1999, medidas de compensação pelos custos da insularidade, o que só veio a acontecer agora, mas para vigorar em 2000.

Em terceiro lugar significa que, embora entendendo que o Governo deve governar, causou-nos muitas reservas várias práticas governativas, tais como a diminuição do diálogo com os parceiros sociais; a excessiva alteração anual das acções de cada Programa do Plano, esvaziando umas e reforçando outras; a tendência para fazer arrastar penosamente problemas respeitantes a ilhas mais pequenas e afastadas; a confidencialidade com que foi elaborado e apresentado o PRODESA, de entre outras questões.

Em quarto lugar a nossa abstenção significa que se é verdade que a nossa aposta não se vira, nem se virará nunca para o passado, também é verdade que a nossa luta, o nosso contributo e o nosso esforço também nunca servirá para dar cobertura aos que, dizendo sempre por palavras que combatem o passado, acabam por, nos seus actos, perpetuar aspectos determinantes desse passado.

Sr Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr Presidente e Membros do Governo:

Permitam-me que dedique breves palavras desta declaração final sobre o Plano e Orçamento à ilha que constitui o círculo eleitoral por onde fui eleito — a Ilha das Flores.

A partir de 1988 muitos dos problemas crónicos das Flores começaram a ser muitíssimas vezes aqui colocados, começaram a ser muito debatidos e alguns começaram a ser resolvidos.

Temos que ter a noção exacta e rigorosa que este esforço de conseguir a resolução dos problemas das Flores, se é verdade que era exigido no tempo do PSD, não é menos verdade que tem de continuar neste tempo do PS.

Conforme dissemos durante esta discussão, basta olhar para o que não foi executado no Plano de 99 e que só o será, e parcialmente, no Plano de 2000, para se perceber que para que a Ilha das Flores não seja posta de parte, as reivindicações têm de continuar para além do próximo ano.

Sr Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr Presidente e Membros do Governo:

Uma última palavra, para recordar que será o Orçamento para 2000 o primeiro Orçamento Regional a pagar um digno complemento de pensão aos reformados, pensionistas e idosos, e será o primeiro orçamento a pagar a remuneração complementar regressiva, que vão compensar custos da insularidade.

Esta realidade, decidida nos termos em que o foi, por esta Assembleia Legislativa, por maioria, mas contra a vontade do Governo e do partido que o apoia, prova que o progresso dos Açores só se fará num enquadramento político em que ninguém possa pôr e dispor sozinho.

Terminámos estes longos debates afirmando a nossa profunda confiança no futuro da democracia nos Açores, afirmando o profundo significado que tem para a nossa sociedade as várias lutas e acções de entre as quais se destacam, por serem as mais recentes, a dos professores contratados, as manifestações dos sindicatos da administração pública, a manifestação dos lavradores do Faial, na defesa dos seus legítimos interesses.

O Orçamento de 2000 não é um instrumento totalmente adequado, mas será ele que irá dar execução às medidas de profundo significado político e positivo impacto social, que foram aqui aprovadas.

Este facto, por si só, faz-nos confiar no futuro.

Disse

Presidente: Para proferir a sua intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.**

Presidente e Membros do Governo:

Ao longo dos anos, a apreciação pela Assembleia Legislativa dos Planos e Orçamentos do Governo Regional tem constituído, por norma, o momento de mais intensa discussão parlamentar e de maior expectativa política, nomeadamente nestes últimos três anos, dada, felizmente, a inexistência de maioria absoluta, por parte do Partido que suporta o Governo.

Porém, na apreciação das Propostas do Plano e Orçamento para o próximo ano 2000, a situação é algo diferente.

Desde logo por se tratar do último ano da actual legislatura, o que retirou qualquer expectativa quanto ao resultado final das votações dos documentos, e pelo facto do mandato do Governo Regional, terminar em Outubro próximo, e, por isso, tão pouco nem coincidir com a vigência do Orçamento.

Por outro lado, as decisões mais importantes para o próximo ano ocorreram em relação aos diplomas estruturais que foram discutidos e votados nos primeiros dias desta semana.

Na verdade este Orçamento ficou decisivamente influenciado por decisões históricas decorrentes de Propostas do Partido Popular e das restantes forças políticas da oposição. Desde logo a aprovação da Proposta do Partido Popular de Redução dos Impostos na Região para o ano 2000, constitui uma importante vitória das dezenas de milhares de contribuintes dos Açores que assim vêm consagrado pelo Parlamento dos Açores uma justa, equilibrada e coerente adaptação à Região do Sistema Fiscal Nacional.

Para o Partido Popular a atenuação da carga fiscal sobre as pessoas singulares continua a ser uma exigência, para melhorar as condições de vida dos que residem nos Açores e que suportam os custos da Insularidade.

Como todos sabemos o sistema fiscal existente é implacável para os contribuintes trabalhadores por conta de outrem, atingindo de forma bastante penalizadora a classe de médios rendimentos.

Daí que o facto de no ano 2000 os contribuintes dos Açores irem pagar menos 20% de IRS do que os do resto do País se afigure absolutamente correcto.

Esta medida irá possibilitar que as famílias açorianas que descontam para o IRS vejam o seu rendimento disponível aumentar com o conseqüente impacto no crescimento do investimento e do consumo privados sobre a economia regional.

Aliás, esta medida é tanto mais oportuna quanto se assiste a um preocupante endividamento da classe média, a par da tendência para o aumento das taxas de juro.

Com esta redução de 20% no IRS e com a redução de 30% no IRC introduzida este ano, que muito vai beneficiar as empresas dos Açores, o Partido Popular está assim a contribuir para a maior reforma que se pode operar na economia dos Açores, com base nos princípios em que acreditamos e que têm dado frutos por esse mundo fora: mais iniciativa privada, mais criatividade individual, menos estado e menos burocracia socialista.

Nós acreditamos nas pessoas, na sua capacidade de investimento e nos efeitos positivos do consumo privado sobre a economia.

É preciso dar à classe média açoriana o papel que lhe compete de dinamização da nossa sociedade, valorizando aqueles que trabalham e produzem riqueza, em vez de sistematicamente os penalizar.

Não podemos nem devemos continuar submersos numa sociedade e numa economia em que o Estado assume o grosso do investimento total e uma excessiva fatia da despesa global.

Aliás, ficou demonstrado, na apreciação deste Orçamento, que o principal argumento da queda da receita utilizada pelo Governo e pelo PS, para estar contra a Redução dos Impostos nos Açores, caiu pela base, já que se tem assistido a um aumento espectacular das receitas fiscais, apesar da redução nos Impostos.

Por isso, o que se exige ao Governo Regional é que haja mais parcimónia no uso dos dinheiros dos açorianos e que se corte no preocupante despesismo que caracteriza alguns sectores da nossa administração pública.

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Outra grande inovação, com impacto neste Orçamento, é a que resulta na decisão de atribuir um Complemento Mensal de Pensão para os pensionistas e reformados

residentes na Região, com base em alterações propostas pelo Partido Popular, PSD e PCP.

Na verdade, dado que não existe maioria absoluta neste Parlamento, os pensionistas e reformados dos Açores vão passar a receber, a partir de 1 de Janeiro, como compensação pelos custos da insularidade, um complemento mensal de 6 000 escudos para as pensões e reformas com valores inferiores ao salário mínimo nacional, sendo reduzido percentualmente este montante à medida que aumentam as pensões.

Trata-se de uma justa compensação àqueles que já deram uma vida de trabalho à sociedade e ainda auferem pensões de miséria.

Aumentar 6 000 escudos em quem recebe 24 000, e tem tido aumentos anuais pouco superiores a 1 000 escudos, tem inequivocamente um grande significado.

O Partido Popular congratula-se e honra-se com esta decisão conjunta dos Partidos da Oposição e entende que este esforço orçamental é compensador.

Outra decisão histórica conjunta da Oposição atribui uma remuneração complementar mensal de 8 500 escudos aos trabalhadores da Administração Regional e Local com índice igual ou inferior a 135, sendo reduzida à medida que os índices aumentam.

Durante esta semana, graças à inexistência de uma maioria absoluta do Partido Socialista, foi possível aprovar pelos Partidos da Oposição um conjunto de importantes benefícios que envolvem todos os contribuintes dos Açores, os pensionistas e reformados e os trabalhadores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os Planos anuais dos sucessivos Governos Regionais têm vindo a perder algum crédito, na medida em que se têm transformado, cada vez mais, em documentos onde os Governos tentam contentar todas as aspirações de cada uma das Ilhas da Região, mas sem atenderem à real capacidade de virem a executar, no período determinado, os projectos e as acções inscritas.

O mais grave é quando já existe por parte do Governo a intenção de não executar alguns daqueles projectos.

Neste aspecto, ficou demonstrado, durante esta apreciação do Plano Governamental para 2000, que este se limita, no essencial, a dar andamento a acções que estão em curso e a

retomar as promessas que sistematicamente vêm sendo inscritas nos Planos anteriores, sem a execução desejável.

Para os açorianos mais atentos, este governo do Partido Socialista na sua política do não cumprimento do programado em nada se distingue dos Governos que o antecederam.

Isto desacredita a Administração.

Em cada uma das Ilhas dos Açores todos nós conhecemos dezenas de casos de promessas que estão prometidas desde o Plano de 1997, mas que não avançam. Se fosse agora dar exemplos nunca mais acabava.

Neste capítulo este Governo tem vindo a desiludir.

Porém, é bom reconhecer que o actual Governo do PS tem uma enorme e eficaz máquina de propaganda na Comunicação Social que lhe tem proporcionado uma aparente boa imagem.

O Governo Regional do PS tem tido algumas medidas inovadoras e muito positivas para a Região e para as suas populações, nomeadamente nos primeiros dois anos do seu mandato.

Porém, à medida que o tempo passa, tem vindo a transformar a sua prática numa rotina que compromete as expectativas criadas.

Este Governo Regional arredou dos seus objectivos a realização das reformas que a nossa Região exige, quer no campo social quer na área económica, sendo notória a crescente insatisfação de diversos sectores da nossa sociedade face à incapacidade Governamental de dar as adequadas respostas aos problemas que persistem nos diversos sectores.

É ver o caso da reconstrução do Faial e Pico que parece não ter limitações financeiras, mas cuja dinâmica foi desde o início marcada pela lentidão da máquina burocrática da Administração Socialista, apesar da bondade da legislação em vigor aprovada pelos partidos da oposição.

É ver a indefinição que paira na lavoura açoriana e a sua insatisfação pelo facto de o Governo não cumprir com as suas promessas nem acautelar devidamente a resolução dos seus problemas, que, em geral, se mantêm semelhantes aos que existiam no passado. Se excepcionarmos o bom trabalho que tem sido feito nos perímetros agrários, a lavoura continua a debater-se com a desvalorização dos seus produtos, a falta de infraestruturas,

o mau estado dos caminhos agrícolas, dos atrasos nos projectos de investimento e agora até a ameaça da falta da quota leiteira.

Se no turismo, em algumas ilhas, o sector tem evoluído muito positivamente, nas pescas, por exemplo, continua a assistir-se a um relativo abandono do sector, com um tratamento discriminatório para com os pescadores artesanais, em comparação com outras áreas da actividade.

Nas áreas sociais, o caos que se vive na Saúde é preocupante e não tem tido a devida resposta, apesar da Assembleia Regional ter dado ao Governo a legislação que este pretendia.

Finalmente o Rendimento Mínimo Garantido, que é obra do Governo da República, poderia e deveria ser na Região um importante instrumento de assistência social aos excluídos da sociedade, nomeadamente junto daqueles que estão incapacitados de auferir o seu meio de sustento.

Infelizmente, nos Açores, em muitos casos, o Governo Regional não tem sabido ou querido fazer uma boa aplicação desta importante medida social.

Com isto tem-se criado imensas injustiças, o controlo e a fiscalização não funcionaram eficazmente e nalguns casos em vez do Rendimento Mínimo trazer mais gente para o mercado de trabalho está levando, injustamente, gente do trabalho para o Rendimento Mínimo, à custa dos que de forma séria persistem em trabalhar.

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Partido Popular tem tido, como é de sua obrigação uma atitude construtiva neste Parlamento.

Como somos decisivos para a formação da vontade da Assembleia Regional, a nossa votação vai sempre no sentido do que achamos que é melhor para os Açores, ora viabilizando projectos do Governo, quando estes se afiguram justos, ora aprovando propostas da oposição, quando estas parecem mais adequadas aos desejos dos açorianos. Estamos certos que os Açorianos reconhecem que esta é a grande vantagem da não existência de qualquer maioria absoluta nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Para proferir a sua intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (*PSD*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:**

Este é o último Plano e Orçamento que o Governo socialista apresenta à consideração do Parlamento.

As promessas, desta vez, dirigem-se para o simbólico ano 2000.

A um ano do fim da legislatura o Governo insiste em apresentar-se por contraste com a oposição e o passado, para fugir ao juízo que três anos de governação socialista já permitem.

Não é o PSD que tem de prestar contas do seu passado, é o Governo que tem de o fazer sobre o passado que já tem.

Com esta tentação de olhar para o passado, o Governo ainda vão tropeçar no futuro.

Este Governo não é novo, nem recente.

A esperança dos primeiros tempos esmoreceu.

A crença num estilo diferente revelou a apetência pela conflitualidade institucional.

O diálogo é aparente e formal e raramente conhece o desfecho feliz do consenso.

O "benefício da dúvida" que as primeiras promessas consentem deu lugar á certeza de relatórios de execução incomensuravelmente piores do que os planos apresentados.

O "estado de graça" que a mudança suscita passou. Os açorianos já desembrulharam este Governo e cada dia que passa sabe-se melhor o que realmente é.

Este Governo já não é o que foi e, mesmo no princípio, nunca chegou a ser o que parecia.

O tempo está a dar razão ao PSD.

Nunca se sentiu tanto como agora o distanciamento do Governo e do P.S. das suas próprias promessas.

Chegado ao poder, o P.S. trocou compromissos por conveniências.

Nunca como agora este Governo se viu tão isolado no Parlamento e nos Açores.

Esta semana foi o exemplo de que este Governo está em rota de colisão com inúmeros interesses justos e legítimos da sociedade açoriana.

Incomodado, acusou a oposição de defender interesses sectoriais e corporativos, aos quais não soube dar resposta, nem consensualizar.

Actuou com sectarismo, revelando que primeiro estão os seus interesses partidários, depois as promessas e, por fim, os açorianos.

Nunca, como nestes dias, tantos se manifestaram tanto contra o Governo, pela sua insensibilidade, ausência de diálogo e falta de obra.

Virou costas aos interesses dos sindicatos e dos trabalhadores, não dá resposta às reivindicações dos agricultores, não é sensível aos anseios dos empresários, não é solidário com as autarquias e os seus municípios.

Tudo em nome de um rumo que não descortinamos, pois governa sem sentido colectivo, sem destino programático, sem coerência estratégica.

A chamada "Nova Autonomia", que não é mais que uma imagem publicitária, está a envelhecer precocemente.

O tempo é assim para quem não o aproveita devidamente.

O tempo não perdoa.

Não há AD, muito menos AD mais PCP, mas sim o Governo menos as suas promessas.

Os entendimentos ocasionais entre o PSD, o PP e PCP resultam da incapacidade do Governo se entender com a sociedade e os partidos, ou pelo menos com alguns partidos da oposição.

Se o Governo deseja o "bloco central" dos seus interesses, dificilmente terá no PSD um interlocutor.

Não aceitamos uma espécie de partido único, fruto de um pluralismo democrático débil.

Sr Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr Presidente e Membros do Governo:

O PSD reagrupou energias, aproximou-se dos açorianos e dos seus interesses, dá respostas aos açorianos dentro e fora do Parlamento.

Nunca um partido da oposição e alternativo ao poder serviu tanto e tão bem os açorianos.

Na oposição trabalhamos para o povo, não descansamos à espera de uma oportunidade de poder.

Contra o poder dos que pensam que tudo podem, exercemos o poder que os eleitores nos deram.

Um poder legislativo e democrático que exercemos com responsabilidade.

Nós não obstruímos a acção governativa, ultrapassamos um Governo passivo, atrasado, pouco disposto a cumprir as suas próprias promessas.

Aumentar as pensões dos açorianos, na medida justa como o P.S.D. e a oposição fez, é para o Governo uma atitude irresponsável e de obstrução à actividade governativa.

Para nós, aumentar as pensões é fazer justiça social.

Criar o subsídio de insularidade ou remuneração complementar, na medida justa como o P.S.D. e a oposição fez, é para o Governo uma atitude irresponsável e de obstrução à actividade governativa.

Para nós, criar o subsídio de insularidade, é fazer justiça, combater os custos de insularidade, cumprir um compromisso do PSD e uma promessa do PS.

O P.S.D., com os seus votos decisivos, votou a favor destas medidas.

O P.S. votou contra.

Assim registará a história. Assim não se esquecerão os açorianos.

Nem o aumento do salário mínimo nacional o P.S. votou.

O Governo, ontem como hoje, é avesso à redução de impostos, mas mais por egoísmo financeiro do que por uma questão de política fiscal.

O grande princípio é o de que o dinheiro está melhor na tesouraria do Governo, para distribuir eleitoralmente, do que nas mãos do povo.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: As autarquias são olhadas pelo Governo com desconfiança partidária, em vez de prevalecer a cooperação e solidariedade institucional.

Face ao Decreto aprovado por esta Assembleia sobre o reforço financeiro das autarquias, o Governo insinuou não o cumprir e está preparado para virar as costas ao diálogo.

Somos acusados de descapitalizar o Governo quando aumentamos as reformas, criamos o subsídio de insularidade, reforçamos a capacidade de investimento das autarquias, reduzimos o I.R.S..

Mas para que os açorianos fiquem sabendo, as medidas justas que o P.S.D. aprovou, descontadas as verbas que o Governo tinha para as suas exíguas propostas, representam um acréscimo que não chega a 1,5 % do Orçamento da Região.

O Governo não está descapitalizado, os trabalhadores e os reformados é que estão melhor graças ao P.S.D. e à oposição.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD).

O Orador: Esperemos que o Governo não se vingue nos açorianos dizendo, sobre tudo e sobre nada, que não resolve problemas por causa da oposição, como parece já ter começado a fazer.

Esperemos que os pensionistas, os trabalhadores, os contribuintes e os munícipes não se transformem no "bode expiatório" da incapacidade governativa do Partido Socialista.

O que o Governo chama descapitalização do Orçamento por via das medidas aprovadas pela oposição não chega a 1,5% do Orçamento, quanto aos restantes 98,5% do Orçamento manter-se-ão intactos.

Isso não é obstruir a actividade governativa, pelo contrário, é melhorar a actuação de um Governo, em plena sintonia com interesses dos açorianos.

O Governo vai continuar a lançar mais esta campanha contra a oposição, que nunca elogia, por melhor que sejamos, por muito de bom que façamos.

O PSD trabalha para prestigiar o Parlamento, o Governo tudo faz para combatê-lo

Muito para além do compreensível confronto político, a afronta ao Parlamento é desnecessária e, por isso, reveladora de uma estratégia que põe em causa a qualidade da democracia e contraria o sistema parlamentar.

A insistência no combate ao Parlamento é tanta e tão desajustada que é publicamente notória e os açorianos começam a valorizar esta oposição maioritária, por contraste com os perigos que este Governo minoritário exhibe.

Sr Presidente, Srs Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nos últimos três anos o PSD absteve-se nos Planos e Orçamentos anuais.

É o contributo responsável do PSD para a estabilidade política.

Não o fazemos por gostar do Plano e Orçamento, nem por acreditar no Governo que as propõe.

É imprescindível, isso sim, que a Região tenha tais documentos, que só podem ser, na sua essência, os do Governo e não os da oposição.

Assim o Governo será avaliado na exacta medida do que foi e não foi capaz de fazer.

O Governo teve todas as condições para prosseguir o seu programa e uma grande parte dos decretos que apresentou foram aprovados.

A oposição do PSD não é motivada por uma simples questão partidária, não trabalhamos para os nossos, mas por uma razão política que recolhe o sentimento de muitos açorianos.

Crescem os descontentes na exacta medida que o Governo tende a piorar.

Hoje, fala-se mais nos riscos de uma suposta vitória socialista, do que nas suas virtudes.

O PSD sabe aprender com os seus próprios erros. Estamos a criar um projecto novo.

O mínimo que se pode dizer é que o PSD está a melhorar e o PS a piorar.

Deputado Jorge Valadão (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Estamos a engrossar as fileiras de uma alternativa credível.

Perante os erros, o Governo socialista nunca tem culpa, pois a culpa é preferencialmente da oposição e do passado, de Lisboa ou de Bruxelas, nunca dos membros do Governo.

Mas este Governo tem culpa pelo que não faz, pelo que não quer fazer.

Perante as dificuldades faz-se um grupo de trabalho, cria-se uma comissão, agenda-se uma reunião, tudo para adiar, para alimentar esperanças às quais se vira as costas.

Tudo o que está à volta do Governo corre o perigo de ser culpado - técnicos, parceiros, sindicatos, associações, institutos, autarcas, deputados, jornalistas, utentes, contribuintes, pensionistas, empresários, consumidores, eleitores e cidadãos, mais dia menos dia, servem de desculpa ao Governo.

Quando não se quiser dar a uns, dirá o Governo que é por causa dos outros.

Nunca será assim com todos ao mesmo tempo, mas caso a caso, questão a questão, problema a problema, é esse o nosso destino perante um Governo que não gosta de assumir as responsabilidades.

O problema do Governo é que o eleitoralismo permanente nunca solidificou um projecto, o verbo sem exemplo nunca convenceu um homem.

O futuro é substituir o autoritarismo pela "autoridade consentida", o despesismo pelo rigor, a sucessão de táticas pela estratégia, o artificialismo pelo desenvolvimento sustentado, o conflito pela cooperação, a publicidade pela verdade, a promessa pela obra.

O Governo existe; às vezes dialoga, mas não é esse o seu estilo, às vezes decide, mas não é essa a sua vocação natural, às vezes coopera, mas não é essa a sua regra.

Não podemos dizer que este Governo não faz nada, o problema é que está muito aquém do prometido, face aos milhões anunciados há pouca, muito pouca obra.

Os economistas são unânimes - este Governo tem, teve, uma conjuntura económica muito favorável que não soube aproveitar.

O Governo teve sorte com a conjuntura, os açorianos é que não tiveram sorte com o Governo.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD).

Presidente: Para proferir a sua intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes *(PS)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.**

Presidente e Membros do Governo:

Mais uma vez, cumprindo o que está estatuído, esta Assembleia Legislativa Regional procedeu ao debate do Plano e Orçamento agora para o ano 2000.

Mais uma vez o Governo Regional submeteu à apreciação desta Câmara a sua proposta política global de desenvolvimento, consubstanciada em políticas sectoriais coerentes assentes em recursos financeiros devidamente explicados e orçamentados.

Com o debate e aprovação destes documentos completa-se um ciclo de quatro anos equivalente a um Plano a Médio Prazo que a oposição sempre rejeitou neste parlamento.

Contudo e apesar de inviabilizado esse quadro de referência estável e orientador que constitui o PMP, enquanto instrumento de orientação estratégia, foi possível ao Governo gerar confiança, prosseguir no desenvolvimento e manter a estabilidade social.

Tudo isto marcado ainda pelos sobressaltos resultantes das catástrofes que nos assolaram durante todo este tempo.

Convenhamos meus senhores que não foi tarefa fácil mas é obra que fica a crédito deste Governo.

Tudo isto ainda, sem maioria parlamentar e em confronto com uma oposição muitas vezes obstaculizadora e outras vezes geradora de perigosos conflitos institucionais que acabaram por morrer à falta de alternativas e à míngua de coragem política.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O início da vigência das propostas aqui debatidas terá lugar num peculiar quadro político nacional e europeu.

No nosso país, mantém-se um Governo do PS chefiado por um 1º Ministro cuja política em relação a esta região não tem qualquer paralelo na histórica e em quem os açorianos votaram massivamente no passado mês de Outubro.

Nos Açores, mantém-se um Governo do PS chefiado por Carlos César que é garantia de uma relação estável e solidária entre o Estado e a Região como de resto já foi aqui reconhecido pela oposição.

Deputado Augusto Élavai (PS): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

O Orador: É também por isso que é possível hoje à Região aceder a programas nacionais e comunitários com projectos da maior relevância em diversas áreas, das quais se destaca o Ambiente e a Habitação para não falar de muitas outras.

Ao nível da U.E., terá início o III QCA e o conseqüente arranque do novo Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico dos Açores que designam os por

PRODESA, esperando-se ainda medidas concretas de apoio às RUP's neste momento em debate em Bruxelas, no desenvolvimento do novo artº 229º, nº 2 do Tratado de Amesterdão.

De considerar ainda, como aqui foi referido, a presidência portuguesa da U.E. durante o primeiro semestre do próximo ano, momento da maior importância para a nossa afirmação no contexto da política de integração europeia.

Sr Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr Presidente e Membros do Governo:

Enquadrados assim este Plano e este Orçamento, no contexto político regional, nacional e comunitário importa agora referir muito sumariamente os destinatários destes documentos.

Os Açores e os açorianos que o mesmo é dizer, os cerca de 240 mil habitantes destas 9 ilhas outrora chamadas de adjacentes e agora apelidadas de ultraperiféricas, no âmbito de uma Europa, que se esforça em unificação neste dealbar do ano 2000.

Somos realmente 240 mil pessoas dispersas e porventura economicamente frágeis, mas também ricos de história e tradição arreigados a estes pedaços de terra, onde diariamente labutamos afincadamente pela nossa vida e pelo futuro dos nossos vindouros.

Confrontando a taxa de natalidade com a taxa de mortalidade, podemos dizer que, lentamente, começamos a ser mais.

Praticamente já não emigramos para outras paragens.

Trabalhamos 40,2% de nós, cerca de 91.000 indivíduos, dos quais 52% são homens e 29% mulheres.

A nossa taxa de desemprego tem vindo a baixar sucessivamente e apenas estão sem trabalho cerca de 4% da população activa.

O sector primário ocupa ainda muitos de nós, mas é o comércio, a administração pública, a educação e a saúde que absorvem cerca de 60% do emprego.

Pescadores somos 4.500 em 1.700 embarcações, desafiando um mar imenso onde a nossa zona económica exclusiva tem perto de 1 milhão de Km².

Existem mais de 60.000 alunos no ensino não universitário e quase 5.000 professores.

O Serviço Regional de Saúde dispõe de quase 400 médicos, 900 enfermeiros e mais de centena e meia de técnicos de diagnóstico e terapêutica.

Temos mais de um médico por mil habitantes

A distância que temos de vencer em relação aos grandes centros provoca-nos constrangimentos vários, nos transportes e no funcionamento dos mercados. A inflação ronda os 3% e tem vindo a descer numa trajectória que se aproxima da convergência com a inflação continental.

Cada vez nos visitam mais.

Este ano estima-se em mais de 500 mil o número de hóspedes até ao final do ano o que corresponderá a um aumento relativamente ao ano passado de cerca de 20%.

O PIB está a subir aproximando-se dos 341 milhões de contos, sendo a taxa de crescimento médio anual de cerca de 7%.

Caminhamos, agora, no sentido da convergência económica e social com a média europeia, ainda não à velocidade desejada, mas já não a um ritmo menor, como acontecia no tempo em que o PSD nos governava.

Vivemos hoje num espaço de ampla liberdade cívica sem proteccionismos ou paternalismos e afastámos definitivamente antigas tensões entre o Estado e a Região inaugurando uma nova era de relacionamento a que chamamos “autonomia cooperativa”.

Um pouco por toda a parte reina a confiança e o optimismo e podemos hoje dizer que já não vivemos em “ilhas de bruma”.

Sr Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr Presidente e Membros do Governo:

Durante estes dias ouvimos atentamente o discurso da oposição.

Tomámos notas, lemos e relemos folhas e folhas de papel e nada ou muito pouco encontramos de positivo.

Genericamente tudo está mal!

Tudo é uma desgraça!

Tudo são “nuvens negras” num discurso permanentemente derrotista e cego perante a realidade.

Porém como eu dizia um dia destes “já ninguém acredita”.

A leitura dos Diários desta Assembleia sobre os debates dos Planos e Orçamentos desde 1996 é bem elucidativa desta postura. Já então se propalava o caos e a desgraça que o tempo se encarregou de desmentir.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Não vou escarpelizar aqui os documentos que em breve iremos votar.

Os senhores secretários regionais já o fizeram com maior propriedade e competência e os deputados do PS já se pronunciaram sobre o planificado nos diversos sectores e nas várias ilhas.

Direi apenas duas ou três palavras sobre esses documentos.

Estamos perante um plano de investimentos que consagra três objectivos operacionais.

- Reforçar a sustentabilidade do Crescimento Económico;
- Dinamizar a qualidade e a coesão do potencial humano;
- Afirmar a realidade Regional no quadro nacional e comunitário.

Assente nestes objectivos e dotado de 34 Programas, e de centenas de projectos e acções, o Plano para o ano 2000 é um instrumento politicamente coerente e de progresso.

Aí se prevêem medidas de maior relevância para os sectores produtivos desde a Agricultura, às Pescas, ao Turismo, e aos Transportes. Aí se assegura a continuidade do desenvolvimento, a modernidade que se exige e aí se potenciam importantes melhorias desde há muito reivindicadas pelos açorianos e designadamente pelos agentes económicos.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Nos sectores sociais espelham-se importantes propostas de solidariedade social, relevantes investimentos na saúde e na educação, apoios a jovens e idosos, mais cultura e mais desporto, melhor habitação e melhor qualificação e formação profissional.

Está envolvido um valor global de 50,9 milhões de contos ao qual, se adicionarmos o cofinanciamento de outros fundos nacionais, regionais e comunitários, chegamos a um valor de investimento público da responsabilidade directa do Governo Regional, que atingirá 63,6 milhões de contos.

No que ao orçamento respeita, o mesmo atinge um valor global de 179,7 milhões de contos.

Trata-se igualmente de um documento coerente com a política seguida por este Governo, onde se evidencia a tendência crescente para o autofinanciamento das despesas públicas.

Rigor e transparência são as linhas mestras do orçamento para o ano 2000.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Uma palavra ainda para o facto de pela 1ª vez se consagrarem no diploma orçamental os sectores estratégicos definidos pelo Governo, passíveis de benefícios fiscais, designadamente através de deduções à colecta e de outros, em regime contratual, para investimentos com o valor mínimo de 500 mil contos.

Poderão beneficiar assim de deduções à colecta investimentos que visam a:

- criação de novas unidades hoteleiras ou ampliação das já existentes.
- aquisição de embarcações de pesca
- investigação científica e o desenvolvimento experimental com interesse relevante.

Sr Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr Presidente e Membros do Governo:

Vamos entrar no ano 2000 dotados destes instrumentos de planeamento económico e financeiro, encerrando assim um ciclo de 4 anos, o primeiro de governação socialista iniciado com as eleições regionais de 1996.

Os nossos objectivos são os mesmos e estão a ser alcançados.

Sucessivas eleições têm vindo a demonstrar que estamos no bom caminho e que continuamos a merecer a confiança dos açorianos.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

O Orador: Com muito trabalho e muito esforço levado a cabo por este VII Governo e por este Presidente, cuja capacidade política tem credibilizado a nossa Região no espaço nacional, europeu e mesmo para além destas fronteiras junto das nossas comunidades emigradas.

Não vivemos num oásis nem tudo é cor de rosa.

Estamos conscientes que muito há ainda a fazer nestas 9 ilhas, e sabemos que não há tempo a perder.

Existem meios e oportunidades que não poderão ser desperdiçados.

Temos pela frente novos desafios que vamos vencer, como vencemos tantas calamidades naturais e tantas dificuldades que nos foram colocadas.

Mas é isso que tempera a nossa determinação e reforça a nossa coesão.

O PS e o seu grupo parlamentar têm orgulho na obra feita.

O PS e o seu grupo parlamentar confiam no VII Governo Regional e no seu presidente.

Ao contrário de outros, neste final de milénio, o nosso sentimento é de alegria, de esperança e de optimismo.

Com os açorianos estamos a construir o futuro.

Disse.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Para encerrar o debate tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (**Carlos César**): **Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:**

Estamos a finalizar a apreciação pelo parlamento das propostas de Orçamento e Plano Anual para 2000, apresentadas pelo Governo.

Com a sua aprovação, e, apesar de alterações legislativas entretanto introduzidas pelos partidos da oposição, que nos diminuíram receitas e nos aumentaram despesas, o Governo está convencido que as medidas que tem tomado e continuará a tomar, e que a obra que já realizou e que prosseguirá no próximo ano, honram os compromissos que assumiu perante os açorianos em 1996, sem prejuízo, como é natural, de algumas falhas ou alterações entretanto introduzidas na sua programação.

Quando há três anos o VII Governo Regional iniciou o seu mandato, envolvemo-nos, com muita alegria, com muita determinação e com muita responsabilidade na resolução de situações difíceis que já eram visíveis e confrontámo-nos com outras que não eram conhecidas ou que sobrevieram. Sem nenhum momento de desânimo, pusemos sempre mão à obra, valorizando, também, o que de bom foi feito pelos que nos antecederam.

Para analisarmos, conscienciosamente, a situação em que hoje nos encontramos, é justo relembrar algumas das situações negativas do nosso ponto de partida.

Vivíamos, então:

- uma situação financeira insustentável, associada a um enorme volume da dívida pública;
- uma falta de credibilidade do governo perante os órgãos de soberania e os meios financeiros nacionais e internacionais, perante os credores e perante as empresas;
- uma diminuição, em termos reais, das ajudas do Estado e uma incapacidade simultânea de angariar meios para os planos de investimento;
- um modelo de Autonomia, cada vez mais desacreditado, e incapacitado de exercer as suas competências mais nobres pela crise económica, pela insuficiência financeira, e pelo bloqueio conflitual com os órgãos da República;
- uma situação de dívidas do governo às autarquias - que não mais se repetiu naquela dimensão - acompanhada de um nível quase incipiente de cooperação financeira com as Câmaras Municipais;
- um constante aumento dos custos para a economia empresarial, que penalizava as empresas, que colocara muitas em situação de falência, destruía a confiança dos agentes económicos e condicionava negativamente o surgimento de novos investimentos, ora na base económica tradicional, ora na diversificação, designadamente no Turismo;
- uma situação de depauperamento do aparelho agro-industrial, impeditivo da melhoria da nossa capacidade exportadora e da competitividade dos nossos produtos nas fileiras do leite e da carne, e também na pesca;

Encontrámos, também:

- uma sociedade acorrentada, em muitas áreas, à discricionariedade de um poder político que não utilizava modelos concursais de promoção a determinados cargos na função pública e que não regulamentara o modo o de concessão e os direitos e deveres dos beneficiários das políticas de atribuição de subsídios;

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Uma situação geral de pobreza sem protecção social, associada a carências verdadeiramente extraordinárias no parque habitacional e na escolaridade, e, concomitante com uma taxa significativa de desemprego em todas as ilhas e com a multiplicação de fenómenos de insegurança e de trabalho precário, inclusive na função pública;

- uma ausência de qualquer orientação ou medida de planeamento ambiental e um desconhecimento pleno, comprometedor do futuro, dos fenómenos da exclusão tecnológica, que atingiam os jovens, os cidadãos em geral e as empresas.

Somámos a essas dificuldades, aquelas que advieram de um ciclo terrível e prolongado de calamidades naturais, desde as cheias na lha das Flores - no próprio dia em que tomámos posse - até à crise sísmica do ano passado e a novos prejuízos resultantes dos temporais de há um mês atrás.

Apesar de todos esses problemas - que não nos evitaram, inclusive, que durante longos meses de 1998, nos tivéssemos que debater com uma crise política grave e sem justificação, suscitada pela tentativa de partidos da oposição de derrubarem o Governo que havia sido escolhido pelos açorianos - hoje, perante vós, como perante os açorianos que nos ouvem, temos uma obra feita para evidenciar, um trabalho reconhecido pelos açorianos e um projecto de continuidade e de futuro.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

O Orador: Não precisamos, nem precisaremos de desculpar os erros que, porventura, já cometemos, ou os sucessos que também, eventualmente, ainda não alcançámos, com a prática, por vezes irresponsável e sempre maledicente, da oposição que temos. Temos obra e temos trabalho, dos quais nos orgulhamos justamente.

Ainda não completámos o nosso mandato, mas as mudanças têm sido tantas.

As medidas que tomámos e a obra que já fizemos não se configuram, como um somatório de parcelas desgarradas. Integram-se, pelo contrário, numa estratégia global que definimos para um desenvolvimento económico e social sustentado dos Açores.

Para isso, elegemos, desde o início, três objectivos fundamentais da nossa política.

Um, de natureza preliminar, procurando introduzir uma nova relação entre o Governo e os Açorianos. E indesmentível hoje na sociedade açoriana o clima de liberdade, de participação, de exercício da crítica e da reivindicação organizada, numa convivência dinâmica com um governo que o valoriza como parte integrante da renovação do seu projecto.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

O Orador: Ninguém é prejudicado por discordar. Ninguém é beneficiado por concordar. Todos lutam pelos seus direitos, e todos, quando é caso para isso, são alertados para os seus deveres. Terminou o pesadelo da arbitrariedade governamental na atribuição de subsídios e a chantagem na segurança do emprego.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

O Orador: Todos o reconhecem, menos os partidos da oposição.

Outro objectivo a que nos vinculámos, de natureza institucional, foi o da defesa da nossa Autonomia, ferida, gravemente, por práticas que nos antecederam. Voltámos a ser ouvidos e respeitados no país, eliminámos métodos e factores de conflito com o Governo da República que tanto nos prejudicavam, e conferimos à nossa Autonomia a dimensão que lhe faltava no plano da sua sustentabilidade financeira.

O endividamento da Região foi drasticamente reduzido e as transferências financeiras do Estado consagradas em lei e exponencialmente elevadas. Mas nem nesses casos, a mesma oposição que caminhava sem regresso no endividamento e na bancarrota, soube reconhecer o nosso mérito de inverter aquele percurso e tudo faz no presente para o prejudicar.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

O Orador: Traçámos como grande objectivo, uma nova energia nas políticas económica e social da região, eliminando progressivamente efeitos adversos da nossa insularidade, defendendo as empresas, criando emprego, promovendo a diversificação produtiva e generalizando os mecanismos de solidariedade social.

Para isso, colaborámos, é certo, na reestruturação financeira de muitas empresas, mas não envolvemos o Governo em concorrência com o sector privado, nem nos substituímos aos investidores. A nossa estratégia centrou-se, ao invés, na criação de melhores condições para a capitalização e o êxito das empresas, para a recuperação das nossas ilhas mais frágeis, para reforçar a atracção pelo investimento nos sectores que considerámos sustentáveis da nossa economia do futuro e para assegurar as infraestruturas que facilitassem esse processo.

Para isso, executámos um programa de medidas estruturantes de uma nova economia, tais como a diminuição de impostos, designadamente do IRC, a redução das taxas portuárias, a implementação do transporte marítimo de passageiros, a definição de regras claras no transporte marítimo de cargas com uma diminuição de preços já em prática tal como nas tarifas aéreas entre ilhas e entre estas e o Continente, a redução em 15% do tarifário eléctrico, o aumento das acções promocionais no exterior, o vultuoso investimento na reabilitação e modernização dos portos comerciais, na modernização da agricultura, na rede de abate e na indústria agro-alimentar, na renovação da frota de pesca, na formação profissional, no aumento da escolaridade e na adaptação da mão-de-obra aos novos processos tecnológicos e de informação, criando milhares de novos postos efectivos de trabalho no sector privado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

O Orador: Apesar de todos os açorianos saberem que em todos esses casos no passado se caminhava no sentido contrário - aumentando-se o que deveria diminuir e diminuindo-se o que deveria aumentar - a oposição, e, de forma mais notória, o partido que governou vinte anos, tudo achou insuficiente sobre tudo propôs mais.

Não obstante muitas daquelas medidas que empreendemos nos terem conduzido a uma situação de pleno emprego, terem influenciado positivamente os orçamentos das famílias açorianas, estarem associadas a um enorme aumento da protecção social, do investimento habitacional, do apoio aos idosos e às crianças, e à aplicação do Rendimento Mínimo Garantido, o Governo, cumprindo o seu compromisso eleitoral, noutra ângulo da superação dos custos de insularidade, propôs, ainda, a este parlamento, um acréscimo ao salário mínimo nacional nos Açores, o aumento das pensões dos nossos idosos e reformados e um complemento salarial para os níveis remuneratórios mais baixos da função pública. Também aqui, o maior partido da oposição, que no passado tinha revogado o subsídio de insularidade - e que agora nas suas propostas se tinha esquecido dos pensionistas, dos reformados

Voices da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador ... e dos trabalhadores do sector privado

Voices da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... para todos eles, à última hora, propôs mais e mais, como se só há dias tivesse descoberto, depois de governar vinte anos, que havia custos da insularidade nos Açores.

Voices da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Tem sido este o nosso trabalho, que prosseguiremos visando potenciar a dinâmica do desenvolvimento económico, a promoção e a qualificação dos nossos recursos humanos e a estabilização do mercado de emprego, fomentando as redes de estruturação e o equilíbrio sustentado de território, qualificando o direccionamento dos apoios comunitários, transmitindo conteúdo à nossa posição geo-económica e melhorando as condições de vida dos que estão mais necessitados.

Sabemos o que queremos e o que vamos continuar a fazer.

Tenho uma mágoa, que não escondo nesta minha intervenção final.

Não retive na memória destes debates, bem como nestes últimos três anos, um único momento em que os dois maiores partidos da oposição, de uma forma clara e inequívoca, dissessem de forma audível que o Governo tinha tomado medidas positivas. Nem por uma vez em três anos.

Pelo contrário, quando, por uma vez, o Dr. João Bosco elogiou o Governo, o maior partido da oposição mergulhou numa estupefacção autista de amuo e ciúmes doentios.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

O Orador: Mas já não é essa esperança de consideração que nos anima. Para nós o que é mais valioso o que nos dá mais força é a consciência do nosso trabalho e o apoio dos açorianos que vimos reforçado nas eleições de há pouco mais de um mês atrás.

É para eles que trabalhamos. São os açorianos que mais contam para nós, porque nós confiamos nos açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos de pé das bancadas do PS e Governo).

Presidente: Vamos então agora dar início ao nosso processo de votação.

Vamos começar pelo Plano.

Programa I. Há uma proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria pedir a suspensão dos trabalhos.

Presidente: Por 15 minutos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sim, dentro daquilo que o Regimento me dá direito.

Presidente: Os trabalhos estão suspensos por 15 minutos.

(Eram 23 horas e 15 minutos).

Presidente: Srs. Deputados, vamos então reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 23 horas e 45 minutos).

Vamos então dar início ao nosso processo de votação do Plano para o ano 2000.

Vou pôr o Plano à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se, por favor, como estão.

os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Plano para o ano 2000 foi aprovado na generalidade com 23 votos a favor do PS, 23 abstenções do PSD, 2 votos contra do PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: De acordo com o combinado na nossa Conferência, vou pôr agora simultaneamente à discussão todos os programas não alterados, ou seja Programa 2, 6, 8, 11, 12, 13, 15, 20, 21, 33 e 34.

Portanto está ”à discussão simultaneamente este conjunto de Programas.

Os Srs. Deputados que pretenderam usar da palavra façam o favor de se inscreverem.

Não havendo pedidos de intervenção, vou pôr este conjunto de programas, que volto a repetir, 2, 6, 8, 11, 12, 13, 15, 20, 21, 33 e 34, à votação.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se, por favor, como estão.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os programas postos à votação foram aprovados na generalidade com 23 votos a favor do PS, 23 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Agora vou pôr o outro conjunto de Programas alterados, ou seja, que têm propostas de alteração subscritas pelo Grupo parlamentar do PS, que são os programas 1, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 14, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32

Este conjunto de Programas está em bloco à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS, ficam a dever-se à aprovação dos diplomas, aqui nesta Casa, relativos aos chamados "Custos da Insularidade", "Salário Mínimo", "Remuneração Complementar" e "Complemento de Pensão para os pensionistas e reformados".

O Grupo Parlamentar do PS nas propostas que apresenta retira 5% do orçamento em duas rubricas: "Aquisição de bens e serviços correntes" e "Aquisições de Bens de Capital", num total de 150 mil contos.

Relativamente ao Plano também se retiram 5% nos seguintes programas:

- Programa 2 - "Apoio à transformação e comercialização de produtos agrícolas";
- Programa 6 - "Modernização das pescas ...

Ah! Peço imensa desculpa Srs. Deputados, tira-se 5% no valor total de 1.3 milhões de contos, com excepção de alguns programas que, do nosso ponto de vista, constituem áreas estratégicas, ou então de absoluta necessidade, como é o caso das calamidades.

Estas verbas vão aumentar a dotação provisional para fazer face aos encargos que eu referi há pouco.

Portanto, com excepção do Programa 2 que é "Apoio à Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas"; Programa 6 "Modernização das Pescas"; Programa 8 e 11 "Sistemas de Incentivos"; Programa 12 "Sistema Rodoviário"; Programa 13 "Equipamentos Públicos"; Programa 15 "Desenvolvimento dos Transportes Aéreos"; Programa 20 "Juventude e Emprego"; Programa 21 "Infraestruturas de Saúde"; Programa 33 "Calamidades"; Programa 34 "Reestruturação do Sector Público Empresarial", nós apresentamos essas propostas de alteração.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para colocar uma questão meramente formal e que vem na sequência da intervenção que proferi aquando da discussão do Plano e era no sentido, de aquando da redacção final, por parte da Comissão de Economia, da Resolução relativa ao Plano, que no projecto 1.4 reduzir os custos de exploração agrícola na acção 1 "Apoio ao Investimento", no que se refere à descrição do seu conteúdo, que fosse acrescido um parágrafo ao texto aí já existente.

Esse parágrafo seria no sentido de transcrever o seguinte: "Apoio ao crédito para aquisição de terras ao abrigo do SICAT, criado pelo Decreto Legislativo Regional nº. 23/99/A, de 31 de Julho".

Desta forma ficará suficientemente explícito em Plano a acção de onde sairão as verbas destinadas a bonificar os juros com a aquisição de terras.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PP queria reconhecer a forma séria, e na nossa perspectiva tecnicamente apropriada, como o Governo procedeu às alterações, nomeadamente no âmbito das dotações do Plano, para fazer face aos compromissos resultantes das propostas aprovadas por este Parlamento que visam a instituição do complemento mensal da pensão e a remuneração complementar para os funcionários da administração, e não como disse o Deputado Fernando Menezes, o acréscimo ao salário mínimo que, obviamente, não tem impacto na função pública.

Portanto, queríamos registar porque é uma postura que se distingue desta vez, enfim, com a forma nobre relativamente àquela que foi utilizada pelo Governo o ano passado, e que na verdade foi por nós fortemente criticada e não correspondia minimamente a uma postura aceitável.

Contrariamente este ano felicitamos o Governo porque é, de facto a forma possível e indicada para o fazer e queríamos, politicamente, dizer que reafirmamos a nossa convicção de que vale a pena retirar 1,4 milhões de contos, como contrapartida para duas medidas que têm, de facto, um alcance social histórico inegável.

Portanto, com essa atitude parece-me que a Região está de parabéns e o povo dos Açores vai reconhecer as vantagens das medidas de política que daqui irão advir.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entendeu o Governo proceder à redução de 5% em diversos programas, com vista a compensar as medidas que aprovámos relativamente ao complemento de pensão ou subsídio de insularidade, aqui aprovadas no início desta semana.

Devo dizer que, embora pudesse haver muitas outras situações possíveis de considerar, com a vista a conseguir o mesmo objectivo, reconheço que esta é eventualmente a mais justa, a mais correcta, a que melhor distribui a redução que foi entendido fazer e que todos reconhecemos que por objectivos suficientemente nobres e que merecem, de facto, que se tenha em consideração esta pequena redução em alguns investimentos, para que os nossos concidadãos possam ter a sua situação de rendimento melhorada, com as medidas que aprovámos.

Queria também deixar aqui claro que registamos muito positivamente o sinal, embora pequeno, mas dado sem dúvida nenhuma, através da redução da aquisição de bens e serviços, quer correntes, quer de capital.

É, como eu digo, um sinal simbólico, porque efectivamente 5% destas despesas não é muito, mas até como sinal deve ser reconhecido.

Presidente: Não havendo mais intervenções vou pôr à votação esse conjunto de programas.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se, por favor, como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas postos à votação foram aprovados com 23 votos a favor do PS, 23 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Agora vou pôr o conjunto do Plano à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se, por favor, como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Plano, em votação final global, foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 23 abstenções do PSD, 1 abstenção do PCP e 2 votos contra do PP.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Passemos agora à discussão do Orçamento.

Está à discussão na generalidade a proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o Orçamento da Região, para o ano 2000.

(Pausa).

Vou pôr à votação.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se, por favor, como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O diploma do Orçamento foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 23 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 1 abstenção do PCP

Presidente: Passemos agora à discussão na especialidade.

De acordo com o combinado vou pôr à discussão simultaneamente todos os artigos que não têm alteração, ou melhor, exceptuando o artigo 3º. e os mapas, para o qual há uma proposta de alteração.

Está à discussão na especialidade.

(Pausa).

Posso pôr à votação? Vou pôr à votação todos os artigos excepto o 3º e os mapas.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se, por favor, como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados com 23 votos a favor do PS, 23 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 1 abstenção do PCP

Presidente: Agora vou pôr o artigo 3º., com a proposta de alteração.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma questão prévia.

A Proposta é Orçamento da Região Autónoma dos Açores, tem um erro de dactilografia.

Nós apresentamos esta proposta em conformidade e coerência com o diploma que foi aprovado por esta Assembleia há dois dias atrás, relativamente ao reforço da capacidade de investimento das autarquias locais.

Desta forma entendemos que o Governo Regional fica com o suporte necessário e até com a força suficiente desta Assembleia, para junto do Governo da República, obter do mesmo modo um acréscimo adicional ao montante de "plafond" de endividamento, com vista estritamente a este objectivo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como foi evidenciado ao longo deste debate e anteriormente quando se debateu esta matéria, relativa à assunção de dívidas às autarquias locais, a discordância do PS e do Grupo Parlamentar tem a ver, fundamentalmente, com questões formais e jurídicas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para interpolar a Mesa, no sentido de que haja uma votação separada do n.º 1 e n.º 2.

Presidente: Sim Senhor!

Então vou pôr à votação o n.º 2 do art.º 3.º..

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se, por favor, como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O n.º 2 do art.º 3.º da Proposta de Alteração foi aprovado com 23 a favor do PSD, com 23 votos contra do PS, 2 votos a favor do PP e 1 abstenção do PCP

Presidente: Vamos então passar ao n.º 1 do art.º 3.º..

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu agradecia que fosse lida correctamente a votação ou então que se repita a votação.

Secretário: O n.º 2 do art.º 3.º da Proposta de Alteração foi aprovado 23 a favor do PSD, com 23 votos contra do PS, 2 votos a favor do PP e 1 abstenção do PCP

Presidente: Passemos ao n.º 1 do art.º 3.º.

(Pausa).

Vou pôr à votação.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se, por favor, como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O n.º 1 do art.º 3.º da Proposta de Alteração foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 23 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 1 abstenção do PCP

Presidente: Passemos agora ao conjunto dos mapas, que são alterados em consequência daquilo que decidimos anteriormente.

Vou pôr à votação.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se, por favor, como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O conjunto de Mapas foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 23 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passemos agora à votação final global do Proposta de Decreto Legislativo que aprova o Orçamento para o ano 2000.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 23 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está assim aprovado o Plano e o Orçamento para o próximo ano.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma muito rápida declaração de voto para afirmar que, com o resultado desta votação, fica o Governo com o seu Plano justamente aprovado e, portanto, em condições de executar as suas políticas.

Queremos salientar que, com este orçamento, pela primeira vez, nesta Região Autónoma, haverá a possibilidade de ser paga a remuneração complementar e o complemento de pensões, em nosso entender, fundamentais para combater os custos da insularidade, medidas essas que consideramos, para além da sua importância, o mais justas possíveis, dentro daquilo que foi possível.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Conforme se pôde testemunhar ao longo da discussão que nos ocupou nestes últimos dias, este orçamento não é o orçamento do PSD.

Contudo, privilegiando a estabilidade política e consciente das responsabilidades que nessa matéria cabe ao PSD, entendemos mais uma vez viabilizar com a nossa abstenção este documento, com vista a dotar o Governo Regional dos instrumentos financeiros necessários ao exercício do seu mandato.

Apesar de tudo, nunca ouvi, ao longo destes três anos, uma única palavra de reconhecimento pelo trabalho e pela postura da oposição.

Deputado Jorge Valadão (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: Previamente à aprovação do orçamento, foi aprovado nesta Assembleia, imputando-se diplomas que abrangem transversalmente a sociedade açoriana. Despenalizámos os contribuintes, compensámos os pensionistas, introduzimos uma maior justiça remuneratória ao nível dos funcionários públicos e dos trabalhadores do sector privado, que auferem menores rendimentos, criámos ainda condições para que as autarquias da Região, possam através da execução do III QCA, servir melhor as populações das nossas ilhas.

Foi um acto de justiça que, felizmente, só foi possível devido ao quadro político que caracteriza a constituição desta Assembleia. Deixámos inteiramente ao Governo a

apresentação das propostas de alteração orçamental, necessárias à execução das medidas atrás referidas.

Consideramos que existiam outras alternativas. Respeitamos porém as opções do Governo, do mesmo modo que o Governo tem de respeitar todas as iniciativas legislativas aprovadas por este Parlamento.

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: Quanto à receita fiscal, o facto do Governo não ter apresentado qualquer redução na receita do IRS, vem confirmar a tese de que a previsão inicial já reflectia a acomodação da recente descida.

Do mesmo modo verificamos que não houve alteração ao nível das verbas necessárias ao pagamento do serviço da dívida das autarquias, o que denota que os montantes envolvidos são efectivamente pequenos, podendo mesmo ser diluídos nas verbas actualmente existentes.

Quanto ao mais, e em particular no que se refere ao cumprimento dos documentos agora aprovados, o PSD manter-se-á atento, não abdicando das funções que lhe cabem neste Parlamento e na sociedade e tudo fará para que o povo nos acompanhe nessa tarefa de promoção de iniciativas, que vão ao encontro dos seus interesses e também da fiscalização da acção governativa.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estas declarações de voto são como as cerejas, basta um começar, depois a gente entusiasma-se nas mesmas.

O Grupo Parlamentar do PP queria apenas registar que, ao longo destes últimos 4 anos, inegavelmente, as discussões envolvendo Planos e Orçamentos da Região Autónoma dos Açores, tiveram outra vivacidade e daí resultou sempre benefícios palpáveis para as populações que servimos.

Tudo isso resulta do quadro parlamentar existente, da circunstância de não haver maioria absoluta de suporte ao Governo Regional, que faz com que os documentos entregues na Assembleia, até ao último momento da votação, estão sujeitos a

correções, a melhorias, a alterações. É essa a grande vantagem do processo democrático.

Na discussão deste Plano e deste Orçamento, tratam-se de documentos, obviamente, suportados e com a marca do Governo Regional dos Açores, são as suas propostas, mas que, indelevelmente, também traduzem aqui vontades da população dos Açores, que foram veiculadas pelos partidos da oposição.

É, por conseguinte, um documento que traduz a riqueza do processo parlamentar.

Um apelo para que o Governo nestes 9 a 10 meses de exercício, no âmbito do próximo orçamento, possa fazer a melhor execução possível, nomeadamente ao nível do plano seja capaz de recuperar muitos dos atrasos que decorreram das não execuções, nomeadamente de 98 e 99. A nossa esperança e o nosso incentivo ao Governo Regional para que governe um pouco melhor do que aquilo que tem governado no passado, por forma a que ainda possa ter uma boa execução desses documentos que aqui foram aprovados.

Presidente: Eu queria recordar antes de encerrarmos os nossos trabalhos, que no dia 3 de Dezembro, em Ponta Delgada, decorre um colóquio sobre o "III QCA - suas implicações nos Açores", que contará com a presença do Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento e dos Deputados ao Parlamento Europeu, Ilda Figueiredo, Luís Queiró, Costa Neves e Paulo Casaca.

Agora queria pôr à consideração da Assembleia a seguinte Proposta de Resolução: "A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Novembro".

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A Proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Boa noite. Muito obrigado e bom Natal a todos.

(Eram 00 horas e 15 minutos).

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Augusto António Rua Elavai

Carlos Alberto da Costa Fraga

João Manuel Pereira Forjaz de Sampaio

João Luis Sanchez dos Santos

José do Nascimento Ávila

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno de Ávila Martins de Freitas

Manuel Teixeira Brasil

Partido Popular (PP)

Alvarino M. Meneses Pinheiro

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Manuel da Silva Melo

Partido Popular (PP)

Nuno Barata Almeida e Sousa

O Redactor de 1ª. classe, José Rodrigues da Costa